

INFORME ECONÔMICO

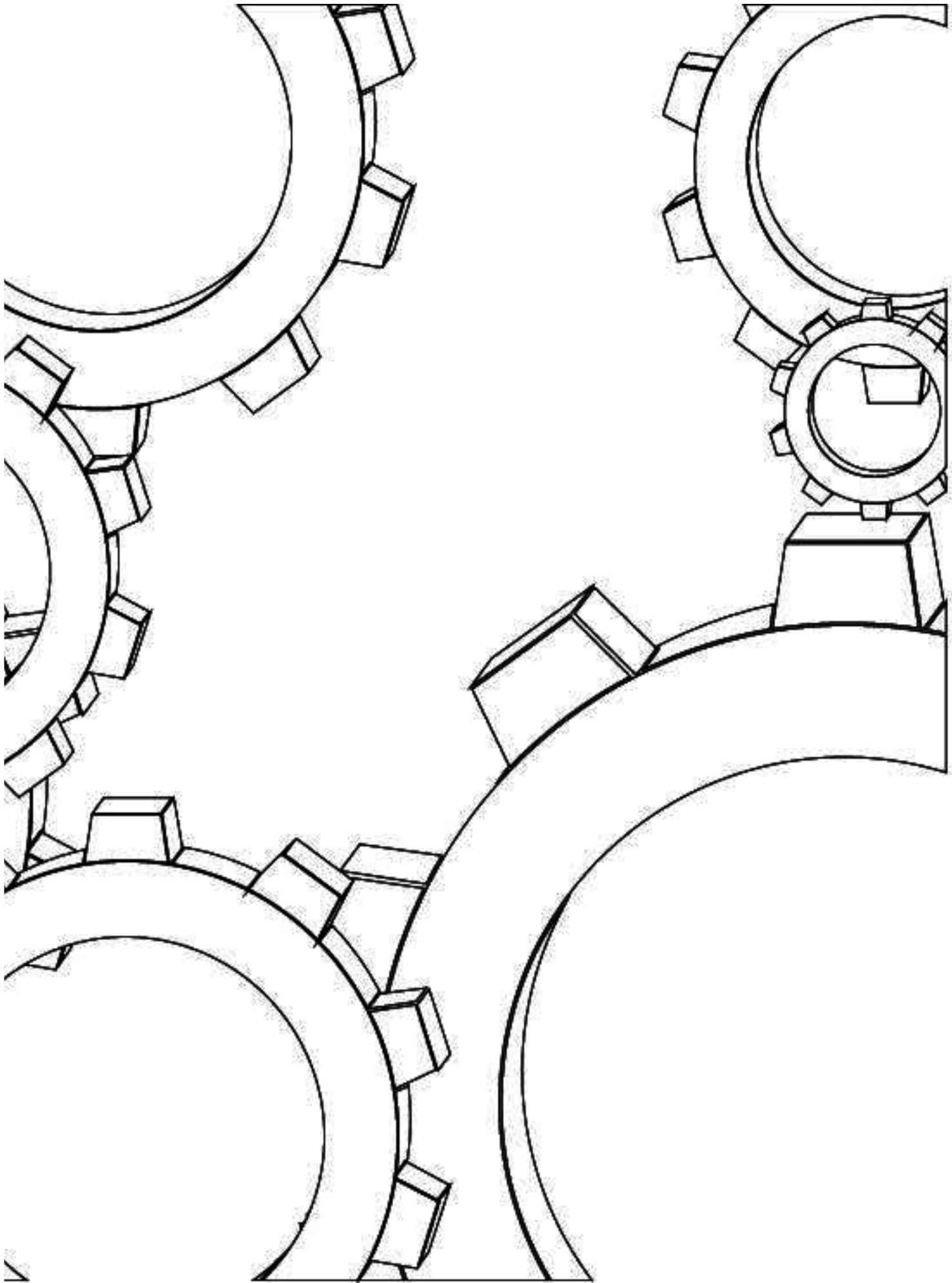
Nº 35

ANO XVIII

DEZEMBRO

2015





SUMÁRIO

4 EDITORIAL

5 SOCIEDADE, ECONOMIA E NATUREZA: uma contribuição ao debate **AÉCIO ALVES DE OLIVEIRA**

13 THE CRY OF THE EXCAVATOR: rotes on the social impact of urban renewal **STEFANO PORTELLI**

28 DESENVOLVIMENTO E PROTEÇÃO AMBIENTAL, QUEM PAGA POR ISSO? os direitos fundamentais de tradicionais e quilombolas nas políticas de desenvolvimento e de proteção ambiental **MARIA SUELI RODRIGUES DE SOUSA E SAVINA PRISCILA RODRIGUES PESSOA**

33 AS TIPOLOGIAS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: síntese das particularidades da ajuda externa brasileira **KELLEN CARVALHO DE SOUSA BRITO**

39 UMA ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE A INTERPRETAÇÃO DE GRAMSCI POR ROBERT W. COX **RODRIGO FERNANDES DOS PASSOS**

45 ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM ADMINISTRAÇÃO SOBRE CENÁRIOS PROSPECTIVOS **JOHNNY HERBERTHY MARTINS FERREIRA E MARIA DO SOCORRO LIRA MONTEIRO**

54 DESEMPENHO ACADÊMICO: o caso de alunos cotistas do curso de Ciências Contábeis da UFPI **ADRIELLY SAMANTHA OLIVEIRA RAMOS, LUCIANA DA SILVA CARVALHO, NAIANE DA SILVA MARTINS, IANE RODRIGUES DE CARVALHO MOURA E CECIANE PORTELA SOUSA**

63 TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL: a servidão continua **FABIANA RODRIGUES DE ALMEIDA CASTRO E SAMUEL COSTA FILHO**

68 AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA E ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: instrumento de políticas públicas **GEORGE SANTANDER SÁ FREIRE, HERBERT DOS SANTOS MELO, JAÍRA MARIA ALCOBAÇA GOMES E TERESA LENICE NOGUEIRA DA GAMA MOTA**

74 A POLÍTICA PÚBLICA SOCIAL E O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA **MARIA FERNANDA BRITO DO AMARAL, SAMUEL COSTA FILHO E FABRÍCIO BRITO DO AMARAL**

81 SOJA, INCENSO E MIRRA **GADAFY DE MATOS ZEIDAM**

85 RELAÇÕES ESCRAVISTAS EM PARNAÍBA(PI): séculos XVIII-XIX **RODRIGO CAETANO SILVA E SOLIMAR OLIVEIRA LIMA**

90 A QUESTÃO ÉTICA NAS CONSIDERAÇÕES DE WITTGENSTEIN **DIANA PATRÍCIA FERREIRA DE SANTANA**

94 DIÁLOGOS ECONÔMICOS SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DA CRISE ATUAL **FRANCISCO PRANCACIO ARAÚJO DE CARVALHO, JOÃO PAULO FARIAS FENELON E JOÃO BATISTA LOPES**

99 ERRATA

EDITORIAL

Esta edição do Informe Econômico comemora os 40 anos do curso de ciências econômicas do Campus Petrônio Portella da UFPI. Neste período, o curso ajudou a consolidar a Instituição como uma referência no ensino superior no meio norte do Brasil. O curso nasceu nos primeiros anos da UFPI e, como a IES, ampliou suas atividades para além do ensino, desenvolvendo pesquisa e extensão com fortes vínculos com a sociedade. Para tanto, contou sempre com um corpo docente comprometido com a ética da profissão de educar e a formação cidadã de economistas aptos para a intervenção social no sentido da geração do desenvolvimento regional. Neste processo, a qualificação do corpo docente foi determinante; com professores, em sua maioria, oriundos do próprio curso de ciências econômicas. Atualmente, predominam professores doutores que atuam, além da graduação, em programas de pós-graduação da IES.

Os discentes, além da sólida formação teórico/histórico/instrumental, têm a oportunidade de aprimorar os conhecimentos por meio de participação em programas de pesquisa e extensão. Junte-se a isto a orientação de uma formação transformadora e ética que tem influenciado sobremaneira na vida profissional dos egressos do curso. Esta experiência tem indicado que o curso, pautado na pluralidade das ciências econômicas, proporciona uma diversidade de interpretações e de intervenções pautadas na realidade piauiense e brasileira.

A longevidade deste Informe, que completa 18 anos, atesta o resultado exitoso dos esforços empreendidos para modificação da realidade local, ainda marcada por profundas desigualdades. Nesta perspectiva, acredita-se que o compartilhamento de ideias e o debate crítico constitui em um caminho seguro para as mudanças necessárias. Nesta trajetória, o curso de ciências econômicas do CCHL/UFPI é um instrumento fundamental.

Profa.Dra.Romina Paradizo
Chefe do Departamento de Ciências Econômicas-DECON

Expediente

INFORME ECONÔMICO

Ano 18 - n. 35 - dezembro de 2015

Reitor UFPI: Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

Vice-Reitora: Prof. Dra. Nadir do Nascimento Nogueira

Diretor CCHL: Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos

Chefe DECON: Profa. Dra. Romina J. S. Paradizo de Oliveira

Coord.CursoEconomia: Prof. Dra. Edivane de Sousa Lima

Revisão: Zilneide O. Ferreira

Projeto gráfico: Tupy Neto

Jornalista responsável: Prof. Dr. Laerte Magalhães(UFPI)

Endereço para correspondência: Campus Ininga

Teresina-PI - CEP: 64.049-550

Fone: (86)3215-5788/5789/5790-Fax: (86)3215-5697

Tiragem: 1000 exemplares

Impressão: Gráfica-UFPI

Parceria: Conselho Regional de Economia 22ª Região-PI

Site DECON: <http://www.ufpi.br/economia>.

Editor-chefe: Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima

Editor-assistente: Economista Esp. Enoisa Veras

Conselho Editorial: Prof. Dr. Aécio Alves de Oliveira(UFC)

Prof. Dr. Alvaro Bianchi(Unicamp)

Prof. Dr. Alvaro Sánchez Bravo (Universidad de Sevilla-Espanha)

Profa. Dra. Anna Maria D'Ottavi(Università degli Studi Roma TER-Itália)

Prof. Dr. André Turmel(Université Laval-Canadá)

Prof. Dr. Antônio Carlos de Andrade (UFPI)

Prof. Dr. Fabrizio Lorusso (Universidad Nacional Autónoma do México-UNAM)

Prof. Dr. José Machado Pais (Universidade de Lisboa-Portugal)

Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastrí(Unicamp)

Prof. Esp. Luis Carlos Rodrigues Cruz Puscas(UFPI)

Profa. Dra. Maria do Socorro Lira Monteiro(UFPI)

Profa. Dra. Maria Elizabeth Duarte Silvestre (UFPI)

Prof. Dr. Marcos Del Roio(Unesp)

Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires(Unesp)

Prof. Dr. Mário José Maestri Filho(UPF)

Prof. Dr. Manoel Domingos Neto(UFC)

Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos(Unesp)

Prof. Dr. Samuel Costa Filho(UFPI)

Prof. Dr. Sérgio Soares Braga (UFPR)

Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima(UFPI)

Prof. Dr. Vitor de Athayde Couto(UFBA)

Prof. Dr. Wilson Cano(Unicamp)

Econ. Ms. Zilneide O. Ferreira



EXPEDIENTE

SOCIEDADE, ECONOMIA E NATUREZA: uma contribuição ao debate

Por Aécio Alves de Oliveira*

Resumo: nas atuais condições vivenciadas pela humanidade, em que a elevação da temperatura média da Terra ameaça a sobrevivência desta espécie, é preciso repensar as relações entre sociedade, economia e natureza; mais ainda porque o sistema-mundo dominante apresenta inequívocos sinais de perda de legitimidade pelas mais diversas negatividades que produz. O mercado-demiurgo não resolve as profundas desigualdades sociais e menos ainda é capaz de soldar a ruptura metabólica que afeta os ecossistemas. A busca de uma vida saudável para todos os habitantes do planeta exige uma profunda transformação no modo de produção e de vida que caracteriza a sociedade capitalista.

Palavras-chave: Dominação social. Contradição central do capital. Ruptura metabólica.

Abstract: under current conditions experienced by humanity, in which the elevation of the earth's average temperature threatens the survival of this species, it is necessary to rethink the relationship between society, economy and nature; more so because the dominant world system shows clear signs of loss of legitimacy by various negativities it produces. The market-demiurge does not solve the deep social inequalities and fewer still able to weld the metabolic rift that affects ecosystems. The search for a healthy life for all inhabitants of the planet requires a profound transformation in the mode of production and life that characterizes capitalist society.

Keywords: Social domination. Central contradiction of capital Metabolic rift.

1 Introdução

Tratar das relações entre sociedade e economia não é uma tarefa que se conclui de uma assentada; é um percurso que envolve um enorme esforço para discernir sobre os significados de trabalho e de suas determinações históricas e sociais. A complexidade aumenta ainda mais quando adotamos uma perspectiva para além do **capital**. Se não é simples tratar esta relação, considerando a pré-história da humanidade,¹ mais complexo será pensá-la em uma sociedade superior.

O trabalho, quando analisado em sua acepção geral, está relacionado com a produção de valores de uso, independentemente da forma social determinada que assuma. Desde sempre, a humanidade interage com a natureza para satisfazer suas necessidades vitais. Conforme Marx

(1978b, p. 215), o trabalho, em sua acepção geral, é “[...] un proceso entre el hombre y la naturaleza, un proceso en que el hombre media, regula y controla su metabolismo con la naturaleza”; é a condição universal para a interação metabólica entre homem e natureza, a eterna imposição do ambiente sobre a existência humana. Nesses termos, o homem, ao trabalhar, transforma a natureza e a si mesmo, em um processo de aprendizado que desenvolve junto ao meio em que vive.

Quando se trata da sociedade do **capital** e do **trabalho assalariado**, a interação metabólica entre o homem e a natureza ganha complexidade. Claramente, constata-se uma ruptura, posto que se instaura um sociometabolismo para o qual não outra razão que não a de sua reprodução. O trabalho

redefine-se e segue a orientação de um sujeito abstrato que transforma homem e natureza em objetos de exploração. Para Marx (1979, p. 611/613, grifo do autor), a produção capitalista “perturba el metabolismo entre el hombre y la tierra.” Com mais ênfase ainda, afirma que a produção capitalista, “por consiguiente, no desarrolla la técnica y la combinación del proceso social de producción sino socavando, al mismo tiempo, los manantiales de toda riqueza: *la tierra y el trabajador.*”

A ruptura metabólica, hoje mais visível, demonstra que o modo de produção do **capital** adiciona novas complexidades à vida em sociedade. Não há como deixar de lado o fato de que as ações antropogênicas, orientadas por sua lógica econômica, acelera o processo de dilapidação das forças da natureza e das forças produtivas do homem, em escala planetária. Dito resumidamente, os efeitos entrópicos decorrentes da produção e da distribuição de mercadorias afetam todos os países, como jamais ocorrera antes.

Com esse artigo, pretende-se estabelecer algumas vinculações entre **trabalho** e dominação social no contexto de crise do **capital** e das mudanças climáticas provocadas por este modo de produção que, de início, falam de perto do desenvolvimento do **capital** e de suas repercussões sobre o **mundo do trabalho**, mas, acima de tudo, são vinculações que chamam atenção para a necessidade de uma mudança profunda no modo como as sociedades humanas se relacionam com a natureza.

O artigo encontra-se estruturado em outras quatro seções, além desta Introdução. A seção 2 apresenta os significados da dominação emanada da relação social do **capital** que se projeta sobre o Estado, os indivíduos, as classes sociais e a natureza. Em seguida, na seção 3, aprofunda-se a tese de que o avanço das forças produtivas expõe os limites internos desse sistema ao tempo em que cria condições de ampliar a produção de mercadorias. A tendência à superacumulação daí decorrente projeta-se como crise de realização e de declínio da taxa de lucro. Na seção 4, encontra-se o argumento de que o processo de crise assume uma dimensão mais dramática em virtude de que a essas tendências e contradições somam-se os limites ecossistêmicos do planeta. Por último, a seção 5, onde se encontra a conclusão geral, que se desdobra em dois aspectos: um que deixa clara a necessidade de desmistificar a dominação social alienante que entorpece a sociedade e impede a afirmação do indivíduo social; e o outro que se refere à necessidade de mudanças profundas no

modo de produção e de vida que caracteriza a sociedade capitalista.

2 Trabalho e Sociabilidade: dominação social abstrata e servidão moderna²

Inicialmente, interessa-nos fazer uma crítica ao **trabalho** que reproduz o **capital**; não com inspirações ontológicas, mas uma crítica motivada por uma pedagogia da negação da negação, o que sugere o **não trabalho** como princípio educativo. Adotar o **não trabalho** como princípio pedagógico significa fazer uma incursão no terreno da crítica radical, que é um procedimento pouco usual para quem aceita acriticamente a obviedade da dominação da classe capitalista sobre a classe trabalhadora. No terreno da crítica radical ao **trabalho**, as estruturas que conformam a relação social de produção do **capital** correspondem à forma histórica acabada da dominação social sem sujeito (KURZ, 2002; MÉSZÁROS, 1995, 2002, 2004; POSTONE, 1996; FORRESTER, 2001); sem sujeito porque não se trata, essencialmente falando, da dominação de pessoas sobre pessoas, ou de uma classe sobre outra classe, ou de países sobre países, porém, do poder de um metabolismo social totalizador no qual predomina um dos aspectos da mercadoria, qual seja, o valor de troca. Trata-se de uma dominação abstrata que, no entanto, manifesta-se nas práticas das pessoas ou das classes sociais e nas estruturas organizadas e adequadas a tal metabolismo que mobilizam energias para potencializar a produção de **dinheiro**. Além dos indivíduos e das classes, o **mercado** e o **Estado** também se enlaçam nesse metabolismo.

Para Marx (1986), desde que foram superadas as formas de dependência pessoal (servidão, consanguinidade ou vínculos naturais) em seu lugar se estabeleceram nexos sociais entre indivíduos indiferentes e reciprocamente independentes; uma independência baseada na dependência das coisas, que, embora aparentando uma ampliação da liberdade, na realidade, é uma limitação material que resulta de relações que são independentes dos indivíduos. Daí porque “El individuo debe producir un producto universal: el *valor de cambio* o, considerado éste en sí aisladamente e individualizado, *dinero*”. (MARX, 1986, p. 84, grifo do autor). O **dinheiro**, na condição de poder social geral - expresso em termos de comando sobre o mundo das coisas e sobre o mundo das pessoas -, atribui a seu possuidor um poder social particular na proporção direta do montante possuído.

O **trabalho** que produz o **capital**, portanto, no lugar de dignificar homens e mulheres, enlaça todos

em uma prisão de ferro (WEBER, 2003), dentro da qual cada indivíduo (humano) será coagido a ter um sucesso monetariamente mensurado. A relação social do **capital** afirma-se como o sujeito da dominação; e o **dinheiro**, a fonte da limitação material que se opõe a cada pessoa e às classes sociais.

Antes, havia a dependência pessoal de muitos a uns poucos indivíduos; na sociedade capitalista, todos estamos dominados por abstrações.

Evidentemente, podemos argumentar que a dependência com relação às coisas é preferível às relações de dominação pessoais que prevaleciam; no entanto, não podemos deixar de considerar um absurdo que nexos puramente materiais sejam dominantes ao ponto de desconsiderar a natureza e a individualidade humana. A sociabilidade coisificada adequada a este metabolismo produz indivíduos mônadas, cujos comportamentos seguem uma mesma norma; qual seja, aquela que favorece à reprodução ampliada da relação social do **capital**.

A crítica radical aqui apenas esboçada também pode servir de base para a compreensão do **empobrecimento do trabalho** como pano de fundo para o **empobrecimento da sociabilidade** que é típica da formação socioeconômica capitalista.

Como consequência, essa mesma crítica serve de base a uma eventual discussão sobre a temática que envolve a pobreza do trabalhador. Em outros termos, é o empobrecimento do **trabalho** que leva ao esgarçamento (dissociações) das relações sociais e à pobreza do trabalhador; um empobrecimento que inclui desemprego, desqualificação, redundância, estranhamento, desrealização e indiferença dos portadores de força de trabalho com relação ao que fazem.

De imediato, ressaltamos três indagações entrelaçadas. O que significa mesmo **trabalho** na sociedade capitalista? Que mercadoria é comprada e vendida no propalado **mercado de trabalho**? Com mais anterioridade, qual a especificidade histórica que marca a produção de mercadorias nesta sociedade?

Pelo que foi exposto até aqui, essas indagações nos remetem à compreensão da lógica que tem orientado o processo histórico do desenvolvimento qualitativo e quantitativo do **capital**, suas repercussões sobre o **mundo do trabalho** e a formação humana na sociedade capitalista; são questões que sugerem uma retomada dos significados da dominação emanada da relação social do **capital** que se projeta sobre o Estado, os indivíduos, as classes sociais e a natureza.

Para compreender a relação entre **trabalho** e dominação social, precisamos buscar algumas

mediações. Antes de tudo, consideramos o **trabalho** que produz o **capital** como o cerne da sociabilidade capitalista e que, ao mesmo tempo, estrutura e desestrutura a vida das pessoas. Em sua dimensão concreta, apresenta-se, de um lado, como o principal meio (lícito) para **ganhar a vida**; de outro, como centro de irradiação de inseguranças generalizadas, doenças e desrealização pessoal e profissional (insatisfação no trabalho). Em síntese, apresenta-se como coerção, estranhamento e sacrifício, dissimulada pela compulsão das pessoas de se inserirem na esfera do consumo. A necessidade de **ganhar a vida** enevoa os sentidos que tem o **trabalho** para a produção do **capital**, mesmo quando esta produção atenta contra a vida das espécies.

Como a sociedade capitalista gira ao redor de uma coleção de mercadorias, a produção, no entanto, somente é empreendida caso seja rentável, ou seja, sempre que proporcionar lucro ao investidor, na medida socialmente determinada. Dentro dessa lógica, é possível que, se algo for crucial para satisfazer necessidades humanas importantes, mas não for rentável, poderá não ser produzido.

A atividade produtiva que faz sentido é aquela que gera lucro: se o produto não for portador de valor de troca, não será útil para o **capital**. De maneira análoga, algo que seja danoso à vida, poderá ser produzido, caso seja rentável; portanto, o que importa é o **trabalho** rentável.

Para a lógica do **capital**, os mercados deverão funcionar de tal modo que as empresas se organizem dentro de uma estrutura setorial equilibrada que lhes permita uma expansão sustentada. Significa dizer que os vários setores da produção que compõem a divisão do trabalho social devem estar adequadamente dimensionados. Com a prevalência deste equilíbrio intersetorial, a acumulação de **capital** possibilitará a expansão da economia, do emprego e da renda, bem como o surgimento de novas oportunidades de negócios.

A questão é que a circunstância de proporções equilibradas não se coaduna ao caráter anárquico da produção e da concorrência intercapitalista. Cedo ou tarde, surgem assimetrias que acionam os limites internos à expansão do sistema, mesmo que as relações econômicas internacionais sejam ampliadas e que o Estado intervenha como regulador de última instância. Em escala mundial, os processos tendem a ser ainda mais assíncronos, pois entram em jogo os interesses dos grandes grupos econômicos e financeiros sediados nos países em disputa por hegemonia.

A produção de mercadorias requer a compra e venda de uma mercadoria especial que possibilitará

as condições de valorização do **capital**. O consumo de força de trabalho corresponde ao **trabalho vivo**, do qual resulta a criação de **valor**. Uma parcela do **valor criado** é paga para permitir ao trabalhador adquirir os meios necessários à sua reprodução e para manter seus descendentes. A parcela excedente é apropriada pelo dono dos meios de produção. A compra da mercadoria força de trabalho é a demanda do mercado de trabalho, cujo montante (capital variável) depende da composição técnica do capital (tecnologia) e determina o nível do emprego.

De modo geral, a expansão do emprego está na dependência do surgimento de novas oportunidades rentáveis para a produção de mercadorias e da expectativa de lucro vislumbrada por cada empresa já em funcionamento. Caso não ocorram mudanças na composição técnica (inovação tecnológica) das empresas, a acumulação de **capital** terá um efeito positivo sobre a quantidade de pessoas a serem contratadas; contudo, se a empresa não se mostrar lucrativa, será obrigada a fazer reduções em seu quadro de pessoal a fim de diminuir os custos e melhorar sua competitividade. Caso ocorram inovações tecnológicas, o efeito sobre a criação de emprego poderá ser negativo. Em tal circunstância, ocorreriam dispensas de trabalhadores.

Esses movimentos permitem perceber que a parcela sobrando (indivíduos não rentáveis) será somada a outros(as) trabalhadores(as) oriundos(as) do crescimento populacional. A população, como sempre, é a fonte primária da oferta de mão de obra sem experiência profissional, à qual se juntarão aqueles e aquelas que foram eliminados por processos de reestruturação produtiva. Desse modo, pela via tecnológica, a oferta de trabalhadores é afetada pela demanda das empresas.

A **acumulação flexível** é a expressão atual das formas cada vez mais sofisticadas de consumo de força de trabalho. Com esse novo padrão de acumulação, acentua-se a tendência de redução da importância dos(as) trabalhadores(as) nos locais de trabalho. Isso ocorre não apenas na indústria, mas também nos demais setores da economia, tais como agropecuária, comércio, bancos, serviços etc. A perda de importância poderá se concretizar até mesmo em termos quantitativos. O chamado desemprego estrutural é a situação em que a substituição do produtor imediato pela máquina não é compensada pelo surgimento de novos setores de produção ou de novas empresas junto às quais os demitidos poderiam, eventualmente, vender sua capacidade de trabalho. Nesse caso, o efeito eliminação de postos de trabalho não seria compen-

sado pelo efeito absorção decorrente de um eventual crescimento econômico geral (GOUVERNEUR, 1995).

Com a população demasiada para o **capital**, o medo da perda do emprego e as formas de controle a que são submetidos os empregados aprofundam-se, fazendo surgir processos conflituosos e diversas formas de violência, além de enfermidades individuais, sociais e ambientais que são típicas da produção, do consumismo e das atividades relacionadas à circulação de mercadorias e **dinheiro**. Não é por acaso que se amplia a repressão e a criminalização de movimentos sociais organizados e de manifestações de ruas que emergem das diversas formas de insatisfação.

Com o desenvolvimento da perda de importância da força de trabalho diante do chamado capital fixo, configura-se uma tendência aqui tratada como **processo de qualificação desqualificante**. Na realidade, a perda de importância expressa a **subsunção real do trabalho ao capital**, um movimento com o qual o conhecimento acumulado historicamente pelo trabalhador se transfere para as máquinas (o capital fixo). Como um resultado lógico, histórico e empiricamente confirmado, esse processo efetiva a simplificação do trabalho concreto e a desvalorização da força de trabalho.

3 Trabalho no cerne da contradição do capital

Nos *Grundrisse*, Marx (1985) faz menção explícita ao **capital** como sendo a contradição em processo. Em seu processo de desenvolvimento, o **capital** procura extrair o máximo de excedente da força de trabalho coletivamente consumida; para isso, afirma a crescente supremacia do **trabalho morto** sobre o **trabalho vivo**, o que determina crescentes ganhos de produtividade, mas expõe a tendência à negação da fonte do **valor**. Essa negação tendencial é o cerne da **contradição central** e da chamada **crise do trabalho assalariado**. Também aí se encontra o fundamento lógico do processo de qualificação desqualificante.

A **contradição central** e a **crise do trabalho** seguem o percurso lógico-histórico do processo de **subsunção do trabalho** (MARX, 1978a) que marca os momentos clássicos do desenvolvimento do **capital**. Com esse processo, o mundo fica prenhe de outras crises e de sofrimentos; aumentam as inquietações e a insegurança, ao tempo em que se reduzem as possibilidades de ganhar a vida, a não ser cedendo uma parte cada vez maior do tempo de vida à **causa do capital**.

A **subsunção do trabalho ao capital** é a expressão acabada da vitória do modo de produção capitalista sobre as formas que lhes antecederam.

Com a emergência do **capital** na condição de relação social de produção predominante, generaliza-se a transformação do processo de trabalho em processo de sua autovalorização. O processo de trabalho converte-se em instrumento exclusivo da valorização do **capital**. Não mais ocorre a produção de valores de uso para o produtor imediato, nem para usufruto de seu condutor - o capitalista -, porém, emerge um processo de trabalho subsumido ao **capital**.

A subsunção é dita **formal** quando a circunstância histórica do estágio alcançado pelas forças produtivas ainda não permitiu o domínio do **capital** sobre o conteúdo do **trabalho**; torna-se **real** quando as mudanças técnico-produtivas e organizacionais permitem ao **capital** a condição efetiva de se apropriar do esforço de muitos, não apenas do ponto de vista econômico-jurídico, que já é um legado para a constituição deste modo de produção, mas da própria materialidade e subjetividade do processo. Essa circunstância histórica corresponde à aplicação consciente das ciências naturais, da mecânica, da química (bem como da eletrônica e da informática, robótica na atualidade) para fins determinados pelas necessidades de autoexpansão do **capital** e para consolidar o **modo de vida** que lhe é adequado.

Hoje, o “capitalismo flexível”, ou o “novo capitalismo”, exige que os trabalhadores sejam “ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais” (SENNETT, 2003, Prefácio). O desemprego e a exclusão social acabam sendo as marcas visíveis de um modo de produção que descarta um expressivo segmento da população do mundo; é uma situação que afeta homens e mulheres, em suas diversas faixas etárias, que se manifesta e conforma a circunstância de um verdadeiro “horror econômico”, social e político em que as vítimas são induzidas a se sentirem réis.

De modo geral, a **crise do trabalho assalariado** na atualidade - cujas facetas mais gerais são o desemprego e sua crescente duração, a precariedade das relações de trabalho e o crescimento da pobreza (relativa ou absoluta) - vai tornando cada vez mais visível que não se trata de um problema de ajustamento econômico e financeiro, mas sim do acirramento das negatividades produzidas pelo **sistema do capital**. As profundas mudanças que vêm ocorrendo desde o último quartel do século XX sugerem também que se torna cada vez mais difícil a conciliação entre os opostos orgânicos (capitalistas e trabalhadores).

As terapêuticas tradicionais de corte neoliberal que seus idealizadores julgavam suficientes para incentivar o crescimento econômico e do emprego e distribuir a riqueza gerada por muitos, na realidade, têm acentuado o problema, uma vez que sua formulação contém a mesma lógica que acompanha o **desenvolvimento do capital**, evidenciando-se a eliminação de quaisquer restrições aos mecanismos do livre funcionamento dos mercados.

Isso não significa dizer que se houver uma reorientação da política econômica, como insistem muitos, a situação fique resolvida. Mesmo que sejam adotadas medidas com uma intervenção estatal mais efetiva, mantendo-se ainda nos marcos da contradição central do sistema, a situação não será muito diferente da que existe no momento. Se esta fosse a solução, o “socialismo realmente existente”, que é a evidência da mais forte regulação estatal em substituição ao mercado, não teria desmoronado. A simples mudança da natureza da propriedade e do modo de distribuição (mantendo-se o mesmo modo de produzir) provou ser insuficiente.

As formulações de políticas econômicas de matiz neoliberal nos países da periferia do sistema, tais como, abertura da economia, redução dos gastos públicos (superávit primário ou nominal) e estabilidade monetária a qualquer custo, não contribuem para mudar o quadro social e econômico da maioria da população. Em geral, como o objetivo é recuperar a competitividade da economia, o estímulo a inovações tecnológicas tende a agravar ainda mais o problema das desigualdades.

O concerto das chamadas **relações diplomáticas internacionais** acaba evidenciando o caráter da imposição dos organismos ditos multilaterais que procuram induzir os países da periferia a aceitarem as evidências de que é necessário extrapolar os limites da simples territorialidade de modo a criar condições para o exercício da plena liberdade organizada pelas forças do mercado. Na realidade, esses agentes apenas defendem interesses hegemônicos para a consolidação de formas imperiais de dominação e de acumulação por espoliação (HARVEY, 2012).

Em resposta às pressões dos grandes grupos econômicos e financeiros, os organismos internacionais que atuam diplomaticamente sugerem que as políticas econômicas a serem adotadas devem ter como objetivo principal a estabilidade monetária a qualquer custo para criar melhores condições de atratividade para os investimentos externos.

Somente assim, segundo seus formuladores e apoiadores, o país hospedeiro poderá elevar a capacidade competitiva e efetivar a inserção de sua economia no cenário da divisão internacional do trabalho.

Com o avanço das forças produtivas, o **sistema do capital** desenvolve limites internos ao tempo em que cria condições de ampliar a produção de mercadorias. A tendência à superacumulação que lhe é inerente projeta-se como crise de realização e de declínio da taxa de lucro. Às tendências e condições que têm acompanhado esse desenvolvimento somam-se os limites inamovíveis determinados pelo ecossistema planetário. A biosfera da qual dependemos funciona como fornecedora de recursos finitos e com limitada capacidade de absorver resíduos.

4 Trabalho e os limites externos da economia do capital

Como bem sabemos, a sociedade capitalista abriga as formas mais desenvolvidas da produção de mercadorias, estimuladas que foram pela concorrência entre as empresas capitalistas e pela busca de uma crescente **produtividade do trabalho**. Essa combinação inescapável - concorrência e produtividade - direciona a produção para atender a necessidades da acumulação ilimitada de **capital**. Com tal orientação unidirecional, a produção capitalista de mercadorias apresenta-se como um processo linear que exacerba a extração de recursos naturais e sua transformação acelerada em produtos para a venda rentável. Para fechar o circuito, este modo de produção exige um consumo em escala crescente.

É notório que em todas as fases dos processos econômicos o trabalho humano está presente e que, em todas elas, ocorrem desperdícios e a produção de resíduos e dejetos que têm o ambiente natural como destino final. Embora esta seja a característica geral de qualquer produção, o processo do **capital** exacerba a perda de energia e matéria, provocando uma elevação da entropia como nunca dantes acontecera.

Desse modo, ao contrário do senso vulgar, a alocação de recursos para produzir a riqueza capitalista é o modo de organização econômica mais ineficiente criado pela humanidade. Esse modo de produção acarreta custos importantes que não são considerados no cálculo da rentabilidade privada; são custos crescentes e impagáveis, em virtude de danos irreversíveis causados aos ecossistemas.

Conforme Georgescu-Roegen (2007, p. 32, 38,

grifos do autor), o processo capitalista de produção é intensivamente entrópico, pois:

Esta producción agota necesariamente nuestro *stock* finito de materias primas y energía, a la vez que inunda la capacidad, igualmente finita, de nuestro ecosistema con los residuos generados en sus procesos.

.....
[...] lo que entra al proceso económico representa *recursos naturales valiosos* y que lo que sale es un *residuo sin valor*. [...] Desde el punto de vista de la termodinámica, la materia-energía entra al proceso económico en estado de *baja entropía* y sale de éste en un estado de *alta entropía*.

O **trabalho**, portanto, é uma ação humana indispensável à reprodução do capital e ao mesmo tempo a fonte dos desgastes das forças produtivas da natureza. Assim, o **trabalho** que produz o **capital** tem repercussões sociais e ambientais que poderão se transformar em um pesado fardo para as atuais e futuras gerações. Mesmo que seja considerado o fator estruturante das sociedades ocidentais, manter esta forma de sociabilidade nos permite antever sérias possibilidades de conflitos na atualidade e no futuro; daí a necessidade de sua negação, pois não pode ser considerado um fator positivo de estruturação da vida em sociedade, uma vez que é o cerne da alienação que a todos domina, ao tempo em que é o centro de irradiação de inseguranças generalizadas, doenças e desrealizações pessoal e profissional, vale repetir; mais ainda porque é considerado o meio para inserção de muitos na esfera do consumo que faz valer a roda viva (ou morta) da acumulação de **capital**. Para aqueles e aquelas que não conseguem se inserir, resta buscar formas diversas (mesmo que ilícitas) para obter **dinheiro** e participar da festa nos domínios do **capital**.

Podemos concluir que tanto trabalhadores como capitalistas ficam despojados “de sua personalidade e de sua singularidade, de seus fins e de seus desejos próprios” (GORZ, 2003, p. 29). Os primeiros mais ainda, posto que despojados da propriedade dos meios de produção e pela condição de simples força de trabalho exposta à venda. A venda desta mercadoria é necessária para que seu possuidor se torne servo da modernidade perambulando pelas trilhas alienantes do consumismo.

Os indivíduos em sua totalidade, portanto, são aprisionados a estruturas e levados a desenvolver ações entrópicas voltadas para a produção de **dinheiro**. As relações entre eles assumem um caráter tal que todos ficam subsumidos a **abstrações**; estas entendidas como a expressão teórica das relações materiais que os dominam (MARX, 1986). O **dinheiro**, por ser a expressão universal da riqueza, apresenta-se como a **abstração** máxima dessas relações abstratas.

Assim, nos termos da **dominação abstrata** que envolve a sociedade capitalista, concretiza-se a identificação entre **capital** e **trabalho**. A existência de uma oposição de poderes diferenciados e desiguais permanece restrita à dinâmica da valorização do **capital**, particularmente na esfera da distribuição. As lutas pela redução da jornada, por maiores salários, por melhores condições de **trabalho**, por direitos sociais; a luta pela permanência no emprego, mesmo com salários reduzidos, ou a negociação quanto ao tamanho da demissão a ser efetivada; as demandas por uma política estatal de ocupação e renda; todas guardam em comum a manutenção dos pressupostos que fundamentam o **trabalho** nesta sociedade.

Por esse caminho, **capital** e **trabalho** transformam-se nos lados de uma mesma moeda. Essa moeda não é outra coisa senão a expressão menos abstrata da contraposição entre o **trabalho** existente no espaço (**trabalho morto**) e o **trabalho** que toma existência no tempo (**trabalho vivo**), ambos compondo o todo orgânico necessário à produção de mercadorias. O **capital** é **trabalho acumulado**; o **trabalho vivo**, seu processo de acumulação - o ser e o vir a ser completam-se coercitivamente.

No embate de classes, o interesse de uns poucos é transformar o vir a ser no ser; o interesse de (muitos) outros é produzir o vir a ser como garantia de recompra de sua mercadoria.³ Qualquer categoria de trabalhadores, sobretudo em circunstâncias de **horror econômico**, defende ardorosamente programas e políticas que mantenham em pleno funcionamento as atividades às quais se encontra vinculada, mesmo que causem efeitos deletérios sobre o ambiente. Isso é assim em virtude da coerção econômica prevalecente, que atribui a identidade de classe e possibilita a inclusão cidadã da sociedade capitalista dos vendedores de força de trabalho. Podemos dizer que existem duas classes: a **classe que vive para o trabalho** - composta por aqueles que sacrificam a vida em benefício do **capital** - e outra que **vive do trabalho alheio** - aqueles que são os beneficiários deste sacrifício. Ambas as classes, contudo, compõem, funcional e organicamente, o processo de produção de mercadorias.⁴

5 Conclusão

A principal conclusão é que a humanidade está diante da necessidade de se livrar da dominação social que caracteriza o sistema do **capital** e de soldar a ruptura metabólica que ameaça a

existência da humanidade. Trata-se de um desafio que exige uma articulação de teoria e prática para dar conta da complexidade que envolve uma **construção por negação**; é um passo necessário no sentido da disseminação de que é possível outro modo de reprodução social das condições materiais e culturais da vida.

A dominação social do **capital** destrói a individualidade e escraviza o homem, independentemente de ser ele trabalhador ou capitalista. A gaiola de ferro concretiza-se nas “coisas e circunstâncias feitas por ele próprio” (FROMM, 1983, p. 54). Segundo esse pensador alemão (FROMM, 1983, p. 57, grifo do autor):

Não é só o mundo das coisas que se torna superior ao homem, mas também as *circunstâncias sociais e políticas* por ele criadas se tornam seus senhores.

[...] O homem alienado, que julga ter-se tornado o senhor da natureza, tornou-se escravo das coisas e das circunstâncias, o apêndice impotente de um mundo que é simultaneamente a expressão congelada de seus próprios poderes.

A ruptura metabólica, por sua vez, decorre do fato de que não é possível conciliar crescimento econômico ilimitado no interior de um sistema fechado (limitado).

Essa conclusão pode ser desdobrada em dois aspectos. O primeiro refere-se à reafirmação do **trabalho** como centralidade para o **capital**, engendrando a existência do homem como **homem que vive para o trabalho**. Cria-se, assim, uma condição humana subordinada a um processo de degradação e miséria; de modo geral, uma condição de não realização humana.

O outro aspecto situa-se na ilusão de que o avanço tecnológico e o crescimento da produção de mercadorias resolvem as reais necessidades da espécie humana. Um traço marcante da dinâmica da economia capitalista é a criação de necessidades artificiais acompanhada da tendência decrescente da taxa de utilização do valor de uso das mercadorias;⁵ juntam-se aí a obsolescência programada e a obsolescência perceptiva.⁶ O resultado é uma produção avassaladora de resíduos, contaminação do solo e dos cursos de água, acidificação dos oceanos e a crescente emissão de CO₂.

Na sociedade produtora de mercadorias, a forma de dominação é complexa e sutil. *Grosso modo*, a pessoa ou a classe que domina é a pessoa ou a classe que concentra mais **dinheiro**. O mercado, por sua vez, ganha *status* de agente social por excelência que determina o destino da humanidade e comanda as ações humanas. Segundo Sennett

(2003, p. 54), o economista clássico John Stuart Mill “encarava os mercados como um teatro da vida ao mesmo tempo perigoso e desafiador, e seus comerciantes como artistas da improvisação.” Essa arena de disputas, em que cada indivíduo “improvisa” para impedir o sucesso do outro, adquire a condição de demiurgo.

Se a capacidade humana de criar pôde construir essa colossal complexidade técnico-social calcada no **trabalho alienado**, por que não será capaz de eliminar a razão instrumental que acompanha a mercantilidade da vida? Se até então tem prevalecido uma lógica impessoal, crescentemente abstrata e quase objetiva,⁷ por que a humanidade, social e conscientemente organizada, não será capaz de extirpá-la para dotar-se de ações verdadeiramente humanas e autodeterminadas? Se o modo de produção do capital funciona tendencialmente como negação da condição humana, por que não será possível realizar a negação da negação com a ampliação de experiências que conduzam, pedagogicamente, ao estabelecimento de uma comunicação fundamental que inscreva esta possibilidade histórica para além do **capital**?

Notas:

⁽¹⁾ Essa é a expressão de que Marx se utiliza quando faz referência a todas as formações sociais e históricas até hoje existentes. Segundo o pensador, a transição da sociedade capitalista para um modo sociocultural de vida superior marca o término da pré-história da sociedade humana (OLIVEIRA, 2006)

⁽²⁾ A argumentação contida nesta e nas demais seções tem por base OLIVEIRA, 2006.

⁽³⁾ O vir a ser corresponde à acumulação de capital em potência; e o ser, à acumulação de capital efetivada.

⁽⁴⁾ Talvez fosse mais correto fazer referência à classe trabalhadora como aquela que **vive para o trabalho** e que, ao mesmo tempo, **vive do trabalho**. Isso porque é a portadora coletiva da fonte de valorização da qual resulta o **alimento** para si, para a classe dos proprietários e, sobretudo, que assegura a acumulação e a relação de dominação do **capital**.

⁽⁵⁾ cf. MÉSZÁROS, 1995, 2002.

⁽⁶⁾ cf. LEONARD, 2011.

⁽⁷⁾ cf. POSTONE, 1996.

Referências

- FORRESTER, V. *Uma estranha ditadura*. São Paulo: Unesp, 2001.
- FROMM, E. *Conceito marxista do homem*. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- GEORGESCU-RÖEGEN, N. *Ensayos bioeconómicos*. Madrid: Ediciones del Grenal, 2007. (Clásicos del Pensamiento Crítico).
- GORZ, A. *Metamorfoses do trabalho*. São Paulo: Annablume, 2003.
- GOUVERNEUR, J. *Les fondements de l'économie capitaliste: introduction à l'analyse économique marxiste du capitalisme contemporain*. 2. édition refondue et augmentée. Paris: L'Harmattan; Bruxelles: Contradictions, 1995.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- KURZ, R. Dominação sem sujeito: sobre a superação de uma crítica social redutora. In: PAIVA, J. (Org.). *Teoria crítica radical, a superação do capitalismo e a emancipação humana*. Fortaleza: Instituto Filosofia da Práxis, 2002. p. 151-229.
- LEONARD, A. *A história das coisas: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- MARX, K. *O capital*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978a. Livro I, Capítulo VI (inédito).
- MARX, K. *El capital: crítica de la economía política*. 7. ed. México: Siglo Veintiuno, 1978b.
- MARX, K. *El capital: crítica de la economía política*. 7. ed. México: Siglo Veintiuno, 1979.
- MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) - 1857-1858*. 10. ed. México: Siglo Veintiuno, 1985. v. 2.
- MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) - 1857-1858*. 10. ed. México: Siglo Veintiuno, 1986. v. 1.
- MÉSZÁROS, I. *Beyond capital: towards a theory of transitions*. London: Merlin Press. 1995.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo; Unicamp, 2002.
- MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- OLIVEIRA, A. A. *Para uma socioeconomia política da transição: possibilidades e limites da economia solidária*. 2006. 320 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- POSTONE, M. *Time, labour, and social domination: a reinterpretation of Marx's critical theory*. New York: Cambridge University Press, 1996.
- SENNETT, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

* **Doutor em Sociologia, Professor Associado 4 da Universidade Federal do Ceará, onde ministra as disciplinas Pensamento Econômico Marxista e Economia Ecológica.**

THE CRY OF THE EXCAVATOR: notes on the social impact of urban renewal

By Stefano Portelli*

Abstract: Many of the grassroots protests we witnessed to in the last years have put back to the center of our attention the issue of popular participation to urban planning. Therefore, it is now the moment to develop instruments that help us to evaluate public policies observing the short and long term effects they have on the populations that suffer them. The question of what are the consequences (individual or collective) of urban renewal is analyzed here in relationship to three fields of research: cultural anthropology, psychology, and urban studies. The limitations and potentialities of these three approaches are presented through the discussion on five texts (some of them classical, other not) in which different scholars developed different ways of studying the impact of urban renewal.

Keywords: Urban planning. Impact of urban renewal. Social impact of urban renewal.

Resumo: Muitos dos protestos que presenciamos nos últimos anos têm trazido ao centro da nossa atenção a questão da participação popular para o planejamento urbano. portanto, agora é o momento de desenvolver instrumentos que nos ajudam a avaliar as políticas públicas observando os efeitos de curto e longo prazo sobre as populações que sofrem estes efeitos. A questão de quais são as consequências (individuais ou coletivas) da renovação urbana é analisada aqui em relação a três áreas de investigação: antropologia cultural, psicologia e estudos urbanos. as limitações e potencialidades destas três abordagens são apresentadas através da discussão em cinco textos (alguns deles clássica, outros não) em que diferentes estudiosos desenvolveram diferentes formas de estudar o impacto da renovação urbana.

Palavras-chave: Planejamento urbano. Impacto da renovação urbana. Impacto social da renovação urbana.

1 Urban Landscape, Human Landscape

The idea of the unavoidable demolition of the so called 'slums', and of the deportation of the population of the inner city districts towards the suburbs, can be traced back at least to the early 20th century. 'Opening up' the central neighborhoods was the essential feature of Haussmann's *éventrements* at the mid-19th century, but it was not its major scope; the creation of new neighborhoods outside the center was by then much less pursued than announced. One of the first early-century philanthropes who advocated for decongestion of the cities, stated that the residents of the center had to be "dug up by its roots and

trasplanted into areas developed in such a way as to make slums impossible."¹ But competing interests made difficult both to execute the invoked demolitions and to build new neighborhoods to relocated the evicted; and it was not until half a century later that the authorities of many cities in US and Europe finally found the technical means to achieve this long-prepared plan. So in the 1950s, the systematic slum clearance and relocation of residents from the city centers became a standard practice in city planning (Foglesong, 1986, p. 172-179).

I will here collect some notes on the planned urban interventions executed since World War II that

involved demolition and relocation. I propose the idea that this could be considered as a single phenomenon, a single 'wave' of urban renewal that swept the whole world for almost 70 years. Uniform in scopes and methods, we could broadly set its outbreak in the USA, where the original idea of decongesting and relocating was conceived, half a century before, and specifically with the *Housing Act* of 1949. From North America, this wave of demolitions and relocations quickly shifted towards Europe, where it reached Southern Europe in the 1960s and 1970s; meanwhile it was extending in circles, out to the metropolis and cities of Asia, South America and Africa, during the 1980s, 1990s. With the new millennium, almost no city in the world was immune to it; in some of them the transformations were so quick and brutal that they caused strong concerns in many sectors of the local and international elites (it is the case of 'global' cities like Istanbul, Rio de Janeiro and Addis Abeba). If mass evictions and huge demolitions were carried out since the beginning of urbanization - let's think for example of colonial cities of the XIX and early XX century - the current wave of *systematic* demolitions and relocations has no precedent in history, for the speed and extent of its impacts.

As David Harvey (2008) and Neil Smith (2002, p. 441) noticed, the logics that underlie urban transformations today, even when applied in very different contexts, are increasingly similar to one another. Gentrification blurs the differences between global North and South, and urban policies are surprisingly similar in the former 'First', 'Second' and 'Third' worlds. Identical phenomena of dispossession and mass eviction can take place in Marseille and Rabat, on the shores of the Thames and on the shores of the Mekong. Still, in reviewing the immense body of scholarly literature produced on this - I repeat, hypotized - wave of urban renewal, one is struck by the relative lack of research on the *social impacts* of these transformations. Very few scholars focused their attention on the way urban renewal is *perceived* by the local population, i.e., on how these interventions are *lived* and *experienced*, or on how the physical changes in the city fabric influenced the different 'human landscapes' that cities are made of. In fact, even if the policies pursued by the city administrations are very similar, if not the same, their 'human consequences' (Bauman, 2007) are immensely different. Different places and different populations have uncomparable systems of thought and perception; and they were made even more

diverse by the great rural-urban migrations that, throughout the globe, preceded these demolitions, often overlapping with them.

This is a surprising gap, if we consider how much the first urban sociologists were interested in the relation between the form of the city and the social behavior of its residents. Georg Simmel's seminal text 'The metropolis and mental life' (1903), as well as Robert Park's introductory chapter to the collective book *The City* (1925), or Lous Wirth's article 'Urbanism as a way of life' (1938), were all attempts to settle the basis of a discipline concerned on how the urban space induced specific forms of behavior, which in turn caused certain mental states or some specific forms of perception. In fact, social sciences developed as a way to understand why people behave in different ways according to the different environments in which they lived. But the social sciences, by then, shared the same epistemologic paradigm that underlied the building of the city itself. Durkheim, for example, put at the origin of *anomie* - the psychic state of the city dweller - the rupture of the old social and cultural structures, a direct product of the increase in the number and density of the population: the same issue that the metropolitan authorities and philanthropes tried to address in the early XX century with the struggle against *congestion*. For these early urban thinkers, the very economic needs of the metropolis, as Park (p. 13-14) stated, would "break down or modify the older organization of society, which was based on family ties, local associations, on culture, caste, and status, and to substitute for it an organization based on vocational interests." The growth of the city was interpreted as a linear phenomenon, on an evolutionary scale; its understanding was possible, if only the data were accurate enough.²

But this positivistic confidence shattered after the Second World War, exactly when urban renewal began sweeping the world. Nazism showed that modernity and urbanization had not chased from the core of Europe the relevance of ethnic, religious and cultural belonging: industrialization and the growth of cities began to be considered much more complex and ambiguous phenomena, and urbanization lost part of its justifications, with the crisis of the paradigm of 'progress'. But the wave of urban renewal had already began, and the demolitions it entailed took place (and still are taking place) in a scenario in which the theoretical frame of reference that supported them had lost most of its meaning. So, the epistemological victory of relativism occurs

in a global stage in which the processes of spatial transformation are increasingly uniform and standardized; but similar projects of urban intervention give birth to immensely diverse urban and human landscapes. The idea of understanding the consequences that these changes are having upon the people can easily be bypassed, or simplified in an anachronistic justification of 'modernity' in itself, through the same outdated rhetorics that support the urban projects. But science today has also embraced a higher level complexity. With an effort of joining forces through different fields, many new things can be understood.³

In this notes I will propose a reflection on the limitation of current theoretical thought to deal with the consequences of what I consider an unique phenomenon, the global wave of urban intervention that spans from 1949 to nowadays. My aim is to contribute to the development of a methodology which can account the impact of this global process at a *local* scale. In the opening paragraph I will bring some examples of the kind of urban interventions I deal with, briefly describing the studies - or lack of studies - that focused on their social impact. Then I will expose my idea that there are mainly *three fields of inquiry* that can deal with the human impact of urban renewal, and that it is from the collaboration of these three fields (and especially of certain sub-fields within each of them), that a strategy of research on this issue can be developed. Finally, I will discuss *five texts*, spanning from early post-war sociology to contemporary scholarship in psychiatry, from which to my advice it is possible to set the boundaries of the problem and to evaluate the possibilities of research on it.

2 The Study of the Impact of Urban Renewal

I developed most of my field researches in Barcelona, which is one of the European cities that experienced more dramatic changes in its urban form during the last decades. The catalan writer Manuel Vázquez Montalbán, known for his *noir* novels set during the big transformations for the Olympic Games of 1992, explains how these events, planned at the level of the whole city, had very different impacts in the different parts that compose the city. "Those english travelers who have already visited or intend to visit Barcelona should be aware that not one but several cities are contained within its municipal boundaries, and that nearly all of them have been radically changed under the impact of the Olympics" (Montalbán, 1992, p. 3). Still, during those

years, no institute of research or university faculty engaged in evaluating the consequences of these processes, on the lives of the residents of the different Barcelonas.⁴ The same thing happened in the subsequent two decades, with the huge transformations that preceeded and followed the new 'big event', the *Universal Forum of Cultures* of 2004: the difficult topic of social impacts was eluded. The only researches worth mentioning were conducted by independent scholars, linked to neighbors' associations or activists,⁵ only recently some researchers affiliated to the University of Barcelona are starting to address the social impact that urban transformations had in each neighborhood.⁶

In places where the urban intervention concern wider territories, the ruling administrations can be even less propense (if not openly hostile) to the study of their social effects. In Istanbul, between 2005 and 2010, more than a million people were evicted from the *gecekondu*, the hundreds of spontaneous settlements all over the city, and relocated into *grand ensembles* built by the semi-public company 'TOKI'. But the results of these interventions were often very different from what was announced. For example, the forced displacement of the community of Ayazma, overwhelmingly kurdis, that was relocated into a *housing project* in Bezirganbahçe, produced an increment in interethnic hostility, and pushed many residents to return to their villages (Baysal, 2010). Many of the inhabitants of the old roma neighborhood of Sulukulé, evicted from the area in 2009 and transferred 40 km far from it, returned to live precariously around the ruins of Sulukulé.⁷ Like in Montalbán's *barcelonas*, as explain the sociologists Candan and Kollou lu (2008), while Istanbul as a city is expanding, the different *istanbuls* that compose it have been shrinking: within each neighborhood the social interactions are reduced, the vital horizons of the inhabitants become smaller, and the links among the different neighborhoods are weaker. As stated by a resident of Ba_1 büyük, a neighborhood undergoing a process of demolition: "When this project will be completed, nobody will talk anymore to anybody, everyone will just mind his own businesses [The City Council] wants to transform us into robots: we will work day and night to pay our bills, we will be as contracted servants of TOKI" (Karaman, 2013). In the eyes of these robots, we can imagine the same *blasé* absence of feelings that Simmel recognized in the citizens of the expanding metropolis.

Often the studies on the impact of urban renewal arise out of urgency. This is the case of Brazil, where the World Cup of 2014 and the Olympic games of 2016 caused a dramatic increase in the *remoções* of *favelas*: some of those operations were designed as real military interventions. Most of the studies on their impacts were carried out by independent organizations, as the *Comité Popular da Copa e Olimpíadas*; but some academic works were also published on the topic, as in the issue of *O social em questão* devoted to 'Grandes eventos e seus impactos sociais' (Gonçalves; Simões; Magalhães, 2013), or the 'mapas de remoções' developed by the Grupo de Geografía Urbana Radical of the University of São Paulo. These studies show how at the base of the 'exception' that the big events elicit there are much more structural changes in politics and economy at a much wider scale: from commodification of the urban space to the entrepreneurial drift in the management of the city. But the urgency of the situation requires quantitative researches – how many conflicts, how many neighborhoods, how many people displaced or threatened by displacement - to the detriment of the more symbolic dimensions of spatial transformation, and of its social and psychological consequences, which still haven't been described in detail.

Urban transformations of much greater proportions happen in Asia and Africa. But a similar lack of systematic studies on the local impact of these processes can be observed. Often, the human groups targeted by displacement are the same groups that, not so long ago, have suffered other traumas, with a different origin but not so different consequences. Some studies on Addis Abeba describe the consequences of the *slum clearance* of Arat Kilo (Gebre, 2014; Yntiso, 2008), showing how the displacement, more or less forced, impacted negatively not only on the economies of the households, but also on the health and education of the inhabitants. The new *condominium*, in which the residents were relocated, are more modern and comfortable compared to the old houses of the central districts, but the access to basic services is reduced, while many residents can't afford to pay the new flats at all. In a country in where famine and armed conflicts caused enormous waves of internal displacements and migrations, the transfers imposed by urban renewal can be understood only in relation to the local interpretations of history.

Similarly, in Asia, where the most huge and intense urban transformation of the history of

mankind are taking place, the issue of how past and present displacement are related, can be addressed even focusing on a relatively marginal town. In Phnom Penh, for example, a neoliberal government is imposing privatization to a population that suffered a genocide in the name of collective ownership. The evictions and the relocation of residents of the old center, which are driven to still unurbanized plots in the periphery, are to be considered at least ambiguous, in a country that underwent Pol Pot's deportations of city dwellers to the countryside, not more than thirty years ago. The researches on the impacts of these projects are developed by NGOs, and the case most studied is the rehabilitation of the railway network. Nora Lindström (2012) summarized the experiences of several people displaced, suggesting a much deeper level of suffering than the purely economic one, as reflected in the title of her report: *Losing the plot*. With a different metaphor, Bugalski and Medallo (2012) entitled *Derailed* their research on the effects of the evictions, where they recall some of the stories of the inhabitants of the new settlements. But these works are generally fragmentary, and they privilege quantitative data.

With these examples, I want to highlight the importance and at the same time the complexity of any research on the effects of urban renewal. Public interventions often produce deep ruptures in the spatial fabric and in the historic continuity of entire communities. But these ruptures also bring to the foreground several social dynamics that in the ordinary life remained invisible: the relation between space and collective life, between space and culture, between space and 'mental life'. Something is retained of these events, also when the spatial order is reconstructed, and the human groups recreate the 'legibility' of their environment (Lynch, 1960). Thus, to understand the interpretations and experiences of the residents during these moments of rupture, allows us to shed light on some mechanisms that underlie the construction of the culture of cities.

As Louis Wirth (1938) concluded the article quoted above, urban transformations have an impact not only on the specific places in which they are enforced, but *on the world*, as a unity bigger than the sum of its parts, and that is driven by complex global dynamics. If these events are not addressed starting from the evaluation of their effects, they will keep reproducing in similar forms for more decades. The direction of the current changes – he writes – in good or in bad will not only transform the city but the world. Some of the most basics among these factors and processes, and the possibility to direct

them and to control them, compels us to study them in greater detail.

3 Three Fields of Inquiry: urban planning, anthropology, sciences of the psyche

I frame the study of the consequences of urban transformations as a subject that lies at the intersection of *three different disciplinary fields*, each with its peculiar methodologies and biases. I will sketch now a brief commentary on each one of them, trying to relate some authors within each field to the topic I am concerned of. I will later briefly present *five texts*, which, from different historical and geographical contexts, managed to hold together in creative ways these three approaches. By studying these texts comparatively, and creating a dialogue among them, without forgetting their flaws, we can find some interesting suggestions to develop a methodology of research on this subject.

3.1 Sciences of the built environment

The first field I analyzed is the huge area that includes human geography, urban planning and urban studies in general. Even if the planned transformations of city are intensely studied by these disciplines, the research on the *effects* of these transformations are surprisingly few. There is a line of studies, which we can trace back to Geddes and Mumford (or even before, Ruskin), that devoted a special attention to the ways in which communities take control of the spaces they inhabit. More recent authors, like Lynch and Rykwert – or, in Italy, De Carlo – reflected on the ‘sense of places’, highlighting the relation between urban landscape and human landscape. But even within this sub-field, already marginal in itself, few studies actually focus on how urban interventions modify the social arrangement of the human groups they affect.

From Lefebvre onwards, the study of the impacts of planning assumed the language of marxist critical geography. The processes of gentrification, of urban renewal, even of displacement, were described as partial reflections of the class conflict. For critical geographers like Soja, Harvey or the late Neil Smith, the economic order shapes space to adapt it to its needs, erasing from the territory the uses that are not compatible or not desirable: if necessary, by removing the population, otherwise by promoting or enforcing a change in their customs. This powerful interpretation has the merit of bringing back the conscience of class in urban studies; though, it is steadily becoming a conventional language to describe very different processes, imposing on the

whole world an epistemologic construction that emerge from the peculiar history of Europe and North America. Even if inserted in a same global system, the stories and the forms of belonging that developed in different cities over the world are often hard to compare one with another, or to enclose in a single frame.

Other researchers work on how planning *in itself* involves certain dynamics of accumulation of wealth and dispossession, which can be described as merely colonial: they also provide an interesting key for the study of its impacts. In fact, Neil Smith’s major work described gentrification with a metaphor linked to colonization: the frontier (1996). Libby Porter (2010) highlighted how colonization in Australia always used planning to pacificate the conquered areas; Leonnie Sandercock (1998) observed how planning in the Canadian territories inhabited by First Nations conveys class and ethnic biases that reproduce the hostility towards them; Oren Yiftachel (2006) and Eyal Weizman (2007) showed how architecture and urban renewal in Palestine are used as devices of conquest and exclusion. These approaches can be applied also to territories that are neither reclaimed by aboriginal inhabitants, nor at war; in fact, the rhetorics that legitimate urban renewal are often the same.

3.2 Sciences of culture and society

Obviously, in the social sciences, and especially in cultural anthropology, we can find many important studies that are useful for the study of the impacts of urban renewal. The first ethnographers devoted much attention to the spatial organization of the colonized populations; but their spatial approach has not been followed to this day. Few anthropologists are interested in the cultural implications of urban renewal: my hypothesis is that this is due to two characteristics of the discipline itself: the preference for synchrony over diachrony, and the ‘anti-urban prejudice’ of many anthropologists (for Italy, see Signorelli, 1984; Giglia 1989).

Regarding the synchronic bias, it suffices to quote Lévi-Strauss (1961): in *Tristes tropiques*, the father of structural anthropology engages with the issue of the spatial organization of the Bororo tribes and its relation with the social order. But the impact of colonization on this dyade is dismissed in one single paragraph. It is a crucial paragraph, indeed, because it mentions the ‘disorientation’ that the new spatial order caused on the natives.⁸ Lévi-Strauss does not go further in studying the problem, which would have been of great importance to us; but the (diachronic) impact of change was marginal to his

concerns, because what really interests him is the (synchronic) homology between the religious and the social structures. Some years later, another French ethnographer, Robert Jaulin (1972), will devote much more attention to a process of this kind, among the Motilones of the Venezuelan Amazonas. Jaulin connects the spatial transformation of their villages, that the Jesuite missionaries set in place, to nothing less than the deterioration of the tribe's collective *health*: it is an important step forward, in comparison to the anti-historicism of the structuralists, whose climax is reached by Bourdieu's famous essay on the kabyle house.⁹

Regarding the 'anti-urban prejudice', it is worth mentioning that recently the anthropologist Setha Low wrote that urban anthropology, despite the great amount of researches, has not produced substantial theoretical innovations (2010). Many urban researches focus on the relation between local or individual experiences and the bigger socio-economic picture, as well as on the meanings that people attach to the urban environment. But among the 254 studies she reviewed, there is no recognizable school of thought on urban transformation within urban anthropology. The same author, few years before, edited a compilation of essays with Denise Lawrence-Zuniga (2003) on the anthropology of space and place, where some very important texts are included; in particular, on the 'cultural implications' of planning. Rabinow's and Herzfeld's articles, for example, show how the building of new public spaces, as well as the demolition or preservation of specific private buildings, convey dynamics of power and conflict among social, ethnic or religious groups. These conflicts have a reflection on the spaces that emerge from these interventions; so these are impregnated of some cultural stories that are invisible to an external observer, and difficult to decipher even for the groups that inhabit them.

Displacement is at the center of the concerns of the anthropologist Michael Cernea, an assessor for the World Bank that elaborated a model for the prevention of the socio-cultural damages caused by relocations: though, he mainly addresses post-catastrophe or post-war events. The episodes of displacement and eviction that occur in times of peace still remain scarcely researched. It is worth reporting that in Italy, since the 1970s, several researchers focused on the cultural crisis linked with the disappearance of familiar landscapes. A famous text by Ernesto de Martino describes the disorientation of a Southern peasant when for the first time he is brought out of his village,

Marcellinara, in a car. When he loses sight of the steeple, he experiences an existential anxiety which testifies the fact that that object, and the place it stands for, were the cornerstones of his vital experience (Martino, 1977, p. 479-481). This episode opened the way to a series of studies on the 'sense of places' in Italian ethnology, from Minicuci (1982) to Laceda (1993) and Teti (2003): the first analyzes the organization of space in a village in Calabria, the second the symbolic aspects of spatial rootedness and uprooting, the third the relation of the inhabitants of Calabria with the abandoned villages.

We don't know if in the big cities of our days there are some equivalents to the steeple of Marcellinara. The conceptual tools of anthropology were developed in rural settings, and cannot be applied acritically to completely different contexts. But we also know that the split between 'simple' and 'complex' societies is artificial: neither the world of the Bororo, and of the peasants of Southern Italy, was so traditional and immutable as anthropologists like to think, nor contemporary society is so void of symbolic implications as the social scientists of the Chicago School imagined.

3.3 Sciences of individual behavior

Within this field of inquiry I reviewed the researches of psychologists and psychiatrists concerned on the influences that society and the environment have on mental health. As in the other two fields, I found few approaches that help to clarify the effects of the transformations of space on behavior.

A key figure in North American environmental psychology is Irwin Altman (disciple of Proshansky, who was one of the first psychologists who investigated on the impact of urban environment on human behavior). Since the mid-Seventies, Altman was the director of *Human Behavior and the Environment*, a collection of books that hosted a lively interdisciplinary debate on the role of space and place in the formation of the individual psyche. Among its contributors there was the architect Amos Rapoport (1982), who considered the 'vernacular' relationship between space and social organization as a guarantee for mental health, especially through the investment of meaning on the environment. This 'culturalist' strand of environmental psychology will have its peak in 1993, with the publication of a volume edited by Altman and Setha Low, under the title, which will become famous, of *Place Attachments*.

Between the 1980s and 1990s the concept of place attachments was applied also to the analysis of urban transformations, in reviews like *Environment and Behavior* or the *Journal of Environmental Psychology*.¹⁰ But this idea quickly was reduced into an interpretation that privileged the sentimental relations, the emotional bond that links the individual to certain spaces. The spaces mentioned are generally *private*, and the bond emerges from habits, from memories, and from a sense of security, which supposedly gives psychological support to the individual. This is a phenomenological approach, linked to concepts like *place identity* or *genius loci*, developed by scholars like Yi-fu Tuan or Edward Relph. Although they might be useful in a clinical context, these concepts have clear epistemological limitations: they admit very little margin for social and cultural dynamics, for conflicts, for class tensions – in brief, for history. In the final chapter of *Place Attachment*, in fact, Brown and Perkins describe the ‘Rupture of Place Attachments’, but only the last ten pages of the chapter deal with involuntary relocation.¹¹ The other examples of ‘rupture’ are the invasion of privacy, or the nostalgia of the youth when they go to study in a college. From our point of view, these events are so radically different, that binding them under the same definition involves a serious risk of banalizing the dynamics of rupture of a spatial order.

In 2013 the two northamerican psychologists Manzo and Devin-Wright edited a compilation of texts on the state of the art of the school of ‘place attachments’, twenty years after the original volume of 1993 was published. But the new book is much less interdisciplinary, and no anthropologist contributed to it.¹² The ambiguity of this phenomenologic and sentimental approach reaches a peak when this paradigm is used to study gentrification: in 2004 Brown, Brown and Perkins studied a process of residential substitution in the center of Salt Lake City, and found an increased ‘confidence in place’ among the new (wealthier) residents, compared to the (poorer) inhabitants of the areas still not renovated – thus legitimizing the project of urban renewal. Two years later, in a study on citizens’ participation, Manzo states: “[...] the proposal of a development project can be interpreted by some members of the community as a threat for their place attachment, because the physical fabric of the neighborhood will be modified. Those that feel that the relation with their community is threatened by the renovation, can oppose to a project, despite its potential value” (Manzo; Perkins,

2006, p. 337). With the concept of *place attachment*, psychologists can essentialize the relation that a human group maintains with a specific space, reducing the opposition to urban renewal and gentrification to an expression of conservatism, or to an irrational nostalgia.

Other currents in the sciences of behavior challenge these essentialism that often degenerate into pathologizing or disease mongering. Tobie Nathan’s ethnopsychiatry, or Françoise Sironi ‘clinical geopolitical psychiatry’, for instance, were developed to incorporate the cultural, historical, social and even economic implications of the psychic events into the clinical approach. These authors interpret the idea of ‘attachments’ in a very different way, but until now their work was focused mainly on war traumas and huge migrations. But this approach can be applied also to events that happen in ‘times of peace’, like urban renewal. As I mentioned before, the parallel with colonization allows to link anthropology with urban planning; the study of urban transformations as *traumatic events*, in turn, can be the bridge through which the ethnopsychiatric approach (or the ‘clinical geopolitical’) links to the study of the impacts of urban renewal.

4 Five Texts to Focus the Study of the Impacts

I will now proceed to the presentation of five texts that are the best examples I have found of an analysis of the social and cultural impacts of urban transformations. They do not reflect any theoretical, chronological or disciplinary coherence: the first three emerge from a London-based research group, the *Institute for Community Studies*, that began its activities just after the Second World War; the other two belong to two completely different disciplinary traditions; with one exception, they were all published at a about fifteen years of distance one to the other. In each one of them I will highlight the concepts that can be helpful for the present, and the limitations that they imply. I describe their succession as a progression in the complexity of the approach, though the author may even not know the texts that preceded them, since, as I said, they do not belong to the same tradition of studies, nor to the same disciplinary field. Though, every one of them covers some important aspects on this topic, and these elements emerge mainly through the comparison of every text with all the others.

4.1 Michael Young and Peter Willmott (1957). Family and kinship in East London, London: Routledge

The first text is a landmark study; it is one of the most important 'community studies' in British sociology, and doubtlessly the first that addresses the issue of urban renewal. It analyzes the impact of one of the first *slum clearance* projects on the social structure of a working-class neighborhood in London. During the fifty years after its publication, *Family and Kinship* was continuously reprinted, and sold more than a million copies. Its success comes from the fact that, by addressing specifically the issue of how *families* were affected by the new space the residents were relocated in, even if describing a *local* phenomenon, this specific becomes a metonymy for all the changes that were modifying the whole city of London, maybe all of Britain. The modification of life experienced by the inhabitants of the working-class neighborhood of Bethnal Green, as they were transferred to a residential estate in the suburbs, contains *in nuce* all the transformation of the English working class, from the febrile world of the Docklands between the two wars, to the consumption and individualism of the 50s and 60s, when emerged the values that many years later will give rise to Thatcherism.

The title of the book expresses a very clear disciplinary affiliation: *Family*, and even more *Kinship*, recall social anthropology, as in Evans-Pritchard *Kinship and Marriage among the Nuer*, or in Malinowski's first work *The Family among the Australian Aborigines*. Young and Willmott try to apply in an urban community the epistemic categories that were developed in the field of ethnography: the family is considered the core social institution of the group they study, those of the residents of Bethnal Green. Even the methodology is ethnographic: the two researchers established their *Institute for Community Studies* in the neighborhood of Bethnal Green, and Peter Willmott lived there with his wife and children. "This book – they explain in the opening of the second part – is about the effects of the newest upon one of the oldest of our social institutions. The new is the housing estate, hundreds of which have been build since the war [...]. The old institution is the family. It has been official policy to move people out of the cities; and we felt it would help in the assessment of this policy if more were known about its effects on family life" (xxv). In the old neighborhood of Bethnal Green, heart of the Docklands, the authors discovered that the enlarged family was still alive

and active, as in the peasant societies of the past and in the "primitive societies studied by anthropologists" (ivi). In this area, whose demolition the local authorities presented as an undoubtable progress, the two researchers find a functioning fabric of human connections, based on social and cultural structures that guaranteed a sense of belonging to the residents, despite the great infrastructural problems. The relocation in the new estate shatters this sense of belonging; the houses are more healthy and spacious, but the families close in themselves, and many relations of friendship and enlarged kinship are lost. To maintain the increased social status, the new residents have to devote much more time to their jobs and to earn an income; new needs emerge (like the pursue of quality in education) that were absent before, and that are linked to a meritocratic interpretation of society. Culture, in brief, changes with the transformation of space.

Despite its merits, the book is based on a series of oppositions (before and after the transfer; enlarged and nuclear families; rich social life and solitary life) that recall the famous evolutionary dichotomy between simple and complex societies, still very influential in post-war sociology. To our aims, anyway, the important fact is that the social transformation is studied *spatially*: life in the new estate is described in detail, and the comparison among the two spaces helps us to understand why the same people behave in different manners depending on the space they live in. Young and Willmott have been criticized, the conclusions to which they arrive considered too pessimistic; they were even accused of romanticizing the life of the working class. Anyway, the young writer Linsey Hanley (2007), author of a book on the english suburban estates recognized perfectly, in the description of the 'Greenleigh' estate, the same alienated landscape in which she grew up in the 80s. But the simplifications exist, indeed; we will now see how, in the following decades, they were increasingly replaced with deeper approaches to urban transformations.

4.2 Marc Fried (1968). Rieving for a lost home: the psychological costs of relocation. In: James Q. Wilson (Ed.) Urban renewal: the record and the controversy. Cambridge: MIT Press

This seminal work was included in one of the first compilation of studies on urban renewal, and describes the reactions of the residents to the demolition of Boston's West End – one of the first

'Little Italies' in the US, where Leslie Whyte discovered his 'street corner society' (1943). Previously, Herbert Gans (1962), like Young and Willmott in London, highlighted the pain that many Italian migrants suffered, as a consequence of the loss of this 'urban village'. But Fried – who was also part of Young and Willmott's *ICS* – for the first time brings the attention upon the consequences of the displacement for *mental health*. In fact, he uses a psychological category to account for the transformation: grief.

If we are to understand the effects of relocation and the significance of the loss of a residential environment – he writes – it is essential that we have a deeper appreciation of the psychological implications of both physical and social aspects of residential experience. Thus we are led to formulations which deal with the functions and meanings of the residential area in the lives of working class people (361).

Through the observation of grief we discover the implications of space on the psyche; so, to understand grief better, we have to study more deeply the relations between space and psychic life, and the social and cultural implications of space. So the loss of space is an occasion to shed light over this triangle: space, culture, and the individual.

Like in the Docklands of London, the families of Boston's West End experienced an increase of individualism and of the weight of the nuclear family after the relocation. Fried uses the word *pathology*: "Grieving for a lost home is evidently a widespread and serious social phenomenon following in the wake of urban dislocation. It is likely to increase social and psychological 'pathology' in a number of instances; and it is also likely to create new opportunities for some, and to increase the rate of social mobility for others. For the greatest number, dislocation is unlikely to have either effect but does lead to intense personal suffering despite moderately successful adaptation to the total situation of relocation (p. 376). Who studied or suffered some event of urban renewal will quickly recognize the sentences that Fried quotes from the interviews he made: for a resident the relocation was "like having the rug pulled out from under you"; another said "It's just like a plant; when you tear up its roots, it dies" (p. 372, 374). We will see how this metaphor will be used forty years later by Mindy Fullilove, the last author of this compilation.

The article closes with a call to a better understanding of the social impacts, before slum clearance is planned; the residents' reactions, in

fact, can be compared to the death of a cherished person, and cause the fragmentation of the 'sense of continuity', which is an essential resource for working class people. Fried's interpretation might contradict the orthodox tradition of Marxist materialism, because it privileges the attention to the *meanings* linked to space, over the quantifiable aspects of housing (the dimensions of the houses, their price, the healthiness and comfort of the new spaces). The final aim of his work is to advocate for an urban planning that doesn't break this 'sense of continuity', by understanding what aspects of space give gratification to the residents, and at the same time by supporting psychologically those who experience relocation. "[O]nly by assuring the integrity of some of the external bases for the sense of continuity in the working class, and by maximizing the opportunities for meaningful adaptation, can we accomplish planned urban change without serious hazards to human welfare" (p. 379).

What is missing in this brief but important article is what is often excluded in most elaborations that are closer to psychology: history. The accent upon the 'sense of continuity', and on spatial identity is likely to hide from the frame precisely those dynamics that *build* belonging and meaning, and that are at the same time spatial *and temporal*. As for Young and Willmott's book, now from the point of view of psychology, if the relation between people and places is not understood as an historical dynamic, the grieving for a lost place is easily turned into simple – even if devastating – nostalgia. In the next work we will see a much more dynamic and historically based approach to grief.

4.3 Peter Marris (1974). *Loss and change*. London; New York: Routledge

Peter Marris is a sociologist, and he was affiliated to the same *Institute for Community Studies* whose works we reviewed in the last two paragraphs. For this reason, in this book appear many of the issues we saw in the works of Young, Willmott and Fried. But the point of view from which Marris analyzes this same topic is very different. In this singular book, Marris addresses the general topic of loss and change by analyzing many different traumatic events, and he chooses slum clearance as one of those. Even if different among each other, these events put people in front of contradictions and ruptures, and make difficult for them to reconstruct their – again – 'sense of continuity'. The case through which he illustrates the effects of slum clearance is drawn from the city of Lagos, in Nigeria,

where an illuminating bourgeoisie was promoting the demolition of many low-class neighborhood, and, as usual, the displacement of residents in newly built blocks of apartments in the periphery.

Just like in London's Bethnal Green and in Boston's West End, the demolition of the historical center of Lagos represented for many "a profound disturbance, from which they never recover" (p. 44). But Marris observes also how this disturbance is related with some messages which are *intrinsic to the urban process in itself*. When he interviewed the employees of the city authority responsible of the operation, he recognized in them a "missionary zeal" (p. 55), a very distinct quasi-personal engagement towards the solution of social problems through the transformation of space. Unprepared to recognize the social and cultural implications of their work, the planners associated the areas they are working on to disorder and pathology, and were convinced that their substitution will 'purify' society, as in a miracle. So the new neighborhoods were *intentionally* planned to break the residents' 'sense of continuity': the planners associated the old neighborhoods with the aspects of social life they wanted to obliterate. One of these employees revealed to Marris that "it's just at the moment that a family has been uprooted [...] that miracles can be accomplished" (p. 55).

But the values that the residents associated with these places were totally different. In Lagos, the maze of narrow alleys, little squares, passages, dark crowded rooms and common spaces where kids played, women cooked, washed or sold their products, meant to their inhabitants much more than decay and poverty – even if they might look as such to an external eye. They were instead the theater of a complex dynamic, which was a product of the crisis of the Yoruba family life and of the migrations from the countryside to the city. By getting involved in small businesses in the city, many young men and women obtained a power over their decisions much greater than what was recognized to them by the tradition; this change reflected on all the system of exchange internal to the groups, including marriage options, relations with the original families, and gender balance. But many elements linked with the support of the enlarged family groups maintained their importance, as well as many rituals linked to kinship; they obviously assumed a different value, in the new social conditions. Now, this interplay of continuity and change, was reflected in the *physical space* of these neighborhoods of the central city: the spatial form allowed the residents to face the difficulties of these transformations, by offering a

common scenario of reference on which the cultural dynamic could be played. "The uncertainties of married life in the city were manageable, because the situations which might arise could be understood by all in the same terms [...]. They could be vulnerable, but for good or bad they knew *where* they were" (p. 49, emphasis added).

In this sense, the relation between spatial form and social organization cannot be depicted as a static landscape of inherited traditions, in which suddenly history arrives in the form of urban renewal. The local communities were systems in transformation, and their evolution was suddenly *interrupted* by urban planning. This interpretation enables Marris to read also the social trauma caused by the relocation not as an irrational and atavistic resistance to change, but as the effect of *the interruption of a process of emancipation*. To the planners' pretension to reform a social life they considered archaic, only responded some specific sectors of inhabitants; the residential district "embodied the aspirations of the socially ambitious" (p. 52), for those residents of the slum that wanted to have tea and biscuits like the English. Naturally, most of them didn't possess "neither the money, nor the habitual skills, nor the sense of life's meaning which the estate implied. It robbed them of a physical support for an identity they could not afford to relinquish. Those who remained on the estate could only struggle against its hardships and inconveniences, in the hope that their resistance would sooner or later break the alien rigidity of its pattern" (p. 51). So the failure of the urban plan is linked to the social divisions it formed, to the rupture of social cohesion, to the loss of a *common space*, both physical and symbolic.

Many projects of urban transformation can be read through these lenses: an example would be that of the Pruitt-Igoe complex, which was supposed to regenerate a whole area of Saint Louis, but produced a space that was even worse than the one it intended to replace; it was actually demolished only 15 years after its construction.¹³ Even if it written almost half a century ago, Marris's text can be considered much more contemporary than many contemporary texts on community 'resilience'. The next text will help me to argue more about the "conflict on opposing conceptions of the place itself" (p. 56), what Lefebvre will later call the difference between the 'lived space' and the 'conceived space'.

4.4 Amalia Signorelli (1989). Spazio concreto e spazio astratto: divario di potere e squilibri culturali tra pianificatori e abitanti dei quartieri di edilizia popolare,¹⁴ *La Ricerca Folklorica*, n. 20, p. 13-20, Oct.

This study written by the neapolitan anthropologist Amalia Signorelli was conceived in a very specific moment for Italian urban history: in the 1970s and 1980s many big public housing projects were built, supported by the concern of many left-wing intellectuals and political activists with the material conditions of the poorest sectors of the population.¹⁵ To their great surprise, the residents of these new planned neighborhoods were far from grateful and comfortable in the new settings: at the contrary, they displayed a discomfort which often erupted in rage or even violence towards the physical structures of the buildings, which quickly fell into decay. This is a very contemporary problem; still, many social scientists and urban scholars have got so accustomed to it, that it is often given for granted that a certain degree of uncomfot and decay will always be linked with poverty and to public housing. In the crucial year 1989, several left-wing intellectuals were engaging in a deep reflection on their previous theoretical and methodological assumptions.

The failure of these neighborhood was generally attributed to the residents themselves, considered still incapable of adapting to an urban setting – especially for those who came from the countryside. This explanation recalled the positivist interpretations of the Chicago school (Signorelli, 1989, p. 14). But Signorelli dismisses this analysis, and considers that the crucial point was *class*. The newly designed neighborhoods, she observes, are the only spaces in the city that are *planned by a different social class than the one that inhabits them*. Their form thus implicitly conveys a way of using the space that does not correspond to those of the social classes that live in them. So, the same space can be completely different, if observed from above, as planners do, or from 1m 70 cm off the ground, as the residents see it. “What in a global reading appears as an order, becomes unbearably monotonous, flatness and anonymous repetition” (p. 16). The concrete space that the residents need, is in direct opposition to the abstract space of the planners.

This hypothesis is verified on a specific case: the city of Pozzuoli, in the gulf of Naples. Between 1983 and 1984 this small city experienced a dangerous amount of seismic activities, and 30,000 to 40,000

people were evacuated from the central neighborhood of *Rione Terra*, a picturesque district facing the sea and an ancient Roman settlement. They were moved to the other side of the hills surrounding the city, where a new planned neighborhood was built. But in the new space, the displaced residents obviously suffered from a discomfort linked to the loss of the old place: but the way Signorelli portrays this sentiment is worth studying. The old *Rione* was for her “a complex reality, characterized by a complex interplay between tradition and modernity, by lively dynamics of transformation” (p. 17). The beauty of the landscape combined with a high level of adaptability of space: flexible, non constrictive, this urban space *supported* the social dynamics of the residents, and those, in turn, modified the space, making it more recognizable and esthetically valuable. The new neighborhood was instead “only inhabited”, how an interviewee put it; it was “a dormitory, let’s call it that way” (p. 20). The planners didn’t want (or didn’t know how) to consider the peculiar relationship with places that the population developed, and decided to replace this complex construction with some completely foreign modalities of using the houses, the landscape, the environment. In particular, the new modalities had a distinct origin in a specific social class, higher than that of the residents, so the whole operation was tainted of a kind of classist violence.

So the discomfort had nothing to do with a ‘rupture of place attachment’: “The relation to places is not a habitus in a sentimental sense [...], it is instead a real esthetic experience, a clear and lucid conscience of the quality of the inhabited spaces; a conscience of how this quality, enjoyed as an object of esthetic contemplation, increases the quality of life as a whole; and moreover, of how the relation *between* the places are intertwined and qualify the relations that the human subjects have *with* places, so the admirable landscapes turns even the most miserable room or modest house into something highly valuable” (p. 19).

Many other events can be studied through this focus. In Italy, cases such as the neighborhood of La Martella, were in 1949 were relocated the inhabitants of the *Sassi*, an ancient neighborhood of the Southern Italian town of Matera, carved in the rock, and whose misery was depicted in the famous novel by Carlo Levi *Cristo stopped at Eboli*: after the relocation, they seemed to miss their old dwellings more than they appreciated the new settlement. Or to the recent relocation of the inhabitants of L’Aquila,

a central Italian town destroyed by an earthquake: according to recent studies, the trauma of relocation might have been even worse than the trauma of the earthquake. But Signorelli's intentions were not limited to the post-catastrophe reconstructions; her original concern was on relocations after urban renewal, as in the works we are analyzing here. Her approach helps us to stress the social and cultural dynamics that are embedded in any urban setting, and so the invisible implications of any project of demolition and relocation. We will now see how this issue is dealt with in the last text.

4.5 Mindy Thompson Fullilove (2004). *Root shock: how tearing up City Neighborhoods hurts America, and what we can do about it*. New York: Ballantines Books

Mindy Fullilove, M.D., has been studying for more than a decade the psychological impacts of urban renewal on the afro-american communities whose neighborhoods were demolished starting with the 1949 *Housing Act*, and whose populations were displaced to newly built *housing projects* in the suburbs. According to her calculations, between 1949 and 1973 around 2,500 neighborhoods were torn down, in 993 American cities, removing about 1,600 afro-american communities from their neighborhood. As it is known, urban renewal was quickly dubbed *negro removal*: but what Fullilove maintains, is that its psychological and social consequences of it are still highly underestimated. In this very readable book, written for a general public, she completes the observations she exposed in qualified medical reviews on the study of the 'afro-american dispossession', and that emerge from the researches she had been conducting since 1995. Fullilove walked tens of American neighborhoods, interviewed the displaced residents, trying to understand their reaction to the loss of their places. Their pain is wider than the *grieving* that Fried depicted thirty years before; its effects much deeper than those described by Signorelli. "There was a remarkable emptiness in that pain. In that searing moment I realized the loss he was describing was, in a crucial way, the collective loss. It was the loss of a massive web of connections – a way of being – that had been destroyed by urban renewal; it was as thousands of people, who seemed to be with me in sunlight, were at some deeper level of their being wandering lost in a dense fog, unable to find one another for the rest of their lives", writes Fullilove, commenting an interview made in 2002 (p. 4). Fullilove says that the problem of displacement is

the problem that this century must solve, like the XX century had to deal with the problem of the 'color line'. By displacing from one place to another hundred of thousand people, in the cities and in the countryside, languages, cultures, traditions and social bonds were destroyed: she calls the effects of this destruction *root shock*, as a plant that after a series of transplanting suffers from a stress from which it cannot recover any more. Not a single word is out of place, in these two paragraphs that describe the multiple impacts of urban renewal:

Root shock, at the level of the individual, is a profound emotional upheaval that destroys the working model of the world that had existed in the individual's head. Root shock undermines trust, increases anxiety about letting loved ones out of one's sight, destabilizes relationships, destroys social, emotional and financial resources, and increases the risk for every kind of stress-related disease, from depression to heart attack. Root shock leaves people chronically cranky, barking a distinctive croaky complaint that their world was abruptly taken away.

Root shock, at the level of the local community, be it neighborhood or something else, ruptures bonds, dispersing people to all the directions of the compass. Even if they manage to regroup, they are not sure what to do with one another. People who were near are too far, and people who were far are too near. The elegance of the neighborhood – each person in his social and geographic slot – is destroyed, and even if the neighborhood is rebuilt exactly as it was, it will won't work. The restored geography is not enough to repair the many injuries to the *mazeway* (p. 14).

Fullilove uses the concept of *mazeway*, which synthetically condenses Young and Willmott's 'connecting fabric', Fried and Marris's 'sense of continuity', Signorelli's 'recognizability' of the 'concrete space', and even Kevin Lynch's 'legibility'. The *mazeway* is the physiological ability through which any organism learns how to move in the world, in one specific ecosystem, in order to increase its possibilities of survival, and to defend from peril. But for the human being, the ecosystem is 'emotional', and it is closely connected to the environment in a global way, "not just as our individual selves, but as beings caught in a single, universal net of consciousness anchored in small niches we call neighborhoods, fractions or villages" (p. 17). Root shock so repercutes in circles outside the strictly local context, connecting local tragedies to huge changes on a global scale. The most

convincing example that Fullilove provides of this 'butterfly effect' of urban renewal is that of jazz: since the afro-american neighborhoods destroyed by urban renewal are the ones from which jazz was born, their destruction modified all the northamerican musical culture. Jazz lost the network between the houses, the clubs and the streets of the ghettos, and moved to the universities and the elite clubs in New York, migrating finally to Europe and Japan; the afro-american, segregated in the new suburbs, began to express their discomfort with a completely different music, rap, which conveys very different emotions and aspirations, and which is linked with a completely different urban landscape.

Fullilove studies three specific cases, in Virginia, Pennsylvania and New Jersey; but the events that took place in these neighborhoods she analyzes are explained within a much broader and collective story: one that begins at the turn of the XIX and XX century, when tens of thousand afro-american migrated to the cities of the North, and claimed their right to integrate into the northamerican society. The afro-american ghettos in the old city centers were the stage to this project of emancipation; by living close ones to the others, they somewhat accepted the residential segregation that the white imposed to them, but at the same time strengthened their social relations and their position within society as a whole. It is from these very communities that in the mid-XX century the movement for civil rights began; and at the very climax of this process, urban renewal arrives. Even if it presented as an improval for the families of these neighborhood – which the authorities called *blight*, or directly *slums* (p. 58, 245) – it didn't take into account the solid and functional networks of relations and mutual help that the residents developed there. As in Lagos, in London, in Boston, in Pozzuoli... the residents of Roanoke, VA, lost neighborhoods in which they could reach by walking most of their acquaintances; they were dispersed through the city suburbs, in places in which it is fading that very *kindness* that permeated the relationships among the neighbors in the old quarters (p. 124).

Compared to the other four works we analyzed, it is interesting to see how this psychological approach to relocation is developed from a thorough comprehension of the socio-cultural dynamics of transformation. It was the hard path to emancipation that the urban afro-american are engaged in, that created the specific 'place attachment' to the neighborhoods that urban renewal demolished. So urban planning re-opens wounds that were not

completely cured, like those cut in the collective psyche by slavery, racial segregation and ongoing discrimination. Enclosed in new ghettos, where life is much less enjoyable that in their old 'slums', afro-americans are now confronting to a much greater challenge than those they faced during the struggle for civil rights: the battle against the new 'spatial injustice', to use Edward Soja's words, against this new form of oppression, much more difficult to recognize, which has silently trasferred to the field of space the political battle on class and race (and gender!) that the new century smoothly concealed from the field of public discourse.

5 Conclusion

The historical evolution I traced through these five texts shows how the discourse on the social impacts of urban renewal, even if marginal within each of the three fields of inquiry from which it is studied, has become much more complex and deep; also the interaction among the three fields are now stronger. From the initial attempt by Young and Willmott to read urban renewal in relation to the forms of social organization, through the conscience of the pain linked to the symbolic aspects of transformation studied by Fried, the dynamic approach of Marris, and the recognition of the political implications of space described by Signorelli, we arrive to the articulated work of Fullilove, where the conscience of these implications is assembled with an articulated analysis of the psychological and cultural consequences on a long term. After Mindy Fullilove's book, hopefully, the relation between space and people, between space and culture, between space and the psyche, can not be dealt anymore with in a simplified way.

A closer collaboration between sciences of the urban environment, sciences of the social relationships, and sciences of behavior, could lead to a new understanding of specific events of spatial transformation, contributing to the comprehension of how a single event can illustrate a global history. This comprehension can be useful especially for those who suffered the consequences of a relocation, by offering them a frame of meaning within which they can recognize the sense of their individual experiences. As explained by one of Fullilove's interviewees, Mary Bishop from Roanoke: "We still don't see urban renewal as a destructive force, because it hadn't been written, it had never been said really, except among a few academics a few years ago: people didn't see what have hit them. They didn't see the deep trauma, the assault almost.

I am sure that people died as a result of this. I am sure they died way prematurely” (p. 74). In post-urban-renewal neighborhoods like Bon Pastor in Barcelona, or Tarlabasé in Istanbul, or Nuova Ostia in Rome, many things can still happen, and new relations can be built; but they should begin with the understanding of how planning ‘killed’, in some way, some places that were crucial to the fabric of the social world they inhabited. By recognizing this loss, residents are allowed to ‘grieve for a lost home’, and to begin a more complete life in the new spaces.

The aim of such a work, obviously, would be to contribute to create the conditions by which the individuals and the communities will manage to decide over the future of their places, as well as of their social order. But it is also intended to save from oblivion some histories and processes that were drastically interrupted, and that remained buried under the ruins. These events are not addressed anymore in public, but in some way they are still present, unspoken of, lingering in the spaces and places of our cities. The ‘cry of the excavator’, heard by the great Italian poet Pierpaolo Pasolini, was a ‘grieving’ that remained unheard, to which our urban history still couldn’t give citizenship. Still, somebody heard it, during the formation of the landscape of blocks and squares that we now inhabit, and that now appears to us as inevitable, without contradictions, as *given*:

[...] *What used to be
a stretch of grass, an open expanse,
and is now a courtyard white as snow
enclosed within walls of resentment,
what used to be a kind of sideshow
of fresh plaster façades askew in the sun
and is now a new city block, bustling
with an order made of dull misfortune.
What cries is whatever changes, even
for the better.*¹⁶

Notes:

(1) Edward T. Hartman, secretary of the Massachusetts Civic League, who was paraphrasing Benjamin C. Marsh, secretary of New York Committee on Congestion of Population (CCP). (Foglesong, 1986, p. 172).

(2) No need to remind how these early linear explanation of city transformation relied on the classical dichotomy of *Gemeinschaft* and *Gesellschaft*, which affected a series of very different scholars of the XIX and early-XX century, from Marx (though without the nostalgia for a lost rural world) to conservative right-wing theorists (where this nostalgia is the crucial point).

(3) I make reference here to contemporary approaches like those of ‘multiple modernities’ or ‘postsecular societies’ (Eisenstadt, 2000; Habermas, 2008; Rosati; Stoekl 2012).

(4) Before 1992 Olympic Games, the municipal agency *Vila Olímpica S.A.* appointed a young anthropologist, Concha Doncel

(1988), for a qualitative research in the neighborhood that was going to be demolished to make place for the new residential district. But her job had almost no diffusion, and lacks an historical and sociological contextualization to explain the impact of the big event on the local context.

(5) An exception will be that of the sociologist Joan Subirats *Del Chino al Raval*, financed by the CCCB (Contemporary cultural center of Barcelona) in 2006; it is also very hard to find, and it ignores most of the human dramas that were made public in subsequent years. The words ‘eviction’ and ‘expulsion’ (*desalojo, desahucio*) never appear in the text. For a different perspective, see TALLER VIU, 2006.

(6) In particular, the members of the group *Antropologia del Conflictu Urbà* (OACU) of the University of Barcelona, linked to anthropologist Manuel Delgado. Miquel Fernández studied the transformation of Raval; Muna Makhluft the *gentrification* of Barceloneta; Marc Dalmau the demolition of Colònia Castells; Marco Luca Stanchieri the transformation of the neighborhood of Vallcarca; Giuseppe Aricò the requalification of La Mina; Stefano Portelli the demolition and relocation of the residents of the ‘cheap houses’ of Bon Pastor. See <<http://observatoriconfliktueurba.org>>.

(7) See the publication *Istanbul: living in voluntary and involuntary exclusion* (Baysal, 2010).

(8) Lévi Strauss, 1961, p. 204: “So vital is to the social and religious life of the tribe is this circular layout that the Salesian missionaries soon realized that the surest way of converting the Bororo was to make them abandon their village and move to one in which the huts were laid out in parallel rows. They would then be, in every sense, *dis-oriented*. All feelings for their traditions would desert them, as if their social and religious systems (these were inseparable, as we shall see) were so complex that they could not exist without the schema made visible in their groundplans and reaffirmed to them in the daily rhythm of their lives”.

(9) Jaulin said that by replacing the traditional oval dwellings made of straw and mud (the *bohíos*) with quadrangular buildings made of concrete, the missionaries contributed to the worsening of the social life of the group. “An unusual variation in the habitat caused not only material discomfort, but also an important disturbance to social life, to the intimacy of families, to some moral qualities, to the social equilibrium, to the organization of responsibility and to an order and nobility that imposed to our attention” (1970, 65). “In few years, the white peace caused more than 800 deaths among the Motilonés; if it’s true that the great epidemics are over, the roots of the destruction remain, for epidemics are based in the systematic transformation of the natives’ order and style of life” (16).

(10) Feldman, “Settlement-identity: Psychological bonds with home places in a mobile society”, *Env. Beh.* 22, 1990, 183-229; Chavis, Wandersman, “Sense of community in the urban environment”, *Am. J. Comm. Psych.* 18, 1990, 55-82; Proshansky, Fabian, Kaminoff, “Place identity: physical world socialization of the self”, *J. Env. Psych.* 3, 1983, 57-84; Shumaker, Taylor, “Toward a clarification of people-place relationships”, in Feimer & Geller, *Environmental Psychology*, NY: Plenum, 1983; Chokor, “Cultural aspects of place consciousness and environmental identity”, in Canter, Krampen, Stea, *Environmental Perspectives* Hants: Gower, 1988.

(11) The two cases studies are the flooding of Buffalo Creek (West Virginia, USA) in 1972, and the landslide of Yungay (Peru) after the earthquake of 1970. Their sources are: Oliver-Smith, T., *The Martyred City: Death and Rebirth in the Andes*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1976; and Erikson, K., *Everything in its path: Destruction of Community in the Buffalo Creek Flood*. New York: Simon & Schuster, 1976.

(12) 22 contributions on 30 were written by psychologists or psychiatrists.

(13) The 33 11-storey blocks of Pruitt-Igoe, that were celebrated at their construction as ‘the best vertical housing project of the year’ was built between 1954 and 1956, and demolished between 1971 and 1976. The architect who had designed it, Minoru Yamasaki, was also the author of another building that fell down, even if in very different situation: New York’s World Trade Center.

(14) “Concrete space and abstract space: the cultural distance among the planners and the Inhabitants of Public Housing Neighborhoods.”

(15) "The idea, quite naive, was that once those who hadn't a house were given houses, their needs would be satisfied and its demands calmed down. At the contrary, as the new residents settled in the area, it was evident that there was a big social discomfort. It expressed mainly in three ways: the alteration of the schema for the house, and the transformation of the uses designed for the single parts; lack of responsibility from the adults, and vandalic aggression by the youth of the common spaces of the blocks and the neighborhood; and illegal behavior, among which the lack of payments for the rent" (Signorelli, 1989, p. 14).

(16) Pierpaolo Pasolini. Il pianto della scavatrice. In: *Le cenerai di Gramsci*, 1956. Translation by p. 217.

References

- BAUMAN, Z. *Globalization: the human consequences*. New York: Columbia University Press, 2007.
- BUGALSKI, N.; MEDALLO, J. *Derailed: a study on the resettlement process and impacts of the rehabilitation of the Cambodian Railway*. Phnom Penh: Bridges Over Borders Cambodia, 2012.
- CANDAN, A. B.; KOLLUO LU, B. Emerging spaces of neoliberalism: a gated town and a public housing project in Istanbul. *New Perspectives on Turkey*, n. 39, p. 5-46, 2008.
- DONCEL, M. C. *Historia y vida cotidiana, el barrio de Icària, futura Vila Olímpica*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona – Vila Olímpica, 1988.
- FOGLESONG, R. *Planning the capitalist city*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1986.
- FRIED, M. Riving for a lost home: the psychological costs of relocation. In: WILSON, James Q. (Ed.). *Urban renewal: the record and the controversy*. Cambridge: MIT Press, 1968.
- FULLILOVE, M. T. Psychiatric implication of displacement: a contribution from the psychology of place. *The American Journal of Psychiatry*, n. 153, p. 1516-1523, Dic. 1996.
- FULLILOVE, M. T. *Root shock: how tearing up City Neighborhoods hurts America, and what we can do about it*. New York: Ballantines Books, 2004.
- GEBRE, H. A. The impact of urban redevelopment-induced relocation on relocatees' Livelihood Asset and activity in Addis Ababa: the case of people relocated Arat Kilo Area. *Asian Journal of Humanities and Social Studies*, v. 2, n. 2, p. 43-50, feb. 2014.
- GONÇALVES, R. S.; SIMÕES, S. S.; MAGALHÃES, A. F. Apresentação. *O Social em Questão*, a. XV, n. 29, p. 9-20, 2013.
- HABERMAS, J. Secularism's crisis of faith: notes on post-secular society. *New Perspectives Quarterly*, v. 25, p. 17-29, 2008.
- HANLEY, L. *Estates: an intimate history*. London: Granta, 2007.
- HARVEY, D. The "new" imperialism: accumulation by dispossession. *Socialist Register*, v. 40, p. 63-87, 2004.
- HARVEY, D. The right to the city. *New Left Review*, n. 53, set.-ott. 2008.
- JAULIN, R. *La paix blanche: introduction a l'ethnocide*. Bari: Laterza, 1972.
- KARAMAN, O. Urban renewal in Istanbul: reconfigured spaces, robotic lives. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 37, n. 2, p. 715-733, mar. 2013.
- LACECLA, F. *Mente locale: un'antropologia dell'abitare*. Milano: Eleuthera, 1993.
- LACECLA, F. *Perdersi: l'uomo senza ambiente*. Bari: Laterza, 2000.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes tropiques*. New York: Criterion, 1961.
- LINDSTRÖM, N. *Losing the plot: rapid assessment of household debt in Trapeang Angchanh*. Phnom Penh: Sahmakung Teang Tnaut, 2012.
- LOW, S. The anthropology of cities: imagining and theorizing the city. *Annual Review of Anthropology*, v. 25, p. 383-409, 1996.
- LOW, S.; LAWRENCE-ZUNIGA, D. (Ed.). *The anthropology of space and place: locating culture*. Malden, MA: Blackwell, 2003.
- LYNCH, K. *The image of the city*. Cambridge: MIT, 1960.
- MANZO, L.; DEVIN-WRIGHT, P. (Ed.). *Place attachments: advances in theory, methods and applications*. London; New York: Routledge, 2013.
- MANZO, L.; PERKINS, D. Finding common ground: the importance of place attachments to community participation and planning. *Journal of Planning Literature*, n. 20, p. 335-350, 2006.
- MARRIS, P. *Loss and change*. London; New York: Routledge, 1974.
- MARTINO, E. *La terra del rimorso*. Milano: Il Saggiatore, 1961.
- MARTINO, E. Il campanile di Marcellinara. In: MARTINO, E. *La fine del mondo: contributi ad un'analisi delle apocalissi culturali*. Torino: Einaudi, 1977.
- MINICUCI, M. Il disordine organizzato: l'organizzazione dello spazio in un villaggio rurale calabrese. *Storia Della Città*, n. 24, p. 93-118, 1982.
- MONTALBÁN, M. V. *Barcelonas*. London: Verso, 1992.
- PARK, R. E. The city: suggestion for the investigation of human behavior in the urban environment. In: PARK, R. E.; BURGESS, E. W.; MCKENZIE, R. D. *The city*. London; New York: Routledge, 1925.
- PORTELLI, S. *La ciudad horizontal: lucha social y memoria colectiva en las casas baratas de Barcelona*. Barcelona: Bellaterra, 2015.
- PORTER, L. *Unlearning the colonial cultures of planning*. Ashgate, 2010.
- RAPOPORT, A. *The meaning of the built environment: a nonverbal communicational approach*. Tucson: University of Arizona Press, 1982.
- ROSATI, M.; STOECKL, C. *Multiple modernities and postsecular societies*. Ashgate, 2012.
- SANDERCOCK, L. *Making the invisible visible: a multicultural planning history*. Berkeley: University of California Press, 1998.
- SIGNORELLI, A. Spazio concreto e spazio astratto: divario di potere e squilibri culturali tra pianificatori e abitanti dei quartieri di edilizia popolare. *La Ricerca Folklorica*, n. 20, p. 13-20, Oct. 1989.
- SIMMEL, G. *Le metropoli e la vita dello spirito*. Roma: Armando editore, 1996 (1903).
- SMITH, N., *The new urban frontier: gentrification and the Revanchist City*. London: Routledge, 1996.
- SMITH, N. New globalism, new urbanism: gentrification as a global urban strategy. *Antipode*, n. 34.3, p. 427- 450, 2002.
- SOJA, E. W. *Postmodern Geographies: the reassertion of space in critical social theory*. London, New York: Verso, 1989.
- TALLER VIU. *El cielo está enladrillado*. Barcelona: Bellaterra, 2006.
- TETI, V. *Il senso dei luoghi: memoria e storia dei paesi abbandonati*. Roma: Donzelli, 2003.
- WEIZMAN, E. *Hollow Land: Israel's architecture of occupation*. London & New York: Verso, 2007.
- WIRTH, L. Urbanism as a way of life. *The American Journal of Sociology*, v. 44, n. 1, p. 1-24, July 1938.
- YIFTACHEL, O. *Ethnocracy: land and identity politics in Israel/Palestine*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.
- YNTISO, G. Urban development and displacement: the impact of resettlement projects on low-income households. *Eastern Africa Social Science Research Review*, v. 24, n. 2, p. 53-77, 2008.
- YOUNG, M.; WILLMOTT, P. *Family and kinship in East London*. London: Routledge, 1957.

***Stefano Portelli is a cultural anthropologist who works on urban dynamics of conflict and social change. He is a member of several working groups linked with the Faculty of Anthropology at the University of Barcelona, and is currently attending a PhD course in Urban Studies at the "Sapienza" University of Rome.**

DESENVOLVIMENTO E PROTEÇÃO AMBIENTAL, QUEM PAGA POR ISSO?

os direitos fundamentais de tradicionais e quilombolas nas políticas de desenvolvimento e de proteção ambiental

Por Maria Sueli Rodrigues de Sousa* e Savina Priscila Rodrigues Pessoa**

Resumo: o presente texto discute sobre direitos fundamentais afetados por políticas de desenvolvimento e de proteção ambiental, que são justificadas para enfrentar problemas sociais e ambientais, que também são produzidos pelas ações destas políticas. Diante disso, há a questão: qual a lógica de realizar algo que atua contra os objetivos do que se faz? É indicada a tradição das respostas a esse tipo de questionamento: essas políticas são discurso ideológico ou há liberdade para que todas as pessoas se insiram no bônus e suportem o ônus, quem não o faz é por incapacidade competitiva. A posição tomada aqui aborda outra dimensão, a de que essas políticas se embasam em direitos justificados em nome de todas as pessoas, inclusive direitos fundamentais e daí a legitimidade e legalidade das mobilizações para que os direitos dos atingidos sejam levados a sério, principalmente pela institucionalidade do Estado brasileiro.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Proteção ambiental. Direitos fundamentais. Populações tradicionais e quilombolas.

Abstract: this current text discuss about fundamental rights affected by politics of development and of ambiental protection that are justified to face the social and ambiental problems also are produced by this politics actions. Before that, there is a question: which the logical to realize something that act against the objectives of to do? It is indicated the tradition of answers to this type of questioning: these politics are ideological discourse or there is a freedom for all people can get in the bonus and support the onus, whom not do it is for competitive incapacity. The position been taken here approaches other dimension of this politics embasses itself in justified rights in the name of entire people including fundamental rights and from there the legitimacy and legality of the mobilizations to the rights of attained let be serious mainly by institutions of Brazilian State.

Keywords: Development. Ambiental protection. Fundamental rights. Traditionals and quilombolas populations.

1 Introdução

No contexto atual, o discurso sobre dois problemas é acionado nas ocasiões em que é tematizada qualidade de vida: pobreza e degradação ambiental. Para o tema pobreza, desde muitos anos, a saída discutida é produzir riquezas; e para a degradação ambiental, problema surgido mais recentemente, a solução debatida é proteção ambiental. A junção dos dois deu origem ao tema desenvolvimento sustentável. A junção tem-se

mostrado muito mais teórica do que prática. Os cenários de desenvolvimento afirmado como sustentável só apresentam evidências de desenvolvimento ou crescimento econômico. Por outro lado, a degradação ambiental foi criando o seu próprio nicho com as políticas de proteção ambiental fundadas e justificadas com leis ambientais. E assim caminha a humanidade: crescimento econômico de um lado e política de

proteção ambiental por outro. Às vezes, os dois se encontram e do encontro surgem conflitos em que quase sempre o crescimento vence.

O crescimento econômico e a proteção implicam reapropriação do espaço físico, já que a humanidade ocupou o planeta Terra de forma tão intensa que nada sobrou que não tenha sido apropriado. Na reapropriação, surgem problemas que são relativizados, como o preço do desenvolvimento e da proteção ambiental. Mas quem paga esse preço?

Em extratos diversos que se projetam como informadores do mundo, o pagador, em regra, é o que se encontra já vulnerabilizado pela repartição de riquezas, pelo pertencimento étnico-racial, pelo gênero e geração e pela divisão do mundo em moderno e não moderno ou mesmo atraso.

No Brasil, o estado do Piauí é uma boa evidência do referido. O espaço físico hoje alcunhado de Piauí foi um dos últimos a entrar na dinâmica de colonização; era o atrasado. Quando foi iniciada a colonização, o indígena pagou o preço. Quando acelerou o crescimento com a maniçoba, o tradicional não moderno pagou o preço. Quando os protetores da natureza “descobriram” que o Piauí precisava de proteção ambiental, tradicionais, descendentes de índios e negros, pagaram o preço; que o diga o Parque Nacional da Serra da Capivara, dentre outros. Quando os gestores públicos decidem acelerar o crescimento do estado, são quilombolas, tradicionais, recaindo mais sobre mulheres, pessoas idosas e crianças, que estão pagando o preço.

Parece racional que pobre, negro, índio, mulheres e idosos, os justificados como razão do desenvolvimento sustentável, sejam os pagadores da conta pelo fim da pobreza e da vulnerabilidade social em que vivem e da degradação ambiental?

Com certeza, o método racional cartesiano não permite racionalidade nisso. Mas mesmo assim aconteceu no passado, continua acontecendo no presente e há grande chance de ocorrer no futuro.

O presente texto tem o propósito de evidenciar empiricamente duas situações no perfil que foi referido, que não condiz com os critérios de racionalidade moderna científica, mas, mesmo assim, permanece a insistência na mesma estratégia: o deslocamento forçado na implantação do Parque Nacional da Serra da Capivara e da ferrovia Transnordestina. O primeiro, em nome da proteção ambiental; e o segundo, justificado como desenvolvimento. O Parque Nacional Serra da Capivara retirou, de modo forçado, da área em que foi criado o parque, comunidades de povos tradicionais de agricultores; dentre estes, o Povo do Zabelê. A ferrovia Transnordestina retirou ou limitou

o modo de vida de comunidades negras e tradicionais de Eliseu Martins (PI) a Paulistana (PI), algumas destas em processo de titulação das terras como territórios quilombolas com base no art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Os casos são exemplos de violação de direitos fundamentais e de direitos humanos com descumprimento de normas protetivas do ordenamento jurídico brasileiro e de convenções internacionais. Nos dois casos, na proteção ambiental e no desenvolvimento, há a ampliação de situações históricas de vulnerabilidade social, o que é contrassenso na pauta de desenvolvimento sustentável.

2 Os Trilhos do Desenvolvimento sobre os Territórios Quilombolas

A comunidade quilombola Contente, situada no município de Paulistana, estado do Piauí, é uma comunidade negra que tem sua história contada pelos mais velhos, como Seu Mariano, e agora também os mais jovens, com origem em descendentes de escravos que compraram as terras nas proximidades de fazendas em que foram escravizados.

Há um episódio contado por Seu Mariano, com muita satisfação, que a aquisição das terras deixou o bisavô dele tão contente que não havia outro meio de batizar aquele lugar que não fosse com aquele sentimento. A ocupação e o uso foram além do que foi comprado com ampliação de área para pastagens, extrativismo e apicultura, restando em que o território configurado consta de terras privadas e terras públicas, mas não arrecadadas pelos órgãos de governo.

A configuração de territórios tradicionais se dá na interação, no convívio com a natureza, em que a natureza define as pessoas e as pessoas definem a natureza; o que não significa equilíbrio, mas uma relação que permitiu à natureza e ao ser humano existirem até os tempos atuais. Territorialidade, então, significa mais do que terra ou espaço físico; nos dizeres de Milton Santos, é o espaço ocupado:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem. A idéia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda (SANTOS, 2001, p. 97).

O lugar/sentimento deu origem a um povo que vive da agricultura, de pequenos criatórios de animais e de extrativismo e caça, com cotidiano marcado por práticas tradicionais para resolver problemas do dia a dia, como as doenças tratadas com chás, garrafadas, rezas e benzimentos, o cultivo da fé nos terreiros e novenas com as promessas para os santos devotados na busca de solução para os problemas enfrentados, o trato com a terra, plantas, animais e águas marcado por simbologias para evitar pragas, manter as terras produtivas e proteger as fontes de água.

Um povo que dá do bom e do melhor para quem chega como visita. A forma de tratar as visitas com o que há de melhor faz parte de uma sociabilidade, como mostra de acolhimento e demonstração dos bons modos daquele povo, em uma relação em que os papéis e lugares estão bem definidos: aos de fora não cabe entrar sem pedir licença ou ser convidado e aos de dentro cabe acolher os de fora e destinar o melhor para expressar o valor e a satisfação com a visita.

Uma destas chegadas não mereceu nada disso: a ferrovia Transnordestina chegou como o de fora que não reconhece o lugar do de fora nem a existência do de dentro, como um estranho empoderado que retira florestas, casas, cercados, roças e no lugar põe os trilhos. As ferrovias têm coladas em si a concepção de progresso e uma alternativa considerada melhor econômica e ambientalmente como via de acesso, o que não justifica a sua passagem por cima das vidas e territórios daqueles que não trazem colado em si a ideia de progresso.

Após a CF/1988, a comunidade Contente, assim como outras tantas em todo o País, passou a acionar para si a identidade quilombola, o que não significa oportunismo ou algo que o valha, na verdade, a categoria quilombo só havia existido na institucionalidade brasileira associado ao ilícito, como crime. Como categoria de cidadania, só passou a existir a partir da CF/1988.

Em 2010, a comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) como comunidade quilombola e a partir de então passou a figurar na lista do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no processo de titulação. Até o presente, há a notícia de elaboração do laudo antropológico que compõe o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Há ainda um longo caminho a ser percorrido até a titulação do território.

Por outro lado, o deslocamento compulsório foi muito mais ágil. Em menos de um ano o estado do

Piauí desapropriou e concluiu o processo de indenização de mais de 500 títulos de imóveis. O fato produziu um efeito esdrúxulo de uma desapropriação ocorrer no meio de um processo de reapropriação, considerado como tal o processo de titulação.

Há situações que demonstram que um pequeno desvio impediria o deslocamento da família, mas não foi essa a decisão tomada. As populações foram deslocadas não como última alternativa, mas como a primeira e única, porque não houve nenhuma preocupação em identificar outras possibilidades como recomendam a Organização da Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial.

E tudo parece querer figurar como o ônus do desenvolvimento ou apenas crescimento econômico. E o bônus, quando será repartido ou suportado os considerados não modernos no projeto de desenvolvimento?

3 O Povo do Zabelê e a Proteção Ambiental do Parque Nacional da Serra da Capivara

O conhecido hoje como Povo do Zabelê ou seus ascendentes e descendentes passaram por vários processos de deslocamento forçado. Inicialmente, antes mesmo de existirem como tal, houve a expulsão dos nativos daquela terra pelo colonizador através de Vitorino Dias Paes Landim, que, com isso, ganhou a posse das terras daquela região, conforme o primeiro registro feito daquelas terras por autodeclaração do próprio interessado ao pároco, conforme dispõe o próprio registro e a norma orientadora do mesmo, o decreto regulamentador da lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, a Lei de Terras, que atribuía às paróquias as vezes de cartório, com o registro feito pelo interessado em dois exemplares e transcrito pelo pároco ou seu auxiliar em dois livros, um para a paróquia, outro para controle do governo à custa de pagamento de emolumentos.

Se não houve uma expulsão completa, e é provável que não tenha havido, a composição populacional do que hoje é o entorno do Parque Nacional da Serra da Capivara foi feita com a mescla de colonizador e nativos. E estes foram se multiplicando como parente do véio Vitorino, a senha para o direito à posse da terra, acionada ainda até os dias atuais, provocando confusão quanto ao tempo em que este existiu, se é figura lendária ou real. Os documentos atestam que, de fato, existiu, mas isso não significa dizer não haver muita lenda em torno do mesmo.

Então, a grande família do véio Vitorino permaneceu naquelas encostas até ser descoberta

haver ali uma espécie vegetal que produz látex, a maniçoba. As extensas áreas ocupadas pela maniçoba e o aumento da população com pessoas oriundas de outros estados, como Bahia, Pernambuco e Ceará, fez a terra rarear. Não havia mais terras ociosas para a produção das roças para alimentos, apenas para a maniçoba. Há registros que afirmam ter sido a maniçoba importante incremento da pauta de exportação do estado do Piauí.

Na falta de terras e na ampliação da população, três irmãos sobem a serra em busca de terras para trabalhar e morar. O trajeto referido é que deu origem ao Povo do Zabelê, já na mistura de descendentes do véio Vitorino com os de fora, que lá chegaram em busca da borracha da maniçoba.

Ali estabeleceram o seu modo de vida, diferenciado do vivido antes, considerando agora se tratar de morar na serra, no lugar em que antes só havia a natureza e os fantasmas dos índios dali expulsos, por isso uma terra mal assombrada, que não deveria ser habitada, nem nela fazer roça. Não respeitar o proibido poderia significar castigos de anos de seca e fome pela ruptura do contrato sócio-natural ali estabelecido. Como diz Godoi, ali era o “centre”:

[...] o espaço selvagem, o centre situado além das serras: morada de bicho e de seres sobrenaturais como o gritador e a dona do mato, o encantado, onde habitavam os índios no tempo da história do começo da vida aqui. O centre compreende os espaços que não são e nunca foram cultivados pelo homem, mas se constituem ocasionalmente um lugar de caça e de coleta de plantas medicinais. Nele, os seres estão subordinados à boa vontade dos seres do lugar (GODOI, 1998, p. 102).

E, talvez por isso, os anos vividos lá com produção de roça, de extração e de caças mantiveram a arte rupestre e o meio ambiente.

A cidade de São Raimundo Nonato tinha dez lagoas, aquela barragem que tá lá, em Coronel José Dias, que na época chamavam de Várzea Grande, aquela barragem enchia que a água ficava por cima. **E o parque era completamente conservado, tinha uma vegetação de florestas**, então foi isso que nos levou em setenta e oito a apresentar ao governo federal a proposta de criar um parque. Primeiro por causa dos sítios arqueológicos e segundo por conta dessa riqueza da vegetação. Então nós chamamos atenção do governo federal da importância de preservar esta floresta dentro do que era então o parque, em que tinha muitas nascentes de águas. A situação era bem diferente do que é hoje. **Havia pobreza, mas não como hoje**, era sempre aquilo que continua até hoje, umas famílias muitas ricas e depois a mão de obra que trabalhava para estas famílias, na verdade, como é a organização social do nordeste até hoje. Então nós fizemos este pedido e o parque foi criado em setenta e nove (SOUSA, 2004, p. 124, grifos da autora).¹

Apesar de haver uma paisagem e o registro da arte rupestre em bom estado de conservação, isso não foi suficiente para impedir um pedido de proteção ambiental com o deslocamento compulsório do Povo do Zabelê e de outras comunidades menores nas proximidades:

Entrevistadora: aí as casas foram derrubadas?

Entrevistada: foram, a Niède [arqueóloga, que coordena os trabalhos de pesquisa no parque] mandou passar até o trator, acho que era pro povo não voltar lá, ela não indenizou todo mundo de uma só vez, tinha uns que diziam que se ela não pagasse iam voltar pra lá. Tinha um tanque, um açude muito grande, aí vinha o pessoal, as meninas tomavam banho, passavam o dia lá, gostavam de lá. Final de semana, faziam festa lá, ia muita gente daqui.

Entrevistadora: e a senhora nunca mais andou lá?

Entrevistada: não, nunca mais fui não.

Entrevistadora: e sua mãe?

Entrevistada: morreu e nunca mais voltou lá. Voltou não, ela já tava velhinha, se impressionou com o prejuízo que teve [grifo meu], com o lugar dela, lá criava muita fruta, criava muita galinha, tinha criação, tinha tudo, o dinheiro que deram só deu pra comprar uma casinha lá em São Raimundo Nonato, aí faltava tudo pra ela, aí impressionou, quando faltava uma coisa ela ficava com as mãos na cabeça, pensando como era que ia conseguir, aí ela teve amnésia, depois atacou o derrame, aí faleceu. O pessoal xingaram muito, pressionaram muito a Niède Guidon [...] (SOUSA, 2004, p. 120).²

Atualmente, quase 30 anos depois, não houve indenização a todas as pessoas; as indenizações realizadas foram baixas. O reassentamento reivindicado foi transformado pelo Incra em assentamento convencional de modo que muitos dos deslocados não se enquadravam no perfil de assentados da reforma agrária e, por isso, não puderam permanecer no Novo Zabelê; um assentamento da reforma agrária nos arredores da cidade de São Raimundo Nonato. Eis o preço da proteção ambiental arcada por quem mantinha a proteção ambiental e que foi transformado em criminoso ambiental.

4 Desenvolvimento e Proteção Ambiental, Discursos Ideológicos?

As duas narrativas não se tratam de casos isolados, são permanentes na cena do desenvolvimento e da proteção ambiental. Onde há uma unidade de conservação ambiental, há no seu entorno, e até mesmo dentro dela, um processo de criminalização da cultura de tradicionais, no qual as pessoas ficaram mais pobres, o meio ambiente mais degradado e é mantido sob força com a polícia e a vigilância da unidade de conservação no encaixo das pessoas. Onde há um cenário de desenvolvimento, seja implantado, seja em implantação, há os desvalidos do desenvolvimento naquele projeto; ou seja, tanto as políticas ambientais como as de desenvolvimento atuam produzindo pobreza e degradação ambiental. E como o referido não é novidade, a questão é: por que permanecer com a mesma lógica ambiental e de desenvolvimento se o resultado tem sido sempre para produzir o oposto do projetado? A resposta a isso é diversa, dependendo do referencial que a

aciona. Se é visto pela perspectiva dialética, pode-se afirmar que desenvolvimento e proteção ambiental são categorias ideológicas e que não buscam realizar o que prometem, mas perseguem um único fim: produzir riquezas e mantê-las concentradas e distantes daqueles desvalidos da conservação e do desenvolvimento.

Na perspectiva liberal, pode-se afirmar que ali há liberdade para que cada um produza suas riquezas; se os desvalidos não o fazem é porque são incompetentes ou preguiçosos.

Acionamos uma terceira via, a de levar a sério os direitos fundamentais como direitos que, antes de serem problemas institucionais, são da esfera da intersubjetividade (HABERMAS, 2003). Quem está ao lado é igual, ou seja, o direito de cada um é aquele que é o direito de todos; por isso, cada um e todos são autolegisladores ou autônomos na definição dos direitos. Essa esfera de direitos fundamentais é parte necessária para o acionamento desses direitos institucionalmente, para que o cidadão, como tal, e por isso mesmo, peticione ao poder público quando o seu direito não é garantido.

Pode-se dizer que a lógica da proteção ambiental e do desenvolvimento é a denunciada como discurso ideológico; mas a legitimidade para que existam é a equidade das garantias fundamentais. Não há meios de fundamentar o direito da racionalidade moderna que não seja por meio da igualdade; e é este acionamento que dá a todos o direito de peticionar ao poder público o direito violado.

A racionalidade discursiva de Habermas (2003) incrementou a razão prática kantiana ao identificar, seja no primeiro imperativo categórico, seja no segundo, os princípios discursivos que são princípios da igualdade ainda que performativo. Se o que fundamenta o direito de proteção ambiental e o de desenvolvimento é o mesmo dos direitos daquelas populações deslocadas compulsoriamente, a reivindicação dos mesmos é para que o seu direito seja levado a sério; sem ele, não haverá direito, nem constituição nem democracia. Se quer permanecer agindo assim sem a reivindicação e pressão popular, faça-o em um Estado totalitário, não em uma democracia declarada.

5 Conclusão

A discussão aqui apresentada teve o fim de evidenciar situações de desenvolvimento e proteção ambiental em que o ônus é arcado pelas populações tradicionais e quilombolas e o bônus não reconhece a existência dos mesmos. As evidências foram arguidas pela questão norteadora que buscou

discutir as razões para manutenção da mesma lógica de desenvolvimento e de proteção ambiental, considerando que o resultado sempre tem sido o de proporcionar o oposto do que prometem. Foi considerado que o discurso que alimenta a lógica pode até ser ideológico, mas o que o fundamenta é o princípio da igualdade e democracia e, assim sendo, as reivindicações dos atingidos devem ser entendidas como acionadas não em uma visão ingênua de que no meio da racionalidade estratégica escaparam os direitos deles nem a visão de que o modelo é capitalista, sempre foi e sempre será assim, mas na visão de que me usaram para afirmar um Estado Democrático; agora, o meu direito que seja levado a sério.³

Notas:

(1) Comunicação oral. Entrevista realizada na cidade de São Raimundo Nonato, em 01/07/2004, com Niède Guidon, arqueóloga que coordena as pesquisas no Parque e que solicitou sua implantação.

(2) Comunicação oral. Entrevista realizada na comunidade Barreiro Grande, em 30/05/2004, com Maria Dolores Dias Santos.

(3) cf. DWORKIN, 2002.

Bibliografia

DWORKIN, R. *Levando os direitos a sério*. São Paulo: Martins Fontes. 2002.

GODOI, E. P. O sistema do lugar: história, território e memória do sertão. In: NIEMEYER, A. M.; GODOI, E. P. *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998. p. 97-132.

GODOI, E. P. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas, SP: Unicamp, 1999.

HABERMAS, J. *Democracia e direito: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v. 1-2.

SOUSA, M. S. R. *Imaginário social de semi-árido e o processo de construção de saberes ambientais: o caso do município de Coronel José Dias – Piauí*. 2004. 193 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004.

SOUSA, M. S. R. *O Povo do Zabelê e o Parque Nacional da Serra da Capivara, no estado do Piauí: tensões, desafios e riscos da gestão principiológica da complexidade constitucional*. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Coordenação de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

* Professora Adjunta da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Departamento de Ciências Jurídicas (DCJ), e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS); líder do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Cidadania.

** Graduanda em Direito na Universidade Estadual do Piauí (Uespi) e membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Cidadania.

AS TIPOLOGIAS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: síntese das particularidades da ajuda externa brasileira

Por Kellen Carvalho de Sousa Brito

Resumo: o Brasil durante muitos anos recebeu inúmeros projetos de ajuda externa vindos de países desenvolvidos. Comparado a esse período, a quantidade de ajuda recebida foi bastante reduzida. Em contrapartida, estudos mostram que a ajuda externa fornecida pelo governo brasileiro, principalmente a países pobres e endividados, aumentou. Este artigo busca sintetizar os tipos de cooperação existentes e praticadas pelo governo brasileiro a partir do início do seu processo de intensificação no ano de 2003 até o ano de 2010.

Palavras-chave: Cooperação internacional. Ajuda externa. Governo Lula.

Abstract: for many years Brazil received several foreign aid projects coming from developed countries. Compared to that period, the amount of received aid was reduced. However, research shows that foreign aid provided by the Brazilian government increased, mainly to poor and indebted countries. This article seeks to synthesize the types of cooperation practiced by the Brazilian government from the beginning of its intensification process in the year 2003 to the year 2010.

Keywords: International Cooperation. Foreign Aid. Lula Government.

1 Introdução

O conceito de cooperação no âmbito da política e relações internacionais tem sua compreensão dificultada pela concomitância de utilização para definir a ajuda mútua entre dois países em determinado setor, mas também para definir a ação unilateral de um país (doador) para outro (receptor). Teoricamente, poder-se-ia chamar esta ação unilateral de ajuda externa; entretanto, esta terminologia muitas vezes acaba sendo entendida como sinônimo de caridade e/ou assistencialismo, situação pouco desejada pelos países ditos receptores.

O Brasil, na área da cooperação, usualmente se comportava mais como receptor de ajuda externa do que como doador. Dessa forma, os estudos sobre cooperação fornecidos pelo governo brasileiro são relativamente recentes e normalmente voltados

para estudo de caso ou análise de um tipo particular de ajuda, muitas vezes, a cooperação técnica.

Este trabalho objetiva apresentar e sintetizar os conceitos e o ordenamento legal sobre a cooperação no Brasil, partindo do seguinte questionamento: os tipos clássicos de cooperação efetivados pelos países desenvolvidos e/ou reconhecidos pelos organismos internacionais são realizados pelo governo brasileiro? Além desta introdução, o trabalho está dividido em mais sete seções que tratam dos conceitos de cooperação, das cooperações brasileiras técnica, humanitária, militar e econômica e da legislação sobre cooperação no Brasil e, por fim, apresenta a conclusão.

2 Os Conceitos de Cooperação

O conceito básico de cooperação é o definido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esta organização promove políticas de melhoria social e econômica ao redor do mundo (OECD, 2010b); por isso, ela possui a capacidade de estabelecer critérios e padrões para a ação dos países-membros ou não. Como define a própria organização:

Nós trabalhamos com governos para entender o que impulsiona mudanças econômicas, sociais e ambientais. Nós medimos a produtividade e os fluxos globais de comércio e investimento. Nós analisamos e comparamos dados para prever tendências futuras. Nós estabelecemos padrões internacionais em todo tipo de coisas, desde a segurança dos produtos químicos e usinas nucleares até a qualidade dos pepinos (OECD, 2010b, n.p., tradução nossa).

Portanto, essa capacidade que a OCDE possui para a realização de padronizações internacionais na área da cooperação a habilita para definir o conceito de cooperação econômica, a qual é entendida como Ajuda Oficial para Desenvolvimento (ODA, *Official Development Assistance*). Para a OCDE, a cooperação em si engloba todas as ajudas econômicas, técnicas e humanitárias. A cooperação militar, apesar de amplamente difundida e praticada no mundo, não é considerada como forma de cooperação válida pela organização (OECD, 2010b).

A cooperação econômica é definida por esta instituição como sendo os subsídios, ou os empréstimos que possuam um percentual mínimo de doação, destinados a países em desenvolvimento ou a agências multilaterais e que sejam:

(a) realizados pelo setor público, (b) com a promoção do desenvolvimento econômico e social como o principal objetivo (c) concessão em termos financeiros [no caso de um empréstimo, tendo um elemento de doação de pelo menos 25%]. Além dos fluxos financeiros, a Cooperação Técnica é incluída em ajuda. Subvenções, empréstimos e créditos para fins militares estão excluídos (OECD, 2010a, n.p., tradução nossa).

A OCDE produz também uma lista de receptores de ajuda que menciona todos os países de baixa renda e pouco desenvolvimento, a grande maioria localizada nos continentes africano e asiático, que são os grandes necessitados da ajuda externa. A lista é feita em caráter estatístico a cada três anos e, de acordo com a organização, não é realizada de forma a beneficiar receptores ou orientar doadores (OECD, 2010a).

No Brasil, a cooperação é organizada por órgãos oficiais, como o Ministério das Relações Exteriores (através do Itamaraty), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Ministério da Defesa e a

Presidência da República. Estas instituições conceituam e trabalham o assunto no âmbito de suas atribuições de ajuda externa dividindo-os em quatro tipologias de cooperação: técnica, humanitária, militar e econômica.

3 Cooperação Técnica

A cooperação técnica, para a ABC (2010), seria um importante método de promover desenvolvimento, auxiliando países a modificar estruturalmente os seus sistemas produtivos e, assim, superar restrições que atrapalham seu crescimento científico, social, industrial, agrícola etc. Os programas implementados sob essa ação possibilitam transferir conhecimentos, experiências e até equipamentos, de modo a capacitar trabalhadores e técnicos e fortalecer as instituições do país receptor provocando mudanças não somente conjunturais, mas estruturais.

A cooperação técnica internacional é constituída pela transferência de conhecimento (metodologias, tecnologias, boas práticas e demais conhecimentos com conteúdo técnico que possam ser sistematizados e disseminados) com aplicação imediata em processos de desenvolvimento e que permitam a um dado país alavancar seu desenvolvimento em um assunto específico (ABC, 2010, n.p.).

Para promover a cooperação técnica, os países firmam um acordo bilateral de troca ou concessão de conhecimentos e técnicas através de pessoal capacitado. Especialistas são enviados ao país receptor da ajuda, de modo a transferir conhecimento ao outro. Algumas vezes, a cooperação técnica é acompanhada de equipamentos especializados; entretanto, esta ajuda não é considerada econômica, visto que não há transferência direta de recursos (ABC, 2010).

A cooperação técnica no Brasil, como mencionado, é supervisionada pela ABC, braço operacional do MRE. A ABC/MRE orienta as instituições sobre as normas que regulamentam a cooperação técnica e sobre os procedimentos necessários para a elaboração de projetos; informa também sobre as possibilidades de intercâmbio junto a governos estrangeiros e organismos internacionais (ABC, 2010).

A ABC foi criada em setembro de 1987, por meio do Decreto n. 94.973, como parte integrante da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), vinculada ao MRE. A ABC tem por finalidade, no âmbito do Sistema de Cooperação Técnica Internacional, cujo órgão central é o MRE, operar programas de cooperação técnica em todas as áreas do conhecimento, entre o Brasil e outros países e organismos internacionais, nos termos da política externa brasileira. Em 1992, sua finalidade

estendeu-se à administração dos projetos desenvolvidos com organismos internacionais e a ABC passou a desenvolver sua ação em coordenação com o Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do MRE (ABC, 2010).

4 Cooperação Humanitária

O segundo tipo de cooperação entendido pelo governo brasileiro é a chamada cooperação humanitária. De acordo com o MRE, em tópico relativo à assistência humanitária, esta modalidade de cooperação se relacionaria com:

[...] toda e qualquer ação que contribua, de forma imediata e eficaz, para prevenir, proteger, preparar, evitar, reduzir, mitigar sofrimento e auxiliar outros países ou regiões que se encontrem, momentaneamente ou não, em situações de emergência, de calamidade pública, de risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à garantia dos direitos humanos ou humanitários de sua população (MRE, 2011a, n.p.).

A prestação de assistência humanitária internacional pelo Brasil ficou fortalecida no ano de 2006, quando foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária (GTI-AHI), no qual o governo brasileiro aumentou e intensificou a prestação da assistência humanitária. Entre junho de 2006 e junho de 2009, mais de 35 países receberam assistência humanitária do governo brasileiro; entre eles, Haiti, Honduras e Timor-Leste (MRE, 2011a).

A assistência humanitária brasileira buscava promover tanto a segurança alimentar de populações pobres como a prevenção e a redução de riscos de desastres. Assim, contribuiria para a formação de um novo modo de assistência humanitária com base na experiência do Brasil no combate à fome. De acordo com o MRE (2011a), o Brasil busca o contínuo aperfeiçoamento de métodos de promoção de assistência humanitária, de forma a garantir o fortalecimento das comunidades frente a calamidades sociais e naturais, enfatizando a rápida recuperação e o desenvolvimento após desastres; para isto, compra alimentos da agricultura familiar local e os fornece para populações vulneráveis ou flageladas; e proporcionaria, assim, o alívio ao problema social ou natural sem esquecer o desenvolvimento econômico.

Essas ações seriam realizadas com recursos provenientes do orçamento do MRE, através da Lei Orçamentária Anual (MRE, 2011a), e não se

enquadram como ajuda econômica (apesar da utilização de recursos): não possuem como objetivo primordial promover o desenvolvimento econômico ou social, pois se destinam a retirar os receptores de situações de calamidade; além disso, não há transferência de recursos financeiros entre os governos.

5 Cooperação Militar

O terceiro tipo de cooperação, a militar, tem suas ações excluídas do conceito de cooperação proposto pela OCDE acima exposto, visto que esta normalmente se realiza através do fornecimento de materiais e equipamentos bélicos, bem como do envio de tropas (tal qual um empréstimo) a outro país de forma a auxiliá-lo em um conflito armado.

A cooperação militar realizada pelo do Brasil objetiva basicamente fins científicos, culturais, tecnológicos e de aperfeiçoamento na área militar. Por possuir finalidades técnicas, muitas vezes é confundida com cooperação técnica; outras vezes é confundida com a humanitária, visto que o exército brasileiro promove várias ações de paz através da Organização das Nações Unidas (ONU) (CMBP, 2010). Deste modo, apesar de não incluída no conceito de cooperação do maior organismo internacional da área, a cooperação militar realizada pelo Brasil é um importante canal de auxílio a países em situações de calamidade e/ou conflito, diferentemente daquela belicosa praticada por alguns outros países.

A cooperação militar é realizada através da Adidância do Exército da Embaixada do país receptor e é promovida através de cursos na área militar realizados por oficiais brasileiros dentro do território estrangeiro. A cooperação militar é supervisionada pelo MRE e pelas comissões criadas para coordenar e financiar a assistência a cada país beneficiário. O dado mais antigo disponível sobre a assistência militar é da Comissão Militar Brasileira no Paraguai e data do ano de 1942, quando o Brasil firmou parceria com o Paraguai para envio de militares destinados ao treinamento de oficiais paraguaios (CMBP, 2010).

Este tipo de cooperação também gera despesas para o orçamento do Ministério da Defesa; no entanto, da mesma forma que ocorre com os tipos de assistência acima descritos, os recursos gastos com a cooperação militar também não podem ser enquadrados como assistência econômica, visto que não há aporte financeiro ao país receptor.

6 Cooperação Econômica

A cooperação econômica é definida pela Agência Brasileira de Cooperação como forma de diferenciá-la da cooperação técnica. Chamada também de cooperação financeira, ela se destina, assim como a cooperação técnica, a promover o desenvolvimento do país receptor buscando uma mudança estrutural que possibilite a sustentabilidade:

A cooperação financeira envolve a transferência de recursos financeiros entre países, a partir de condições contratuais privilegiadas, de um ou mais agentes concedentes para outros receptores, por meio de empréstimos ou de contribuições financeiras, destinados à implementação de um projeto técnico que contribua para a melhoria da infraestrutura social e econômica necessária para apoiar os esforços de desenvolvimento sustentável dos países (ABC, 2010, n.p.).

Os empréstimos concedidos a outros países podem ser caracterizados como ajuda externa desde que possuam um elemento de doação de 25% do valor dado, ou seja, a devolução dos recursos (acrescidos de juros) do país receptor ao país doador é de 75% do montante total; entretanto, para que a doação seja completa, e não apenas empréstimo com elemento de doação, é necessário que o recurso fornecido seja internalizado no orçamento do país receptor, tal qual um aumento de receita. Esta ação tem como objetivo dar suporte a esforços do país receptor visando ao desenvolvimento econômico e social (ABC, 2010).

A cooperação econômica no Brasil é supervisionada pela Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain), que é um braço do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Esta secretaria também orienta as instituições brasileiras que desejam receber cooperação econômica de governos estrangeiros ou de organizações internacionais. Outros órgãos que regulamentam a ajuda econômica são o Itamaraty, do MRE, e a Presidência da República. Estes são responsáveis não pelo recebimento, mas pela doação da cooperação econômica brasileira (ABC, 2010).

A cooperação econômica brasileira pode ser entendida como a transferência de recursos financeiros do governo brasileiro (presidência, ministérios e agências) a outros países, órgãos, fundos e organismos multilaterais com vistas à promoção do desenvolvimento econômico e social do destinatário do recurso - se feita de forma direta, deve integrar o orçamento do país receptor; se feita através de organismos e fundos, prioriza, além do desenvolvimento econômico e social, a pesquisa e os esforços de integração regional, seja ela econômica, política ou cultural.

Todas estas definições aqui utilizadas são elaboradas institucionalmente e com base na legislação brasileira. Para receber ajuda externa, o Brasil se guiou pela legalidade, com a organização de documentos, contratos, acordos e até mesmo leis que definiam todas as especificidades dos recursos, materiais ou tecnologias recebidos. Sendo assim, é de se esperar que ao assumir a função de doador o Brasil adotasse nas suas ações a mesma organização e legalidade que acompanhou por tanto tempo. Examinemos agora como se estabeleceu a cooperação brasileira do ponto de vista legal.

7 A Legislação sobre Cooperação no Brasil

A cooperação está presente de forma ampla nas relações internacionais do Brasil. A compreensão sobre como a cooperação é tratada pela legislação brasileira é de fundamental importância para entender as funções e os limites da ajuda externa. De acordo com a Constituição Federal de 1988, as relações internacionais do Brasil são regidas pelos princípios de: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não-intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; concessão de asilo político.

Pela própria Constituição, portanto, vemos que, na teoria, o Brasil se rege por princípios que o impedem de atuar, mesmo de forma pacífica, dentro de outro país se esta ação não tiver sido expressamente requisitada. A cooperação é definida de forma ampla, “para o progresso da humanidade”, sem especificar que tipo de progresso seria. Assim, sugere promover todo e qualquer progresso.

Com relação à América Latina, o Brasil se propõe a participar ou a promover um processo de integração entre os países: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (CF/1988, at. 4º, parágrafo único). Um das tentativas para se alcançar este objetivo foi a formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul); porém, esta organização, nos primeiros anos de sua existência, efetivou-se mais acentuadamente como uma integração comercial, situação que vem sendo gradativamente expandida para integração política e econômica, como veremos mais adiante.

Esta menção sobre cooperação na Constituição brasileira é a única lei geral existente sobre o assunto até agora. O Brasil não possui uma

legislação específica que trate da cooperação oferecida; assim, não há definição legal sobre tipo dos receptores, quantias que podem ser doadas, mecanismos pelos quais a doação deve ser feita e nem sobre a função da doação.

A cooperação internacional do Brasil nasceu quase que desprovida de instrumentos legais próprios. Salvo as normas gerais - em particular instrumentos que tratam da estrutura do Poder Executivo - que definiram atribuições de cooperação internacional a órgãos específicos (sucessivamente a CNAT, a SUBIN e o MRE/ABC), não há uma legislação brasileira sobre a cooperação para o desenvolvimento. Ou seja, não há uma norma legal que defina claramente as distinções entre a cooperação financeira e a cooperação técnica ou entre esta e a cooperação científica e tecnológica ou educacional, por exemplo. E que estabeleça de forma inequívoca seu escopo, princípios, objetivos, instrumentos para atuação, delimitação de competências e mecanismos de coordenação interministerial ou interinstitucional [...] (PUENTE, 2010, p. 135).

Algumas das características a respeito da cooperação fornecida pelo Brasil são absorvidas de indicativos feitos por organismos internacionais como a ONU. Um exemplo disso seriam os objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM), que recomendam às nações desenvolvidas auxiliar os países pobres mais endividados (PPME), destinando 0,7% do produto interno bruto (PIB) para esses países em ajuda externa (PNUD, 2000).¹

Após a verificação de ausência de legislação específica acerca da cooperação no Brasil, o foco da pesquisa se direcionou para desvendar, então, quais os mecanismos que o governo brasileiro utiliza para efetivar a doação de recursos financeiros aos organismos internacionais e países.

Desta forma, verificou-se² que entre os anos de 2000 e 2010 foram quatro os mecanismos utilizados pelo governo brasileiro para a promoção da cooperação: através de resolução do Senado Federal; de lei ordinária aprovada no Congresso; de transferência de verbas orçamentárias dos ministérios envolvidos na doação (os mais frequentes são o de relações exteriores, saúde e educação); ou através do orçamento da União, por meio do plano plurianual e da Lei Orçamentária Anual:

a) resolução do Senado Federal: esta forma de praticar ajuda externa se restringe às concessões de perdões de dívidas que outros países possuem com o governo brasileiro. O Executivo Federal pede autorização ao Senado para dispensar parte do débito existente e reestruturar o excedente; é assim realizado de forma a cumprir o inciso V, do art. 52 da Constituição Federal, que fala ser da competência exclusiva do legislativo “autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União [...]”. Como exemplo, têm-se as resoluções do Senado Federal n. 37/2006,

perdoando parte da dívida da Nigéria; n. 57/2005, sobre o perdão da dívida de Moçambique; n. 07/2010, dispensando parte do débito do Suriname, e outras (SENADO FEDERAL, 2015);

b) lei ordinária: através desta modalidade, o Brasil efetiva doações de recursos financeiros diretamente a outros países. Como toda lei ordinária, a proposta de lei (PL) efetuada pelo Executivo Federal deve ser aprovada por maioria simples nas duas casas do Congresso. Como exemplo, temos a lei n. 11.444/2007 que “Autoriza o Poder Executivo a efetuar doação à República do Paraguai, no valor de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)”; a lei n. 12.117/2009 que “Autoriza a União a doar recursos à República de Moçambique para a primeira fase de instalação de fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos” em até R\$ 13.600.000,00; e a lei n. 12.292/2010, que “Autoriza o Poder Executivo a realizar doação para a reconstrução de Gaza”, no valor de R\$ 25.000.000,00 (PORTAL DA LEGISLAÇÃO, 2015);

c) transferência direta: ocorre quando há envio de recursos provenientes do orçamento de um ministério específico. Como exemplo, há recentemente a doação brasileira para o Haiti no valor de US\$ 55.000.000,00, do qual US\$ 40.000.000,00 foram transferidos para o Fundo da ONU para Reconstrução do Haiti e US\$ 15.000.000,00 diretamente para o governo haitiano. Esse valor saiu diretamente do orçamento do MRE, por meio da Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome, com caráter emergencial, e foi tratado pelo governo brasileiro como assistência humanitária (MRE, 2011b, p. 11);

d) orçamento: é a forma mais comum e a mais ampla. O orçamento brasileiro, definido pelo plano plurianual e pela Lei Orçamentária Anual, é o mecanismo mais utilizado pelo governo para promoção de sua ajuda externa, através do programa 0681 - Gestão da Participação em Organismos Internacionais, cujo objetivo é “Assegurar a presença do governo brasileiro nos organismos internacionais de seu interesse” (MPOG, 2010, n.p.), pelo qual o governo brasileiro reserva dotações orçamentárias e realiza previsões de despesas com contribuições a organismos multilaterais de integração, pesquisa, comércio ou Sistema ONU.

8 Conclusão

Este artigo objetivou sintetizar os tipos de cooperação existentes e praticadas pelos órgãos oficiais brasileiros entre os anos de 2003 e 2010. Esse foco foi escolhido em virtude do aumento da

ajuda externa brasileira no período. A síntese desse conteúdo é relevante para a ampliação do conhecimento na área, haja vista os trabalhos científicos na área da cooperação serem muito voltados para a chamada cooperação técnica.

Percebe-se que a forma como o Brasil entende a cooperação é, em momentos pontuais, diferente daquela dos organismos internacionais responsáveis pela temática. Foi possível verificar também que todos os tipos mais conhecidos e difundidos de cooperação - técnica, humanitária, militar e econômica - foram e ainda são praticados pelo governo brasileiro no âmbito de suas relações internacionais.

Além disso, pôde-se verificar que a legislação brasileira referente ao assunto é ainda incipiente, resumindo-se a um artigo na Constituição Federal e a algumas poucas leis ordinárias, sendo estes os mecanismos legais pelos quais o Brasil efetiva sua ajuda externa.

Notas:

⁽¹⁾ O Brasil é tido como país em desenvolvimento pela ONU e, portanto, não é elegível por meio dos ODM a doar 0,7% do seu PIB. O País apenas se comprometeu a alcançar as metas referentes ao seu estágio de desenvolvimento (educação, miséria, mortalidade infantil, meio ambiente, entre outras), o que não o impede de tentar alcançar aquelas referentes aos países desenvolvidos.

⁽²⁾ Mediante consultas à Constituição Federal e leis ordinárias aprovadas na Câmara e no Senado e, ainda, demandas à Assessoria Jurídica do MRE, entre os dias 3 e 5 de fevereiro de 2011.

Referências

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO - ABC. *Dados institucionais*. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 fev. 2015.

COOPERAÇÃO MILITAR BRASILEIRA NO PARAGUAI - CMBP. *Dados sobre cooperação militar*. Disponível em: <<http://www.cmbp.eb.mil.br/>>. Acesso em: 10 out. 2010.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE. *Dados sobre a assistência humanitária*. Disponível em: <<http://www.assistenciahumanitaria.mre.gov.br/>>. Acesso em: 16 dez. 2011a.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE. *Balanco de Política Externa 2003/2010*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/>>. Acesso em: 10 fev. 2011b.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MPOG. *Cadastro de ações*. Disponível em: <<http://sidonet.planejamento.gov.br/docs/cadacao/#>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. *DAC Glossary*. Disponível em: <http://www.oecd.org/document/32/0,3343,en_2649_33721_42632800_1_1_1_1,00.html#ODA>. Acesso em: 24 jan. 2010a.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. *Our Mission*. Disponível em: <http://www.oecd.org/pages/0,3417,en_36734052_36734103_1_1_1_1,00.html>. Acesso em: 24 jan. 2010b.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. *Introdução aos ODM*. [S.l.]: [s.n.], 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm>>. Acesso em: 22 out. 2011.

PORTAL DA LEGISLAÇÃO. *Leis ordinárias*. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/leis-ordinarias>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

PUENTE, C. A. I. *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento - CTPD - no período 1995-2005*. Brasília: Funag, 2010.

SENADO FEDERAL. *Resoluções do Senado*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), mestra em Ciência Política pela UFPI, foi professora substituta do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI, é professora de Economia da Faculdade Santo Agostinho e de Ciência Política do Instituto Camillo Filho.

UMA ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE A INTERPRETAÇÃO DE GRAMSCI POR ROBERT W. COX¹

Por Rodrigo Fernandes dos Passos*

Resumo: o intuito deste texto é apontar resultados preliminares de uma pesquisa que tem como objetivos: (a) investigar a existência de um eventual ecletismo na teoria crítica das relações internacionais enunciada por Robert W. Cox (1981) que permita, inclusive, entender uma hipotética aproximação com uma perspectiva idealista liberal; (b) pesquisar a coerência da abordagem coxiana com o aparato conceitual de Antonio Gramsci.

Palavras-chave: Gramsci. Cox. Teoria crítica.

Abstract: the intent of this paper is to point a preliminary research result that aims to: (a) investigate the existence of any eclecticism in critical international relations theory enunciated by Robert W. Cox (1981) that allows to understand a hypothetical approach to a liberal idealist perspective; (b) investigate the coherence of Coxian approach in relation to Antonio Gramsci's conceptual apparatus.

Keywords: Gramsci. Cox. Critical Theory.

1 Introdução

O intuito deste texto é apontar resultados preliminares de uma pesquisa que tem como objetivos: (a) investigar a existência de um eventual ecletismo na teoria crítica das relações internacionais enunciada por Robert W. Cox (1981) que permita, inclusive, entender uma hipotética aproximação com uma perspectiva idealista liberal; (b) pesquisar a coerência da abordagem coxiana com o aparato conceitual de Antonio Gramsci. A contribuição a ser proporcionada pela investigação proposta aponta para o início de uma elucidação em grau substantivo de pontos importantes do debate teórico internacionalista contemporâneo em vista da ausência na literatura nacional e internacional de uma avaliação mais substantiva nos termos dos objetivos mencionados.

Para tal, serão apresentados neste texto aspectos gerais da teoria crítica e sua repercussão

desde o início de sua formulação por Cox, seus nexos com as formulações de Antonio Gramsci e algumas dificuldades metodológicas e epistemológicas. Por fim, considerações finais resumirão os principais argumentos aqui desenvolvidos e apontarão alguns aspectos a serem melhor abordados em outras oportunidades.

Tem-se como objetivos mais amplos da pesquisa responder às seguintes questões, que resumiriam os problemas a serem investigados:

- a) em análise do conjunto de sua obra, o empreendimento teórico de Cox pode ser avaliado como eclético?
- b) a obra de Cox poderia se articular de modo incoerente com uma perspectiva crítica, tendo em vista que alguns de seus componentes importantes a alinhariam com uma última versão de um idealismo liberal?²

c) a centralidade da teorização coxiana em torno das formulações de Antonio Gramsci faz jus às premissas teórico-práticas do conjunto da obra do comunista italiano?

As hipóteses a serem testadas nesta pesquisa são:

a) a abordagem teórica de Cox incorre em ecletismo no âmbito epistemológico na medida em que justapõe aspectos incompatíveis entre si tomados dos pensamentos de Max Horkheimer e de Antonio Gramsci;

b) o ecletismo e a enorme amplitude dos princípios diferenciadores de uma teoria crítica e uma teoria *problem-solving* levam a primeira a ser entendida em alguns aspectos como um construto teórico compatível com o idealismo liberal;

c) o conhecimento do conjunto da obra de Gramsci por Cox é limitado, ignorando aspectos conceituais e metodológicos relevantes do autor sardo.

A revisão bibliográfica que se segue servirá em parte para fundamentar e justificar o conjunto das hipóteses elencadas.

A definição pontual da teoria crítica dá notícia de uma vertente histórica, de abordagem totalizante e inserida em um contexto de propósito transformador por Cox, na sua oposição à ahistoricidade, à perspectiva limitadora e de manutenção do *status quo* das teorias *problem-solving* (alusivas aos enfoques realistas e neoliberais). Na estrutura histórica da teoria crítica, interagem três categorias de forças: as capacidades materiais,³ as ideias e as instituições (COX, 1981). Tal conceituação ensejou uma diversidade de vertentes teóricas, com vários pontos distintos entre si. A partir da enunciação pioneiro de Cox de 1981, houve uma miríade de enfoques abrigada sob o rótulo **teoria crítica** sem a preocupação mais específica do que e como seria a abordagem **crítica** em questão. Teriam como pressupostos partilhados aqueles já mencionados, que diferenciariam uma teoria crítica de uma teoria *problem-solving*, autores cosmopolitas, habermasianos (LINKLATER, 1996), neogramscianos e/ou neomarxistas (GILL; LAW, 1989; RUPERT, 1995; MURPHY, 1994, 1998; 2007), construtivistas (PRICE; REUS-SMITH, 1998; ADLER, 1999), foucaultianos (GILL, 1995), feministas (WHITWORTH, 1994), pós-modernos (WALKER, 2013), verdes (KÜTTING, 2001), como apenas alguns poucos exemplos da mesma teoria crítica.

Mais do que um rótulo extremamente abrangente, a teoria crítica proporcionou em algumas de suas variadas expressões uma grande dificuldade de entendimento dos parâmetros da crítica ao realismo estrutural de Waltz (1979; 2001),

seja se aproximando do parâmetro positivista ou dele distanciando-se. Ao mesmo tempo, a abordagem seminal de Cox articula distintas vertentes teóricas que, para além de seus rótulos vagos, podem ao menos indicar um pequeno parentesco intelectual com a abordagem realista, a despeito de enormes diferenças de um enfoque realista para com qualquer outro. Elencar-se-ia, a propósito disto, o assim chamado realismo de Carr, ainda que Cox destaque seu caráter histórico que o distingue de outras abordagens como as de Morgenthau (2002) e Waltz (1979; 2011). Em linha argumentativa que apontaria maiores proximidades com outras teorias, conforme Andrew Linklater (apud JAHN, 1998, p. 626), a teoria crítica construiria “pontes entre as ilhas das teorias”, incorporando partes valiosas do realismo, racionalismo e idealismo. Além disso, a teoria crítica poderia emprestar unidade e liderança à disciplina de Relações Internacionais e tentar agrupar outras abordagens em torno de seus projetos de pesquisa sem, contudo, que as outras vertentes possam mapear tal campo na sua totalidade. Isto tudo sem falar na *via media* entre a perspectiva mais próxima à teoria crítica e a de Waltz em enfoques que identificam no construto de Cox uma base para uma percepção e construção social da realidade (ADLER, 1999; WENDT, 2003).

Considerando toda esta diversidade e pluralidade, enuncia-se o foco em torno do ex-diretor da Organização Internacional do Trabalho e sua obra, considerando sua relevância e pioneirismo para a vertente em pauta.

É notável no *opus* do cientista político canadense certa centralidade em torno de nomes como Collingwood, Braudel, Vico, Ibn Kaldun e Gramsci. Este autor e sua recorrência na sua obra em particular fazem Cox encabeçar a lista dos autores classificados como gramscianos ou neogramscianos. Sem se entender como um marxista (ao contrário do que é comumente escrito), Cox (apud SCHOUTEN, 2010) declarou em entrevista ser apenas um tributário do marxismo. Ele coloca em segundo plano a discussão se faz ou não interpretação acurada do marxismo de Gramsci. Cox destaca o modo como usa tais interpretações para dar conta da análise adequada do plano internacional.

Tais pontos chamam a atenção para uma eventual coerência da abordagem teórica ou uma perspectiva eclética de Cox, um dos pontos centrais a serem discutidos a seguir como problema de pesquisa e tendência relevante no estado da arte.

2 Cox sobre Gramsci: um pouco da obra e repercussão

Resumir a produção bibliográfica de Cox e que lhe é pertinente seria muito difícil em face da enorme repercussão e do tamanho; por isso, o foco recairá neste item sobre aquela bibliografia especificamente pertinente aos problemas de pesquisa anteriormente mencionados.

Há uma significativa literatura que aponta a influência do enfoque filosófico da Escola de Frankfurt na definição coxiana da teoria crítica das Relações Internacionais (DEVETAK, 2005; HALLIDAY, 1999; PUGH, 2004; JAHN, 1998; MORTON, 2007), ainda que Cox (apud SCHECHTER, 2002) não admita. Todavia, nem o próprio Cox nem qualquer outro autor desenvolvem argumento para demonstrar que não existe tal parentesco intelectual.

Em outra oportunidade, foi demonstrado que as premissas fundamentais de uma teoria crítica das relações internacionais - na perspectiva de distinção entre uma teoria crítica e uma teoria *problem-solving* - são muito semelhantes às características que Horkheimer (1991) argumentou para diferenciar uma teoria crítica de uma teoria tradicional. Entretanto, foi apenas esboçada uma avaliação prévia de um ecletismo na formulação pioneira de Cox sobre a teoria crítica em 1981, na medida em que se justapõem dois estatutos epistemológicos distintos, ambos originários do marxismo (PASSOS, 2013).

O estatuto epistemológico de Horkheimer (1991) de uma teoria crítica destaca a diferenciação com a teoria tradicional, fortemente associada às ciências da natureza e práticas análogas a tais ciências. Estas ciências divorciam teoria e prática, sujeito e objeto, além de alienar toda a sua historicidade. O fazer científico tradicional nas universidades e laboratórios não guardaria qualquer caráter dialético e crítico em momento algum, conforme a avaliação do filósofo alemão. O momento de reconciliação dos processos de trabalho e da racionalidade identificados com a teoria crítica levaria à emancipação humana, muito embora não fique claro em que consistiria este momento, em vista da sua análise diagnóstica de uma impossibilidade revolucionária conjuntural dos anos 1930 - período da elaboração horkheimiana - e um enorme pessimismo permeado pelo nazismo, pelo fascismo, pelo stalinismo, pela iminência de uma guerra mundial e pelo refluxo dos movimentos políticos opositores e dos trabalhadores.

Já o estatuto epistemológico gramsciano diverge diametralmente do congênere horkheimiano. Um conhecimento e uma teoria de caráter crítico não

seria somente a reconciliação unitária e plena teórico-prática na construção do saber, mas um processo de desenvolvimento da filosofia, das ciências naturais e da superação da metafísica, da religião, do senso comum, **mesmo com seus limites** (GRAMSCI, 1975); portanto, pode-se partir de tais perspectivas e posteriormente superá-las. Todo tipo de conhecimento remete a uma indissolúvel unidade teórico-prática, mesmo que tal unidade não tenha alcançado seu corolário na sociedade integral ou total - o eufemismo gramsciano referente à sociedade socialista para fugir à censura carcerária. Este é o caminho para a construção de uma nova hegemonia - uma concepção dirigente de mundo a partir da sociedade civil por uma fração de classe, elite ou grupo combinando força e o predomínio do consenso nos âmbitos moral, intelectual, cultural, ético-político, econômico, social, ideológico etc. - identificada com as classes e grupos subalternos.

No que refere ainda a Gramsci, Cox reproduz definições discutíveis, no âmbito de senso comum, sobre o comunista italiano. Por exemplo, o intelectual orgânico como mentor de movimentos e partidos políticos (COX, 2002). Fazendo jus a Gramsci de modo mais acurado, a definição mencionada de Cox não se coaduna necessariamente com aquela encontrada nos cadernos carcerários, tendo em vista que o intelectual orgânico desempenha teórica e praticamente papel fundamental na organização, produção e reprodução de uma dada sociedade em seu modo de vida específico (GRAMSCI, 1975).

Outro ponto discutível concerne à proposição coxiana de uma “contra-hegemonia” aos Estados Unidos baseada em coalizão terceiro-mundista de Estados (COX, 1981), que enseja mais um dos limites à compreensão da obra de Gramsci. Não há o conceito de “contra-hegemonia” na obra do comunista sardo. Toda ação política é aspirante à hegemonia no aparato conceitual do comunista italiano, ainda que ela possa não ser efetivamente hegemônica no momento de sua ocorrência. Como categoria dotada de complexidade histórica, há formas completas e incompletas de hegemonia.⁴ Este é o sentido de não aparecer a noção de “contra-hegemonia” em momento algum na totalidade da obra gramsciana. A provável razão da popularização deste conceito está associada ao seu uso pioneiro nos anos 1970 pelo crítico literário Raymond Williams (1977). O uso entre aspas pelos motivos já arrolados - como o faz Adam David Morton (2007) - é assim justificado.⁵

Há interpretações corretas de Gramsci por Cox

com desdobramentos discutíveis. A título de exemplificação, Cox menciona corretamente a unidade entre Estado e sociedade civil (1981), tal como Gramsci definiu em sua obra.

A propósito de tal perspectiva que alude, entre outros pontos, à relação entre Estado e mercado, Mariutti (2013, p. 43) remete ao fato de que Cox, ao propor a interpenetração entre Estado e sociedade civil,

[...] o faz de forma muito mais sofisticada e dinâmica, pois congrega a "internacionalização" do Estado (que ajuda a amalgamar Estado e Sociedade Civil em uma escala internacional) e da Produção (que exige a interpenetração entre elementos do poder público e do setor privado) levando em conta o modo como esta articulação ganha concretude na configuração de uma estrutura de classes peculiar, onde a "autoridade política" nos termos aqui definida, se concretiza nos atritos entre a classe dos "administradores transnacionais" (que combina elementos da vida privada e autoridades públicas), e as forças sociais que tendem ao nacionalismo. É claro que esta postura gerou – e continuará a gerar – diversas controvérsias. Mas, pelo menos em potência, ela aponta para a necessidade de tentar suplantar as especialidades acadêmicas e recoloca no centro da análise o conflito entre as classes e os grupos sociais enquanto forma suplementar de identidade social.

Conforme reiterado, a formulação de Cox é polêmica. A partir de um exame da obra gramsciana, a tese coxiana da internacionalização do Estado (COX, 1981) enseja consequências e dificuldades teóricas que o autor canadense não discute; quais sejam, aquelas referentes à internacionalização da sociedade civil. Duas delas poderiam ser elencadas. Uma primeira estaria nos critérios metodológicos para justificar tal internacionalização. Por outras palavras, como desdobrar da obra gramsciana a formulação de uma internacionalização da sociedade civil se ela não aparece neste formato em sua obra carcerária e pré-carcerária? Em princípio, o *opus* gramsciano concebe a sociedade civil como uma categoria destinada à dinâmica do interior dos Estados e não ao plano internacional. Uma segunda dificuldade diz respeito à formulação gramsciana da unidade orgânica de um Estado e uma sociedade civil. A separação de ambos só seria concebível do ponto de vista didático, metodológico (GRAMSCI, 1975)⁶ Como consequência teórica, no âmbito internacional, isto demandaria uma unidade orgânica de um Estado e uma sociedade civil mundiais. A consequência de tal definição não está na pauta dos escritos coxianos e segue sem resposta.

Valendo-se de uma perspectiva gramsciana para tentar resolver este impasse, deve-se atentar para as temporalidades não necessariamente idênticas entre o interno e o internacional.⁷ Como o autor italiano sustentou, as relações internacionais seguem logicamente as relações sociais fundamentais (GRAMSCI, 1975), o que significa não

serem necessariamente iguais nos dois níveis. Ainda conforme Gramsci (apud MORTON, 2007, p. 1), "o capitalismo é um fenômeno econômico histórico mundial e seu desenvolvimento desigual significa que as nações individualmente não podem estar no mesmo nível de desenvolvimento econômico ao mesmo tempo." Tal formulação certamente tem consequências para a unidade orgânica entre Estado e sociedade civil, considerada na sua particularidade e historicidade.

Cox recorreu a edições temáticas e antologias de língua inglesa de Gramsci que não fazem jus ao movimento de elaboração fragmentário e assistemático do prisioneiro de Mussolini, contemplados somente pela edição crítica dos cadernos carcerários organizada por Valentino Gerratana, a mesma citada neste texto (GRAMSCI, 1975). As edições disponíveis no mundo anglo-saxônico dão a falsa impressão de uma escrita sistemática de Gramsci de suas notas prisionais, ponto forjado pelas compilações feitas nas edições organizadas desde os anos 1950 pelo ex-secretário geral do Partido Comunista Italiano (PCI), Palmiro Togliatti.⁸

O fato de Cox justapor dois autores com estatutos epistemológicos distintos acerca do que seja teoria e conhecimento crítico é apenas uma parte de seu ecletismo.

A confusão com uma perspectiva liberal aparece na teoria crítica - Cox aí incluso - na medida em que não se consegue diferenciar um estatuto crítico ao prescrever soluções globais e universais como forma de acobertar relações particulares de injustiça e exploração. Isto requereria uma ponderação sobre as particularidades históricas, de grupos e classes e seus respectivos papéis na luta por emancipação; ponto não contemplado pela vertente (JAHN, 1998).⁹

Em diapasão semelhante, Saad-Filho e Ayers (2008) reconhecem a importância e a contribuição coxiana para uma compreensão mais aberta e contextualista com significativa repercussão nas ciências sociais. Mas, ainda assim, com ressalvas. Eles assim resumem o ecletismo e limite coxiano no que tange às formulações sobre a transição do capitalismo global à conjuntura de hegemonia do neoliberalismo:

Em primeiro lugar, elas tendem a ser excessivamente abstratas e ecléticas. Estas análises recorrem a uma justaposição metodologicamente falha de interpretações dessa transição, incluindo perspectivas selecionadas do marxismo, teoria da regulação, institucionalismo e economia política evolutiva, entre outras escolas de pensamento e de diversas disciplinas, incluindo relações internacionais (RI), ciência política, sociologia e economia. Estas tentativas de síntese tendem a ser demasiado ambiciosas e, quase invariavelmente,

superficiais. Em segundo lugar, o emprego coxiano de análise de classe é em grande parte categorial, ignorando a dinâmica de espoliação, exploração, resistência e competição no cerne do progresso tecnológico e mudanças políticas nas sociedades capitalistas. Em terceiro lugar, e relacionado com o ponto anterior, os estudos coxianos geralmente oferecem uma teorização inadequada dos processos sociais e históricos e o material e as relações sociais entre eles. Em quarto lugar, elas primam excessivamente sobre a suposta “autonomia” do Estado como um fator explicativo abrangente de reforço infraestrutural de processos de mudança sistêmica (SAAD-FILHO; AYERS, 2008, p. 110, tradução nossa).

As ressalvas identificadas pelos autores se assemelham às dificuldades anteriormente apontadas no âmbito do construto teórico de Cox: justaposição de aspectos, categorias de diferentes construtos sem uma mediação que lhes prive de vagueza ou incoerência interna na argumentação teórica. Em uma palavra, limites de demonstração a partir do plano histórico e empírico e ecletismo.

3 Conclusão

Três pontos fundamentais marcaram a argumentação deste texto: (a) o ecletismo epistemológico e conceitual de Cox; (b) a apropriação livre e pouco rigorosa por Cox do pensamento de Gramsci; e (c) a caracterização da formulação de Cox como uma variante do idealismo liberal na medida em que não supera a perspectiva universalista de emancipação na sua proposição e análise do plano internacional. Em face desta avaliação preliminar, algumas frentes de investigação com relação ao pensamento coxiano precisam ser objeto de análise: a “tradução” no sentido gramsciano de categorias como “contra-hegemonia”, revolução passiva e hegemonia, além das já mencionadas (in)compatibilidades conceituais e históricas discutidas acima. Desenvolver-se-á isto em outra oportunidade.

Notas:

- (1) Texto integrante da pesquisa de pós-doutorado desenvolvida no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com bolsa de Pós-Doutorado Sênior do CNPq, processo 167629/2013-1.
- (2) Este é um dos argumentos centrais contemplados em ensaio de Jahn (1998) sobre a teoria crítica, como se pôde observar na discussão do estado da arte tratado nesta contribuição.
- (3) Conforme Mariutti (2013), trata-se de categoria similar àquela de cunho marxista de forças produtivas.
- (4) Em sendo uma categoria de cunho histórico e variável, a categoria gramsciana de hegemonia pode ser incompleta e ter, inclusive, o predomínio da força e emanar do Estado e não da sociedade civil. Uma destas formas incompletas de hegemonia presentes na obra carcerária gramsciana é a complexa categoria de revolução passiva.
- (5) O fato de não existir a categoria de “contra-hegemonia” no aparato conceitual gramsciano não impede que ela seja usada, principalmente se for considerado o aspecto metodológico gramsciano da “tradução” para tal emprego, ou seja, a resignificação de conceitos empregados ou originados de

outros contextos para outro sentido em conformidade com uma nova particularidade, social, histórica, cultural etc.

(6) Ver a respeito também em COUTINHO, 2007 e BIANCHI, 2008.

(7) Compreende-se com isto que os tempos da transformação política, econômica, cultural, militar, social, ideológica etc. não são necessariamente idênticos no interior dos Estados com seus congêneres no além-fronteiras.

(8) Ver a respeito: BIANCHI, 2008, p. 35-46.

(9) Um argumento um pouco semelhante é elencado por Villa (2008) quando identifica uma relação da teoria crítica com o liberalismo. Conforme o autor, a teoria crítica propõe um projeto de emancipação humana que possui relações, pontos em comum com tal tradição de pensamento. A centralidade do tema da sociedade civil, inclusive no plano internacional, reforçaria tal justificativa. Villa inclui nesta avaliação o “braço” da teoria crítica nos temas de segurança, os “*Critical security studies*” ou “Estudos críticos de segurança”. Para uma visão preliminar sobre tais estudos, consultar KRAUSE; WILLIAMS, 2002.

Referências

- ADLER, E. O construtivismo no estudo das relações internacionais. *Lua Nova*, São Paulo, n. 47, p. 201-252, 1999.
- BIANCHI, A. *O laboratório de Gramsci*: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci*: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- COX, R. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. *Millenium: Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.
- COX, R. *The political economy of a plural world*: critical reflections on power, morals and civilization. New York: Routledge, 2002.
- DEVETAK, R. Critical theory. In: BURCHILL, S.; LINKLATER, A. (Ed.). *Theories of international relations*. New York: Palgrave Macmillan, 2005, p. 137-160.
- GILL, S. The global panopticon? the neoliberal state, economic life, and democratic surveillance. *Alternatives Global, Local, Political*, North York, v. 20, n. 1, p. 1-49, jan.-mar. 1995.
- GILL, S.; LAW, D. Global hegemony and structural power of capital. *International Studies Quarterly*, v. 33, n. 4, p. 476-499, Dec. 1989.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975.
- HALLIDAY, F. *Repensando as relações internacionais*, Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica, In: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. *Textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 31-68.
- JAHN, B. One step forward, two steps back: critical theory as the latest edition of liberal idealism. *Millenium - Journal of International Studies*, v. 27, p. 613-641, 1998.
- KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. (Ed.). *Critical security studies*: concepts and cases. London: University College London Press, 2002.
- KÜTTING, G. *Environment, society and International Relations*: towards more effective international environmental agreements. New York: Routledge, 2001.
- LINKLATER, A. The achievements of critical theory. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. (Ed.) *International theory*: positivism and beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 279-300.
- MARIUTTI, E. Política internacional, relações internacionais e economia política internacional: possibilidades de diálogo. *Texto para Discussão*, Campinas, n. 218, abr. 2013.
- MORGENTHAU, H. *A política entre as nações*. Brasília: UnB, 2002.
- MORTON, A. *Unravelling Gramsci*: hegemony and passive revolution in the global political economy. London: Pluto Press, 2007.
- MURPHY, C. *International organization and industrial change*: global governance since 1850. Cambridge: Polity, 1994.

- MURPHY, C. Understanding IR, Understanding Gramsci. *Review of International Studies*, v. 24, n. 1, 417-425, 1998.
- MURPHY, C. The promise of critical IR, partially kept. *Review of International Studies*, v. 33, special issues S1, p. 117-133, abr. 2007.
- PASSOS, R. D. F. Gramsci e a teoria crítica das relações internacionais. *Novos Rumos*, Marília, v. 50, n. 2, p. 1-19, 2013.
- PRICE, R.; REUS-SMIT, C. Dangerous Liaisons? Critical international theory and constructivism. *European Journal of International Relations*, v. 4, n. 3, p. 259-294, 1998.
- PUGH, M. Peacekeeping and critical theory. *International Peacekeeping*, v. 11, n. 1, p. 39-58, Spring 2004.
- RUPERT, M. *Producing hegemony: the politics of mass production and american global power*. Cambridge: Cambridge University, 1995.
- SAAD-FILHO, A.; AYERS, A. J. Production, class and power in the neoliberal transition: a critique of coxian eclectism. In: AYERS, A. (Ed.): *Gramsci, political economy and international relations theory: modern princes and naked emperors*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.
- SCHECHTER, M. G. Critiques of Coxian Theory - background to a conversation In: COX, R. W. *The political economy of a plural world: critical reflections on power, morals and civilization*. New York: Routledge, 2002.
- SCHOUTEN, P. *Theory talk #37: Robert Cox on world orders, historical change, and the purpose of theory in international relations*. 12 March 2010. Disponível em: Theory Talks, <<http://www.theorytalks.org/2010/03/theory-talk-37.html>>. Acesso em: 14 set. 2010.
- VILLA, R. D. Segurança Internacional e normatividade: é o liberalismo o elo perdido dos critical securities studies? *Lua Nova*, São Paulo, n. 73, p. 95-122, 2008.
- WALKER, R. B. J. *Inside-outside: relações Internacionais como teoria política*. Rio de Janeiro: PUC; Apicuri, 2013.
- WALTZ, K. *Man, the state and war: a theoretical analysis*. New York: Columbia University Press, 2001.
- WALTZ, K. *Theory of international politics*. Reading: Addison-Wesley, 1979.
- WENDT, A. *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University, 2003.
- WHITWORTH, S. *Feminism and international relations: towards a political economy of gender in interstate and non-governmental institutions*. Basingstoke: Macmillan, 1994.
- WILLIAMS, R. *Marxism and literature*. Oxford: Oxford University, 1977.

*** Professor da UNESP, é pesquisador do Grupo "Cultura e Gênero" e do NEOM - Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana, ambos da referida universidade. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e bolsista de Pós-Doutorado Sênior do CNPq, com o projeto de pesquisa "Cox e a teoria crítica das relações internacionais: ecletismo ou coerência?", desenvolvido no âmbito do Instituto de Economia da Unicamp.**

ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM ADMINISTRAÇÃO SOBRE CENÁRIOS PROSPECTIVOS

Por Johnny Herberthy Martins Ferreira* e Maria do Socorro Lira Monteiro**

Resumo: este artigo tem como objetivo geral traçar um panorama da produção científica em Administração sobre Cenários Prospectivos. Para tanto, foi adotado um estudo exploratório-descritivo, realizado por meio de um estudo bibliométrico. Os resultados alcançados na análise de 28 artigos sobre Cenários Prospectivos, publicados nos fóruns da área de Administração nos últimos 10 anos, permitem inferir algumas tendências e perspectivas da produção científica quanto às estratégias metodológicas adotadas nas pesquisas, ao perfil da autoria das publicações, às obras mais citadas e às fontes de referências utilizadas.

Palavras-chave: Cenários prospectivos. Administração. Bibliométrico.

Abstract: the objective of this paper is to give an overview of scientific production in the area of Business Administration that focuses on prospective scenarios. To achieve these objectives, this research adopts an exploratory-descriptive approach, carried out by means of a bibliometric study. The results of the analysis of 28 articles addressing prospective scenarios published in the area of Business Management the last 10 years, revealed some trends and perspectives on scientific production regarding the methodological strategies adopted in the studies, the profile of the authors, the most frequently cited works, and the sources of reference used.

Keywords: Prospective Scenarios. Administration. Bibliometric.

1 Introdução

Cada vez mais as organizações, sejam privadas, públicas ou não governamentais, necessitam de informações que respaldem determinados processos de planejamento e tomada de decisão. Frente a isto, a prospecção de cenários tem sido um dos meios capazes de dar suporte ao processo de busca e organização de informações com vistas à tomada de decisão, sejam elas com o intuito econômico, social ou ambiental.

O uso de cenários prospectivos não corresponde ao descobrimento ou tentativa de acertar o que ocorrerá no futuro; e sim delinear possíveis e diferentes cenários que possam ocorrer. Isto torna-se importante na medida em que é utilizado com o intuito de promover mudanças nas ações das

organizações para buscar a melhor forma de se adaptar ou mesmo alcançar um cenário desejado.

Desse modo, a importância de técnicas de cenários é defendida por importantes autores, a exemplo de Porter (1989), que concebe a utilização de cenários um forte dispositivo, capacitado a levar em conta a incerteza, quando são necessárias definições empresariais estratégicas.

Nesse contexto, pensar o futuro, procurando prospectar seus possíveis cenários, configura-se como a habilidade que deve ser desenvolvida na organização. Tal habilidade possibilita ao gestor agir com mais confiança e consistência diante das incertezas do ambiente organizacional, preparando-o para enfrentar os desafios decorrentes dos

processos de internacionalização e de rápidas mudanças tecnológicas que podem provocar, por exemplo, grande impacto na atuação das organizações no ambiente (MORITZ; NUNER; PEREIRA, 2008).

Com isso, a importância dos cenários prospectivos tem motivado pesquisas sobre seu impacto nas estratégias das organizações, sejam elas com foco nos quesitos econômico-financeiros ou socioambientais; portanto, a pergunta que norteia esta pesquisa é: que características apresentam as pesquisas nos últimos 10 anos sobre cenários prospectivos publicadas nos periódicos nacionais em Administração que tenham Qualis Capes B3 e acima? Com o intuito de contribuir para pesquisas sobre cenários prospectivos, este artigo tem como objetivo geral realizar um estudo da produção científica em Administração sobre cenários prospectivos nos anos de 2005 a 2014; e como objetivos específicos, identificar os artigos que tratam sobre o tema, reconhecer os aspectos metodológicos dos artigos por categoria, relacionar os autores que mais produziram sobre o tema e mapear as principais fontes de referências utilizadas nos artigos.

2 Referencial Teórico

A metodologia de cenários, segundo Godet (2000), foi aplicada na França pela primeira vez por ocasião de estudo de prospecção geográfica realizado por conta da *Délégation à l'Aménagement du Territoire et à l'Action Régionale*, em 1970. A partir daí, esse método foi adotado em setores como indústria, agricultura, demografia e emprego; e aplicado em diferentes níveis geográficos; mas foram os cenários desenvolvidos por Wack na Shell que marcaram a primeira história de sucesso e reconhecimento mundial no uso desta técnica no âmbito empresarial.

Conforme Marcial e Grumbach (2008), os estudos prospectivos não têm como objetivo adivinhar o futuro, mas estudar as várias probabilidades de futuros plausíveis existentes, preparando as empresas atuais para enfrentar o ambiente competitivo ou criar condições para que elas adaptem as possibilidades de sobrevivência ou, ainda, diminuam a potencialidade do impacto da crise na organização.

Dessa forma, de acordo com Marcial e Grumbach (2008), há três tipos de cenários: (a) possíveis, (b) realizáveis e (c) desejáveis.

Os possíveis são [...] todos os que a mente humana puder imaginar [...], os realizáveis são [...] todos os possíveis de ocorrer e que levam em conta os condicionantes do futuro [...] e os desejáveis que [...] encontram-se em qualquer

parte do possível, mas nem todos são, necessariamente, realizáveis (MARCIAL; GRUMBACH, 2008, p. 47).

Com isso, segundo Porter (2005), as principais funções dos cenários são: avaliação explícita de premissas de planejamento, apoio à formulação de objetivos e estratégias, avaliação de alternativas, estímulo à criatividade, homogeneização de linguagens e a preparação para enfrentar descontinuidades.

Neste contexto, é importante diferenciar cenários e previsões. Schwartz (2000) esclarece bem a questão da diferença entre previsão e cenários e afirma que cenários não são previsões, pois simplesmente não é possível prever o futuro com um razoável grau de certeza; muito pelo contrário, os cenários são veículos que ajudam pessoas a aprender. Ao contrário da previsão tradicional de negócios ou da pesquisa de mercado, os cenários apresentam imagens alternativas de futuro; são muito mais do que simples extrapolação das tendências presentes.

A construção de cenários, portanto, tem-se apresentado como importante ferramenta para identificar e analisar as possibilidades de acontecimentos relevantes para os setores de atuação das empresas, dando subsídios para soluções e alternativas flexíveis e consistentes (FALLER; ALMEIDA, 2014).

Quanto aos métodos, no estudo de cenários prospectivos pode-se observar a existência de diversas metodologias; as principais são as apresentadas por Michel Godet; General Electric; Schwartz e Global Business Network (GBN); Michael Porter, e seus cenários industriais; e Raul Grumbach. Esses métodos procuram destacar e analisar o macroambiente, a organização, o indivíduo e suas visões de futuro (MORITZ; NUNER; PEREIRA, 2008).

3 Método e Procedimentos da Pesquisa

Este estudo tem como base metodológica a apresentada por Gallon et al. (2008) no trabalho intitulado de "Um estudo longitudinal da produção científica em administração direcionada à temática ambiental"; portanto, caracteriza-se como exploratório-descritivo, realizado por meio de um estudo bibliométrico. Campos (2003) relata que apesar de não inferir sobre a qualidade das produções científicas de determinado assunto, o estudo bibliométrico permite avaliar a produção e orientar rumos de pesquisas em determinadas áreas do conhecimento.

A base de coleta foram os artigos publicados sobre cenários prospectivos na área de administração em periódicos com Qualis da Capes

B3 e acima. Com isso, foram selecionados 17 periódicos nacionais, na área da administração, que disponibilizam os artigos nos *sítes* eletronicamente via *internet*. Esta opção pela seleção das bases de publicações caracteriza-se como intencional e não probabilística. Quanto ao período de abrangência, a pesquisa considerou as publicações do período de 2005 a 2014. A escolha deste período justifica-se pela ascensão, nos últimos anos, do número de artigos científicos publicados sobre cenários prospectivos, incentivado pela necessidade da utilização destes no planejamento nas organizações e diferentes setores da economia.

Para a coleta dos artigos, inicialmente foram adotadas as seguintes palavras-chave: cenários, prospectiva, futuro, prospecção, projeção e previsão - e suas respectivas traduções e termos derivados. Durante a busca dos artigos, verificou-se a existência dessas palavras-chave no título ou no resumo do artigo. Cabe salientar que determinados artigos, apesar de apresentarem alguma das palavras-chave, foram excluídos da amostra da pesquisa por não terem como tema específico a prospecção de cenários.

A Tabela 1 apresenta o “Qualis Capes” dos periódicos selecionados em “Administração, Ciências Contábeis e Turismo” e o número de artigos coletados, considerando o período de 2005 a 2014.

No estudo bibliométrico, primeiramente verificou-se a quantidade de autores por artigo e, em seguida, averiguou-se a metodologia adotada, classificando os artigos em teóricos e práticos. Seguindo o estudo de Gallon et al. (2008), os

estudos teóricos foram divididos em três categorias: conceituais, ilustrativos e conceituais aplicados. Os estudos conceituais são aqueles que definem estruturas, modelos ou teorias; os ilustrativos compreendem as pesquisas que funcionam como um guia prático; e os estudos conceituais aplicados combinam algumas características dos estudos conceituais com as dos ilustrativos. Os estudos práticos, por sua vez, foram divididos em estudos de caso, *survey* e estudos experimentais. Após esta etapa, buscou-se o aprofundamento somente dos artigos práticos, explorando a fonte de coleta de dados utilizada e o setor de aplicação das empresas pesquisadas; e, por fim, a abordagem metodológica utilizada, classificando os estudos em qualitativos, quantitativos e qualitativo-quantitativos.

Na sequência, buscou-se relacionar os autores que mais produziram, bem como outras informações sobre estes, através da Plataforma Lattes, como: o estado da federação, a Instituição de Ensino Superior (IES) e o departamento de vínculo destes, correspondentes ao ano de publicação do artigo. Posteriormente, foram identificadas as referências e categorizadas em livros, artigos de periódicos, artigos de eventos, teses e dissertações e outros. A tabulação das fontes de referências dos artigos foi disposta de acordo com a lista de classificação do Qualis/Capes (A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C) e outros sem classificação. Nas teses e dissertações, identificaram-se as IES e o departamento destas. Por último, ranqueou-se os autores que mais foram referenciados nos artigos.

Tabela 1 - Publicações coletadas e analisadas

Base de Coletas	Qualis Capes	Número de artigos	
		Coletados	Analisados
RAE - Eletrônica	A2	3	1
RAE - Revista de Administração de Empresas	A2	3	1
RAUSP - Revista de Adm. da Universidade de São Paulo	A2	10	5
Faces - Revista de Administração	B1	1	1
G&R - Gestão & Regionalidade	B1	2	2
Produção	B1	8	2
RAI - Revista de Administração e Inovação	B1	6	4
Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional	B1	1	1
RCA - Revista de Ciências da Administração (UFSC)	B1	3	3
REGE - Revista de Gestão	B2	1	1
Revista Alcance	B2	1	1
G&T - Revista Gestão & Tecnologia	B2	1	1
RAD - Administração em Diálogo	B3	1	1
ReFAE - Revista da Faculdade de Administração e Economia	B3	2	1
RARA - Revista de Administração e Negócios da Amazônia	B3	1	1
Revista de Ciências Humanas (UFSC)	B3	1	1
GeAS - Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade	B3	1	1
Total	17	46	28

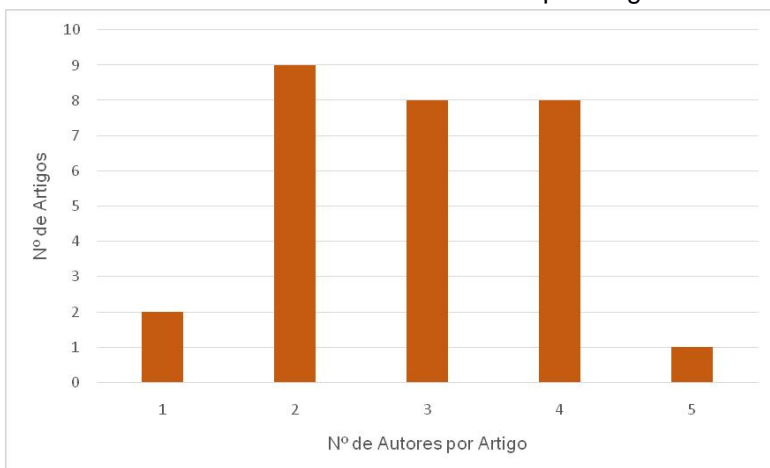
Fonte: Elaborada pelos autores.

4 Descrição e Análise dos Dados

4.1 Apresentação dos artigos de acordo com os aspectos metodológicos

No Gráfico 1 é apresentado o percentual de artigos publicados por 1 autor, 2 autores, 3 autores, 4 autores e 5 autores.

Gráfico 1 - Quantidade de autores por artigo



Fonte: Elaborado pelos autores

Como se pode observar, a maior parte das pesquisas científicas foram elaboradas por 2 autores (9 artigos), seguida pelos artigos com 3 e 4 autores (8 artigos).

A Tabela 2 relaciona os artigos analisados quanto ao tipo de estudo.

Verifica-se que a maioria dos trabalhos do são do tipo práticos (22 artigos), havendo considerável equidade entre estudos de caso e pesquisas *survey*. Quanto aos estudos teóricos, de maneira geral, destacam-se os conceituais.

Na Tabela 3 são apresentados a fonte de coleta de dados e o setor de aplicação dos 22 artigos classificados como práticos.

Tabela 2 - Classificação dos artigos em teórico e prático

Classificação	Quantidade
Estudos Teóricos	6
Conceitual	4
Ilustrativo	0
Conceitual aplicado	2
Estudos Práticos	22
Estudo de caso	8
<i>Survey</i>	13
Experimental	1
Total	28

Fonte: Elaborada pelos autores

Em um dos artigos, não foi possível conhecer o setor aplicado; por isso, somente 21 dos artigos tiveram a classificação. Observa-se que a coleta de dados se deu principalmente a partir de fontes

Tabela 3 - Classificação de acordo com a fonte de coleta de dados e setor de aplicação

	Classificação	Quantidade
Coleta de dados	Primário	3
	Secundário	4
	Primário e secundário	15
	Total	22
Setor aplicado	Privado	13
	Público	2
	3º Setor	0
	Público-Privado	4
	Privado, Público e 3º Setor	2
	Total	21

Fonte: Elaborada pelos autores

primárias e secundárias concomitantemente. Quanto ao setor de aplicação das empresas usadas para a aplicação dos estudos práticos, observa-se que as pesquisas utilizaram-se especialmente de empresas privadas.

Na Tabela 4, pode ser identificado o delineamento metodológico dos trabalhos.

Verifica-se que a abordagem qualitativa foi a mais utilizadas nos artigos analisados.

Tabela 4 - Abordagem metodológica utilizada

Abordagem Metodológica	Total
Qualitativa	16
Quantitativa	2
Qualitativa-quantitativa	4
Total	22

Fonte: Elaborada pelos autores

4.2 Identificação dos autores dos artigos e outras informações sobre suas produções

A Tabela 5 representa um *ranking* dos autores da área da administração que mais publicaram artigos sobre cenários prospectivos, sua IES e departamento de vínculo.

Dos nove autores que mais publicaram, um autor apresentou sete publicações, o segundo no *ranking* apresentou cinco trabalhos, dois autores apresentaram três publicações e cinco pesquisadores tiveram dois artigos nos periódicos analisados.

Os autores que mais publicaram são: James Terence Coulter Wright, vinculado ao departamento de Administração da FEA-USP, com sete artigos, e Renata Giovinazzo Spers, também vinculada ao departamento de Administração da FEA-USP, com cinco artigos. Ambos possuem trabalhos publicados em conjunto.

Na Tabela 6 pode ser visualizado o *ranking* dos estados de vínculo institucional dos autores no ano de publicação.

Tabela 5 - Ranking dos autores que mais publicaram sobre cenários prospectivos

Ranking	Publicações	Autor	Instituição / Estado	Departamento
1º	7	James Terence Coulter Wright	FEA-USP / SP	Administração
2º	5	Renata Giovinazzo Spers	FEA-USP / SP	Administração
3º	3	Antonio Thiago B. da Silva Maurício Fernandes Pereira	FEA-USP / SP UFSC / SC	Administração Administração
4º	2	Adalberto Américo Fischmann Claudio Antonio Rojo Gilberto de Oliveira Moritz João Maurício G. Boaventura Martinho Isnard R. de Almeida	FEA-USP / SP Unioeste / PR UFSC / SC UNIFECAP / SP FEA-USP / SP	Administração Administração Administração Administração Administração

Fonte: Elaborada pelos autores.

Tabela 6 Ranking dos estados de vínculo dos autores

Ranking	Estado	Publicações
1º	SP	32
2º	SC	9
3º	RS PR	5
4º	GO	3
5º	MG PA RJ	1

Fonte: Elaborada pelos autores

Entre os estados de vínculo institucional dos autores no ano de publicação, São Paulo se destaca com o maior número de artigos (32); na sequência, estão os estados de Santa Catarina (9), Rio Grande do Sul e Paraná (5) e Goiás (3). Vale lembrar que esses valores estão acima do número de artigos analisados por ter artigos com mais de um autor.

Distribuindo em regiões, têm-se os seguintes resultados: Sudeste (56%), Sul (38%), Centro-Oeste (5%) e Norte (1%). Nenhum pesquisador estava vinculado a IES localizada no Nordeste no ano de publicação do artigo.

A Tabela 7 demonstra o *ranking* das principais IES de vínculo dos autores.

Verifica-se que as IES de vínculo institucional dos autores no ano de publicação com maior número de publicação são FEA-USP (17) e UFSC (9). Tal fato se relaciona com os resultados da Tabela 5 (que apresenta os pesquisadores com maior número de publicação, vinculados a IES de São Paulo e Santa Catarina) e da Tabela 6 (que destaca São Paulo e Santa Catarina com o maior número de publicações).

Além das IES enumeradas na Tabela 7, pode-se destacar: PUC/SP e Unioeste/SP, com cinco publicações; Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo/SP e UFGO/GO, com três publicações; e UFSM/RS e Universidade Nove de Julho/SP, com duas publicações.

A Tabela 8 demonstra os principais departamentos de vínculo dos autores no ano de publicação.

A partir da Tabela 8 verifica-se que a maior parte dos pesquisadores, no ano de publicação do artigo, estava vinculada ao departamento de Administração (44). Em 12 autores não foi possível identificar o departamento.

4.3 Mapeamento das fontes de referências utilizadas nos artigos analisados

A Tabela 9 expõe as fontes de referências sobre cenários prospectivos dos artigos analisados.

Foram utilizadas 788 fontes de referências para a elaboração dos 28 artigos analisados. Dentre estas, percebe-se que a maioria se trata de livros (41,88%) e artigos de periódicos (33,25%).

A utilização de artigos corresponde a 38,58% das fontes de referências dos artigos analisados, 5,33% são de eventos e teses e dissertações representam apenas 3,81% do total. Destaca-se que na fonte "Outros" estão incluídos relatórios de empresas, documentos internacionais, leis municipais, estaduais e federais e normas.

Quanto aos artigos publicados em periódicos, o Gráfico 2 apresenta a disposição destes quanto à classificação do Qualis/Capes em Administração.

De maneira geral, os artigos analisados utilizaram como referência estudos publicados em periódicos classificados no Qualis/Capes como nacionais e locais (8,12%) e internacionais (25,12%); sendo os de maior representatividade os A2, com 12,22%, e os A1, com 8,4%.

Na análise dos artigos publicados em periódicos, a maioria (50%) foi publicada em periódicos nacionais e internacionais que não são classificados pela lista do Qualis/Capes.

Na Tabela 10, apresentam-se os periódicos nacionais referenciados. Os periódicos RAUSP, Estudos Avançados e RAE foram os mais utilizados como fonte de referência entre os artigos analisados nesta pesquisa.

A Tabela 11 demonstra os periódicos internacionais referenciados.

Os periódicos *Harvard Business Review* (A1), *Foresight* (A2), *Future Studies Research Journal* (B3) e *Journal of the Operational Research Society* (A2) publicaram os artigos mais referenciados. A maioria foi publicada em periódicos A1 (10 periódicos).

Tabela 7 - Ranking das IES de vínculo dos autores

Ranking	IES	Publicações
1º	FEA-USP/SP	17
2º	UFSC/SC	9
3º	PUC / SP UNIOESTE/PR	5
4º	Sec. de Agric. e Abast. do Estado de SP UFGO/GO	3
5º	UFSM/RS Universidade Nove de Julho/SP	2
6º	UFMG/MG UFPA/PA UNICAMP/SP UNICRUZ/RS UNIFECAP/SP Universidade Cidade de São Paulo/SP Universidade de Passo Fundo/RS Universidade do Vale do Rio dos Sinos/RS Universidade Estácio de Sá/RJ IFSP/SP	1

Fonte: Elaborada pelos autores.

Tabela 8 - Ranking do departamento de vínculo institucional dos autores

Departamento	Publicações
Administração	44
Arquitetura e Urbanismo Ciências Econômicas Departamento de Descentralização do Desenvolvimento Departamento de Engenharia de Produção e Transportes Engenharia Sanitária e Ambiental Geociências	1

Fonte: Elaborada pelos autores

Tabela 9 - Fontes de referências utilizadas nos artigos analisados

Fonte	Quantidade	Quantidade (%)
Livros	330	41,88
Artigos de periódicos	262	33,25
Artigos de eventos	42	5,33
Dissertações	17	2,16
Teses	13	1,65
Outros	124	15,73
Total	788	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores

A Tabela 12 apresenta os eventos nacionais e internacionais referenciados. O evento que teve o maior número de artigos referenciados foi o ENANPAD, seguido do Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica e do 3Es, ambos da ANPAD.

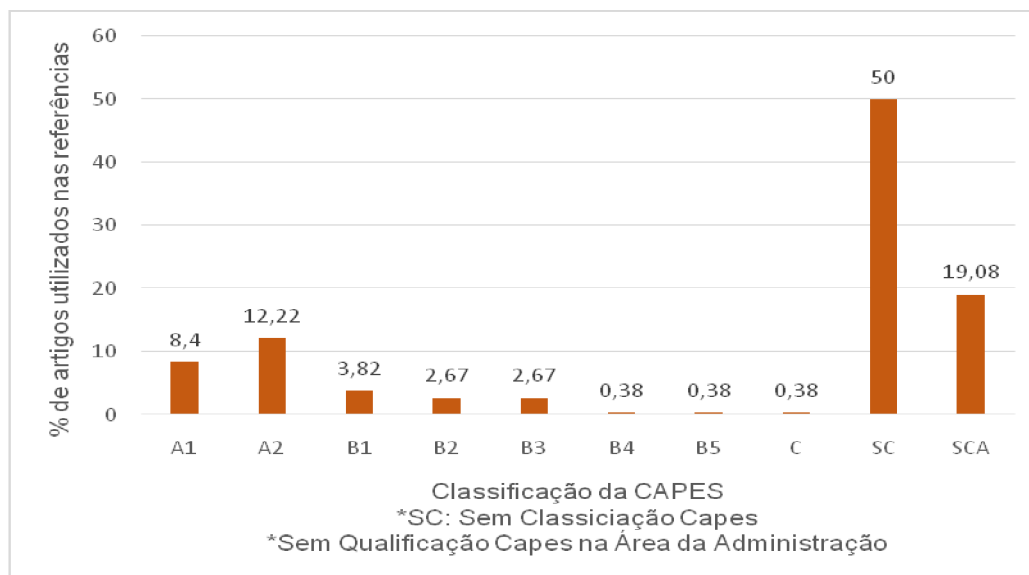
Quanto às teses e dissertações, o Gráfico 3 apresenta a disposição destas e as respectivas IES.

As teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP foram as mais utilizadas como referência, com 6 referências, seguidas do Programa de Pós-Graduação Engenharia de Produção (PPGEP) da UFSC, que teve 4 referências utilizadas como base para os artigos analisados. Também merecem destaque o Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da UFRGS, a F.F.C.L., da USP, e *Université*

de Droite et des Sciences d'Aix Marseille, da França, com 3 teses e dissertações utilizadas como referência.

A Tabela 13 apresenta o *ranking* dos autores mais citados nas referências dos artigos. Dos cinco autores mais utilizados nas referências dos artigos, um autor (GODET, Michel) foi utilizado 25 vezes; o segundo (WRIGHT, James Terence Coulter), 21 vezes; o terceiro (SCHWARTZ, Peter), 16 vezes; o quarto (PORTER, Michael Eugene), 27; e o quinto (BOAVENTURA, João Maurício Gama; MARCIAL, Elaine Coutinho e SCHOEMAKER, Paul J. H.), 11 vezes. Considerando os autores nacionais, tal fato se relaciona com os resultados da Tabela 5 (*que* apresenta o pesquisador James Terence Coulter Wright com maior número de publicação).

Gráfico 2 - Artigos publicados em periódicos utilizados como referência



Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 10 - Periódicos nacionais e sua utilização como referência

Qualificação Qualis/Capes	Periódicos Nacionais	Utilização como referência
A2	Revista de Adm. da Universidade de São Paulo - RAUSP	11
A2	Estudos Avançados	5
A2	RAE - Revista de Administração de Empresas	5
B2	REGE. Revista de Gestão USP	4
B1	Ambiente Construído	2
B1	Ciência da Informação	2
B4	Informações Econômicas	2
B1	REAd – Revista Eletrônica de Administração	2
B1	Cadernos EBAPE.BR (FGV)	1
A2	Gestão & Produção	1
B3	Gestão e Sociedade	1
B5	HSM Management	1
B2	Política & Sociedade	1
B2	Revista Alcance	1
A2	Revista de Administração da UFSM	1
B1	Revista de Ciências da Administração, UFSC	1
B1	Revista de Economia e Sociologia Rural	1
B3	Revista Paranaense de Desenvolvimento	1
B2	Revista Produção	1

Fonte: Elaborada pelos autores

Tabela 11 - Periódicos internacionais e sua utilização como referência

Qualificação Qualis/Capes	Periódicos Internacionais	Utilização como referência
A1	<i>Harvard Business Review</i>	11
A2	<i>Foresight</i>	3
B3	<i>Future Studies Research Journal</i>	3
A2	<i>Journal of the Operational Research Society</i>	3
A1	<i>European Journal of Operational Research</i>	2
A1	<i>Decision Support Systems</i>	1
A1	<i>European Management Journal</i>	1
A2	<i>International Journal of Productivity and Performance</i>	1
A1	<i>Journal of Business & Industrial Marketing</i>	1
B3	<i>Journal of Management</i>	1
A1	<i>Journal of the Academy of Marketing Science</i>	1
B3	<i>Management Science</i>	1
A1	<i>Operations Research</i>	1
A1	<i>Organization Science</i>	1
A1	<i>Resources, Conservation and Recycling</i>	1
A1	<i>Technology Management</i>	1
C	<i>World Academy of Science, Engineering and Technology</i>	1

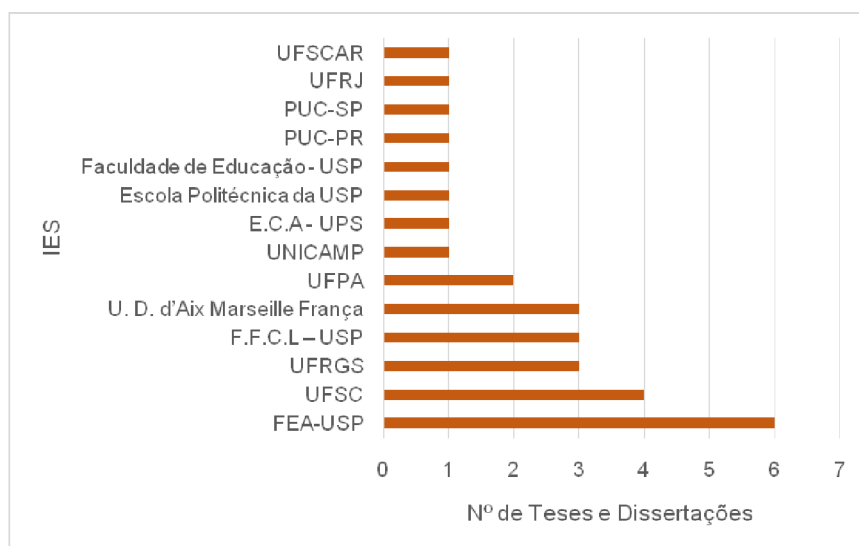
Fonte: Elaborada pelos autores

Tabela 12 - Eventos nacionais e sua utilização como referência

Eventos Nacionais	Utilização como referência
ENANPAD - Encontro da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ANPAD	14
Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica - ANPAD	5
3Es - Encontro de Estudos em Estratégia - ANPAD	4
Congresso ABIPTI	3
ENADI - Encontro de Administração de Informação - ANPAD	2
EnAPG - Encontro de Administração Pública e Governança - ANPAD	2
Encontro Nacional de Engenharia de Produção - ABEPRO	2
Colóquio Brasileiro de Matemática	1
Congreso Latinoamericano de Estrategia - Buenos Aires.	1
Consejo Latinoamericano de Escuela de Administración	1
Encontro Brasileiro de Planejamento Empresarial	1
ENEO - Estudos Organizacionais – ANPAD	1
III Encontro da ANPPAS.	1
Simpósio internacional de comunicação, significação e conhecimento	1
EMA- Encontro de Marketing - ANPAD	1
SEMEAD - Seminários em Administração - FEA USP	1
Congreso Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica - Altec	1

Fonte: Elaborada pelos autores

Gráfico 3 - Teses e Dissertações (Programas) utilizadas como referência



Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 13 - Ranking dos autores mais citados nas referências dos artigos

Ranking	Autores citados nas referências	Utilização com referências
1º	GODET, Michel.	25
2º	WRIGHT, James Terence Coulter	21
3º	SCHWARTZ, Peter	16
4º	PORTER, Michael Eugene	14
5º	BOAVENTURA, João Maurício Gama MARCIAL, Elaine Coutinho SCHOEMAKER, Paul J. H.	11
6º	HEIJDEN, Kees Van Der. KOZINETS, R. VAN DER HEIJDEN, Kees	6
7º	ANSOFF, Harry Igor BEZERRA, L. M. C. WACK, Pierre. WILSON, Ian H.	5
8º	ARTHUR, M. B. BETHELEM, Agrícola de Souza. MASON, David H. MILLETT, Stephen M. MINTZBERG, H; MITROFF, Ian I. SCHNAARS, S.P.;	4
9º	IBGE	14

Fonte: Elaborada pelos autores

5 Conclusão

Foram analisados 28 artigos que tratam do tema deste estudo. Sobre o reconhecimento dos principais componentes metodológicos, os resultados indicam que a maior parte dos artigos foram elaborados por apenas dois autores e a maioria dos trabalhos são tipo práticos. A coleta de dados deu-se principalmente a partir de fontes primárias e secundárias, concomitantemente. De maneira geral, as pesquisas analisadas utilizaram-se especialmente de empresas privadas.

No que tange à área de Administração, verificou-se que o autor James Terence Coulter Wright, da FEA-USP, foi o mais produtivo sobre a temática em estudo. Entre os estados do vínculo institucional dos autores dos artigos analisados no ano de publicação, São Paulo se destaca com o maior número de artigos. A IES de vínculo institucional dos autores no ano de publicação com maior produtividade é FEA-USP.

Por fim, sobre o mapeamento das fontes de referências utilizadas nos artigos analisados, constatou-se que as fontes mais utilizadas foram livros e artigos de periódicos. Os artigos do periódico RAUSP foram os mais referenciados do contexto nacional e os da *Harvard Business Review* os mais utilizados como fonte de referência do contexto internacional. O evento nacional que teve o maior número de artigos referenciados foi o ENANPAD e as teses e dissertações mais utilizadas como referência são do Programa de Pós-Graduação da FEA-USP.

Apesar das limitações deste estudo relacionadas à base de coleta dos artigos publicados sobre a temática, espera-se contribuir com este panorama da área, sobretudo àqueles que queiram iniciar pesquisas nesse tema.

Referências

- CAMPOS, M. Conceitos atuais em bibliometria. *Arquivo Brasileiro Oftalmologia*, São Paulo, v. 66, p. 18-21, 2003.
- FALLER, L.; ALMEIDA, M. I. R. Planejamento por cenários: preparando pequenas empresas do varejo de móveis planejados para um futuro competitivo. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 171-187, jan.-fev.-mar. 2014.
- GALLON, A. V. et al. Um estudo longitudinal da produção científica em administração direcionada à temática ambiental. *Alcance*, Itajaí, v. 15, n. 1, p. 81-101, jan.-abr. 2008. Disponível em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/ra/article/view/63/53>>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- GODET, M. A “Caixa de ferramentas” da prospectiva estratégica. *Cadernos do CEPES*, Lisboa, 2000. Disponível em: <<http://turismorural.org.br/download/20080615095245.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- MARCIAL, E. C.; GRUMBACH, R. J. S. *Cenários prospectivos: como construir um futuro melhor*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- MORITZ, G. O.; NUNER, R.; PEREIRA, M. F. Os métodos de prospecção de cenários e sua aplicação nas organizações: um estudo de caso no período 1998-2008. *Faces*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 68-83, abr.-jun. 2008.
- PORTER, M. E. *Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. 27. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- PORTER, M. E. *Estratégia competitiva*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- SCHWARTZ, P. *A arte da visão de longo prazo*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

* **Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (DDMA), Rede Prodema (UFPI) e Professor no IFMA.**

** **Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas, professora do Departamento de Economia e do do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPI.**

DESEMPENHO ACADÊMICO: o caso de alunos cotistas do curso de Ciências Contábeis da UFPI

Por Adrielly Samantha Oliveira Ramos,* Luciana da Silva Carvalho,** Naiane da Silva Martins,*** Iane Rodrigues de Carvalho Moura**** e Ceciane Portela Sousa*****

Resumo: este artigo analisa a trajetória acadêmica dos alunos ingressantes no período de 2007/2010 no curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí e descreve o desempenho acadêmico desses alunos, segregado em cotistas e não cotistas, a partir da análise das características: reprovações, tempo para conclusão do curso, evasão e índice de rendimento acadêmico. Os resultados apontam que o desempenho acadêmico geral dos cotistas foi melhor em todas essas características.

Palavras-chave: Desempenho acadêmico. Cotistas. Ciências Contábeis.

Abstract: this article analyzes the academic career of students entering the period of 2007/2010 in the course of Accounting Sciences Center of Humanities and Arts of the Federal University of Piauí and describes the academic performance of these students, segregated shareholders and not shareholders, based on the analysis of the features: reproaches, time for completion of the course, evasion and academic performance index. The results show that the overall academic performance of shareholders was better in all of these characteristics.

Keywords: Academic performance. Shareholders. Accounting.

1 Introdução

A qualidade da educação pública no Brasil está bem abaixo da das escolas privadas; e isso tem favorecido os estudantes das escolas particulares na disputa por vagas nas universidades públicas. Dessa forma, as políticas de ações afirmativas apresentam-se como um instrumento de redução da desigualdade social presente no País, possibilitando que jovens oriundos de segmentos sociais menos favorecidos tenham acesso ao ensino superior e, assim, melhorarem suas condições de vida. As políticas de cotas, portanto, devem ser entendidas como a concretização do princípio constitucional da

igualdade, que consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais.

Embora a Lei n. 12.711/2012, que dispõe sobre a reserva de 50% das vagas das universidades federais e das instituições federais de ensino técnico de nível médio para estudantes de escolas públicas, tenha sido sancionada em 2012, as cotas para ingresso no ensino superior já existem há mais de uma década em algumas universidades estaduais e federais do Brasil.

As primeiras instituições brasileiras a adotarem cotas em seus processos seletivos foram a

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UNEF), que, por meio de leis estaduais, instituíram cotas sociais para alunos de escola pública em 2000 e cotas raciais para negros e pardos em 2001. Essa iniciativa desencadeou uma série de iniciativas semelhantes na maioria das instituições públicas de ensino superior.

Nas universidades federais, a decisão de adoção de sistemas de cotas ficou a cargo dos conselhos superiores dessas instituições. A Universidade Federal do Piauí (UFPI), por sua vez, tendo aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepex), iniciou, em 2006, a reserva de 5% das vagas oferecidas no Programa Seriado de Ingresso à Universidade (PSIU) para estudantes que tivessem cursado integralmente os ensinos fundamental e médio em escolas públicas (ALMEIDA, 2014; UFPI, 2007). A partir de 2008, essa porcentagem aumentou para 20% (ALMEIDA, 2014).

Embora a reserva de vagas para alunos de escola pública ter-se tornado uma obrigação legal das universidades federais, ainda existe bastante discussão nos diversos setores da sociedade brasileira. Os seus defensores afirmam que as cotas são justas, pois dão oportunidade de acesso ao ensino superior gratuito a quem não teve uma educação pública de qualidade que permitisse concorrer em igual condição com os demais em vestibulares e também que não tem recursos financeiros para custear um curso superior em faculdade particular. Já os seus opositores dizem que as cotas não reduzirão as desigualdades sociais e ainda causarão a queda da qualidade das universidades.

Devido aos intensos debates entre os defensores e opositores das cotas sociais para ingresso nas universidades públicas, muitos trabalhos foram realizados no Brasil com o intuito de comparar o desempenho dos alunos cotistas em relação aos não cotistas nos diversos cursos. Na verdade, o objetivo fundamental dessas pesquisas era descobrir se a realidade acadêmica era condizente com as afirmações dos apoiadores das cotas ou com os protestos dos contrários.

Nesse contexto, o presente trabalho busca analisar o desempenho acadêmico dos discentes cotistas e não cotistas do curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) da UFPI, com ingresso de 2007 a 2010, desde o início do curso até a formatura, a fim de verificar se o desempenho dos cotistas está aquém do dos não cotistas.

Dessa forma, o problema que surge para a

pesquisa é: existe diferença de desempenho acadêmico entre os alunos cotistas e os não cotistas do Curso de Ciências Contábeis do CCHL da UFPI?

O objetivo geral da pesquisa, portanto, é verificar se há diferença significativa de desempenho acadêmico entre os discentes ingressantes pelo sistema de cotas e pela ampla concorrência no curso de Ciências Contábeis da UFPI. São objetivos específicos: comparar o nível de reprovações nas disciplinas durante o curso; analisar o tempo necessário para a conclusão do curso; avaliar o grau de evasão; e verificar o índice de rendimento acadêmico (IRA) final.

Apesar de haver, no Brasil, muitos trabalhos que tratam do tema das cotas nas universidades públicas, em especial sobre o desempenho dos cotistas, e a UFPI ter começado a reservar vagas para estudantes de escola pública em seu vestibular desde 2006, desconhece-se, até então, a existência de pesquisas nesse sentido em relação aos discentes do curso de Ciências Contábeis; portanto, o presente estudo apresenta-se oportuno e de grande relevância, uma vez que possibilita a elaboração de um quadro comparativo do desempenho acadêmico dos alunos cotistas e não cotistas. Além disso, as conclusões a serem obtidas neste trabalho poderão corroborar os resultados das pesquisas relacionadas ao tema ou, pelo contrário, revelar uma situação destoante do restante do Brasil.

A pesquisa justifica-se, também, pela necessidade de avaliar se a ideia muito comum de que estudante de escola pública não consegue acompanhar o curso superior é válida ou não para o curso de Ciências Contábeis.

Acrescente-se, ainda, a possibilidade de utilização, pela UFPI, das informações encontradas para elaboração ou aperfeiçoamento de políticas de acompanhamento dos discentes cotistas, a fim de minimizar as suas dificuldades, porventura enfrentadas durante a graduação.

2 Desempenho Acadêmico

O desempenho acadêmico é o parâmetro que as instituições de ensino utilizam para avaliar os discentes com relação ao conteúdo cobrado na grade curricular do curso. A forma de avaliar o desempenho acadêmico muda de acordo com a universidade. No entanto, pode-se relacionar o desempenho acadêmico, dentre outras, às seguintes variáveis: repetência, tempo de conclusão do curso, evasão e índice de rendimento acadêmico.

A performance do aluno pode estar relacionada a diferentes variáveis, desde os procedimentos pedagógicos às condições de recursos humanos e infraestrutura, contribuindo para o aumento ou diminuição do desempenho acadêmico (MAZZETTO; CARNEIRO, 2002). Outro fator importante é quanto à renda e sua variação (AVENA, 2007), o qual é um tema muito discutido entre os contrários ao sistema de cotas e os simpatizantes.

Os opositores às cotas utilizam-se do argumento de que os alunos cotistas não teriam condições de acompanhar os cursos por não possuírem uma formação escolar condizente com os demais alunos, acarretando assim uma queda no nível de excelência da universidade. Já os favoráveis ao sistema de cotas alegam que a dedicação e a superação dos discentes com renda desfavorável proporcionam a eles um desempenho acadêmico igual ou superior aos não cotistas, ou seja, mesmo com todas as adversidades pessoais e sociais, estes alunos conseguem ter uma boa trajetória acadêmica.

2.1 Repetência

A repetência em disciplinas pelos estudantes é aumentada pelo baixo desempenho acadêmico e desencadeada, muitas vezes, pela dificuldade que alguns têm devido à precária formação escolar e que provavelmente provocará desmotivação do discente, levando-o à desistência do curso (BRAGA; PINTO; CARDEAL, 1997). Esse aspecto é geralmente associado aos alunos cotistas oriundos de escolas públicas.

O Regulamento da UFPI dispõe o seguinte sobre aprovação e reprovação nas disciplinas (CEPEX, 2012):

Art. 111 Será considerado aprovado no componente curricular o aluno que:

I – Obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular e média aritmética igual ou superior a 7 (sete) nas avaliações parciais;

II – Submetido ao exame final, obtiver média aritmética igual ou superior a 6 (seis) resultante da média aritmética das avaliações parciais e da nota do exame final.

Art. 112 Será considerado reprovado o aluno que se incluir em um dos três itens:

I – Obtiver frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular;

II – Obtiver média aritmética inferior a 4 (quatro) nas avaliações parciais;

III – Obtiver média aritmética inferior a 6 (seis) resultante da média aritmética das avaliações parciais e da nota do exame final.

2.2 Tempo de conclusão do curso

Neste trabalho, a característica tempo de conclusão do curso compreende o período que os discentes levaram para terminar sua graduação. Buscou-se verificar se há diferença relevante no tempo necessário para a obtenção do diploma entre os cotistas e não cotistas.

Os custos para cursar uma graduação são altos, sendo os estudantes, em razão de uma carência infraestrutural das instituições, obrigados a adquirir os equipamentos e materiais a serem utilizados no curso, além dos investimentos em equipamentos pessoais e na sua própria manutenção, tendo em vista a exigência da dedicação quase que exclusiva demandada pela universidade (JUNQUEIRA, 2007).

Pode-se afirmar, portanto, que a situação socioeconômica desfavorável dos alunos cotistas é um dos fatores que dificultam a sua permanência na universidade. Nesse sentido, torna-se imprescindível que as universidades ofereçam condições necessárias a esses estudantes a fim de garantir a conclusão do curso no tempo mais próximo do ideal.

2.3 Evasão

A evasão escolar ocorre quando o discente deixa de frequentar a instituição de ensino e fica caracterizado o abandono escolar, sendo hoje um dos assuntos mais discutidos na educação pública.

Vários fatores ocasionam a evasão: baixo rendimento acadêmico; ensino mal aplicado por meio de metodologias inadequadas; falta de identidade com o curso; desencanto com a universidade; descaso por parte do governo; problemas sociais; e falta de recursos financeiros dos alunos com baixa renda - este último, enfrentado por alunos cotistas, principalmente.

De acordo com a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, existem três formas de evasão no ensino superior: a evasão de curso que ocorre quando há uma mobilidade de um curso para outro dentro da mesma IES (transferência interna); evasão da instituição, quando o aluno abandona a universidade na qual está matriculada e passa a estudar em outra instituição (transferência externa); e, por último, ocorre quando o discente ausenta-se de forma permanente ou temporária da academia (desistência) (BRASIL, 1997).

2.4 Índice de rendimento acadêmico

Os “Índices de Rendimento Acadêmico (IRA) são utilizados por instituições de ensino superior brasileiras de maneira diferenciada, caracterizando-se como uma medida de avaliação dos discentes e, por consequência, das próprias instituições” (VASCONCELOS; DINIZ; ANDRADE, 2012, n.p.). Assim, permitem medir as ações realizadas no âmbito da administração acadêmica.

É importante salientar a influência exercida pelo contexto social sobre a aprendizagem e, por conseguinte, sobre o rendimento acadêmico dos universitários, devendo-se reconhecer e avaliar o ensino conforme a realidade político-social.

De acordo com o art. 124 da Resolução n. 177/12, de 5 de novembro de 2012, aprovada pelo Cepex, que instituiu o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal do Piauí:

[...] O Índice de Rendimento Acadêmico - IRA é a média do rendimento escolar final obtido pelo aluno nos componentes curriculares que concluiu, ponderadas pela carga horária discente dos componentes, conforme fórmula matemática definida no Anexo II do presente regulamento.

Parágrafo único. No cálculo do IRA, são levados em consideração os componentes curriculares aproveitados ou cursados pelo aluno, com aprovação ou reprovação, durante o curso de graduação, excetuando-se os trancamentos e cancelamentos de matrícula, os componentes curriculares dispensados, as atividades complementares e os componentes curriculares cujo rendimento escolar não é expresso de forma numérica.

Dessa forma, o IRA consiste na média ponderada do rendimento escolar final obtido pelo aluno ao longo do curso, sendo obtido pela seguinte fórmula matemática:

$$IRA = \frac{\sum_{i=1}^N n_i \times c_i}{\sum_{i=1}^N c_i}$$

Nesta fórmula, N representa os componentes curriculares (disciplinas) concluídos, seja com aprovação ou com reprovação por nota ou frequência, n_i é a nota (rendimento escolar) final obtida no i -ésimo componente curricular e c_i é a carga horária discente do i -ésimo componente curricular.

Simplificando, pode-se dizer que o IRA é alcançado dividindo-se o somatório de todos os produtos das multiplicações das notas finais em cada disciplina cursada pela sua respectiva carga horária pelo somatório de toda a carga horária frequentada pelo discente.

3 Metodologia

Esta pesquisa, quanto aos objetivos, tem

natureza descritiva, pois, de acordo com Gil (2002, p. 42), “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.”

Os procedimentos técnicos de coleta e análise de dados utilizados foram a pesquisa bibliográfica, tendo sido desenvolvida com base em livros, monografias, dissertações e artigos científicos relacionados ao tema, e também a análise documental.

Quanto à abordagem, é considerada como pesquisa quantitativa, uma vez que os dados levantados foram estatisticamente analisados através de médias e porcentagens, possibilitando a elaboração de tabelas com informações quantificáveis.

O estudo concentrou-se na coleta e análise de dados relativos aos alunos ingressantes no curso de Ciências Contábeis da UFPI do Campus Ministro Petrônio Portella nos anos de 2007 a 2010, exceto os oriundos de transferências e os portadores de curso superior, constituindo oito turmas. A escolha do intervalo de tempo de 2007.1 a 2010.2 justificase por em 2007.1 ter ocorrido o primeiro ingresso de cotistas na UFPI após a aprovação do sistema de cotas sociais em 2006 e por a turma de 2010.2 ter completado nove períodos de curso, que compreende a grade curricular de Ciências Contábeis em 2014.2, uma vez que a pesquisa foi realizada no período seguinte.

Os dados foram obtidos junto à Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino da UFPI e referem-se, segregados pela forma de ingresso, à quantidade de reprovações nas disciplinas, ao tempo necessário para a conclusão do curso, à evasão escolar e ao IRA final. As características número de reprovações, tempo para conclusão do curso e IRA final foram analisadas com base nos dados apenas dos estudantes que se formaram até 2014.2, pois, deste modo, foi possível avaliar toda a trajetória acadêmica deles do início ao fim do curso. A evasão, no entanto, foi avaliada considerando todos os ingressantes no curso nos oito períodos abrangidos pela pesquisa.

4 Análise e Interpretação dos Resultados

Nos períodos de 2007.1 a 2010.2, ingressaram no curso de Ciências Contábeis da UFPI do campus de Teresina 392 alunos, sendo 344 pela ampla concorrência e 48 pelo sistema de cotas. Até o final do período 2014.2, que é o limite temporal da pesquisa, 213 do total de ingressantes cotistas e

não cotistas já haviam concluído o curso, 126 tiveram a sua matrícula cancelada e 53 permanecem no curso.

No que tange aos ingressantes desses oito períodos, foi elaborada a Tabela 1, de forma a identificar a quantidade de ingressantes em cada período pela forma de ingresso na UFPI. Do total de ingressantes, os cotistas representam 12%.

reprovações foram computadas como duas no total de reprovações dos não cotistas ingressantes em 2007.1 e não como uma por ser do mesmo aluno na mesma disciplina.

Tabela 1 – Ingressantes pela forma de ingresso

Ingresso	Ampla concorrência		Cota		Total geral	
2007.1	48	96 %	2	4	50	100%
2007.2	45	96 %	2	4%	47	100%
2008.1	47	94 %	3	6%	50	100%
2008.2	46	94 %	3	6%	49	100%
2009.1	40	83%	8	17%	48	100%
2009.2	39	80 %	10	20%	49	100%
2010.1	40	80 %	10	20%	50	100%
2010.2	39	80 %	10	20%	49	100%
Total geral	344	88 %	48	12%	392	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino da UFPI

Tabela 2 – Média de reprovações nas disciplinas do curso

Ingresso	Ampla concorrência			Cotista		
	Reprovações	Concluintes	Média	Reprovações	Concluintes	Média
2007.1	82	31	2,65	2	2	1,00
2007.2	88	31	2,84	13	2	6,50
2008.1	142	26	5,46	15	2	7,50
2008.2	39	20	1,95	7	2	3,50
2009.1	71	24	2,96	16	6	2,67
2009.2	31	20	1,55	21	7	3,00
2010.1	19	13	1,46	11	7	1,57
2010.2	6	13	0,46	4	7	0,57
Total Geral	478	178	2,69	89	35	2,54

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino da UFPI.

Para descobrir a média de reprovações nas disciplinas durante o curso de Ciências Contábeis de discentes cotistas e não cotistas ingressantes de cada período, foram coletados os dados apenas dos que se formaram até 2014.2, uma vez que o foco da pesquisa foi analisar o desempenho acadêmico desses estudantes durante toda a sua trajetória no curso, ou seja, do ingresso à formatura.

A Tabela 2 apresenta a média de reprovações nas disciplinas, a qual foi obtida dividindo-se a quantidade de reprovações dos concluintes cotistas e não cotistas durante o curso pelo número desses alunos. Vale destacar que foi considerado o total de reprovações; por exemplo, um aluno da ampla concorrência que ingressou em 2007.1 reprovou duas vezes na mesma disciplina. Essas

De acordo com a Tabela 2, os alunos cotistas tiveram médias de reprovações superiores aos da ampla concorrência em seis períodos. No entanto, desses seis períodos, apenas em 2007.2 e 2008.1 há diferenças maiores que duas reprovações, sendo isso derivado de situação anormal, pois, nesses dois períodos, um dos dois cotistas reprovou mais de 10 vezes, o que elevou a média de reprovações dos cotistas consideravelmente em relação aos demais períodos. Já os acadêmicos não cotistas atingiram médias de reprovações superiores aos cotistas apenas nos períodos de 2007.1 e 2009.1, sendo a diferença menor que duas reprovações. Considerando-se a média geral dos oito períodos em análise, a média de reprovações nas disciplinas durante o curso dos cotistas foi 2,54

e dos não cotistas 2,69; portanto, pode-se afirmar que, estatisticamente, o desempenho desses estudantes em termos de reprovações, de forma geral, é semelhante.

Em relação ao tempo de conclusão do curso, buscou-se descobrir a média ponderada de períodos necessários para a formação dos ingressantes pela ampla concorrência e pelo sistema de cotas, além de verificar a porcentagem desses alunos que se formaram no tempo ideal, no caso nove períodos que compõem a grade curricular do curso de Ciências Contábeis da UFPI, e dos que tiveram a permanência prolongada na academia. A Tabela 3 ilustra estas informações.

Como se observa na Tabela 3, os estudantes não cotistas tiveram percentual de conclusão do curso no tempo ideal superior ao dos cotistas em quatro períodos (2007.2, 2008.2, 2009.1 e 2009.2), inferior em três (2007.1, 2008.1 e 2010.1) e igual em um (2010.2); entretanto, no total geral, formaram-se no tempo ideal: 71% dos cotistas e 66% dos alunos da ampla concorrência.

No que tange ao percentual de permanência prolongada, tem-se que os cotistas permaneceram no curso mais tempo que o ideal em relação aos não cotistas em quatro períodos (2007.2, 2008.2, 2009.1 e 2009.2) e estes, em relação aos cotistas, em três (2007.1, 2008.1 e 2010.1). O último período, 2010.2, não apresenta dados porque não é possível afirmar quantos dos seus ingressantes se formaram após o tempo ideal (de 2010.2 a 2014.2 = 9 períodos), uma vez que a pesquisa se refere a quem se formou até 2014.2, que é o seu limite temporal, e, além disso, os que ainda permanecem no curso tanto podem se formar como podem desistir do curso. No total geral, a permanência prolongada é maior entre os alunos da ampla concorrência (34%) do que entre os alunos do sistema de cotas (29%).

A média de períodos cursados, por sua vez, acompanha os resultados da conclusão no tempo ideal e da permanência prolongada em que os cotistas tiveram desempenho favorável em relação aos não cotistas. A média ponderada de períodos dos cotistas é menor que a dos não cotistas em um período (2007.1), é maior em três (2008.2, 2009.1 e 2009.2) e igual em quatro (2007.2, 2008.1, 2010.1 e 2010.2). Apesar disso, a média ponderada de períodos frequentados pelos concluintes de cada forma de ingresso revelou que, na média geral, os cotistas necessitam de menos tempo para concluir a graduação do que os não cotistas: 9 e 10 períodos, respectivamente.

Estudo sobre a trajetória acadêmica dos alunos

ingressantes no período 2003/2006 no curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) também revelou que a categoria com maior índice de graduados no prazo ideal é a de alunos cotistas egressos de escolas públicas (cf. LOPES, 2010).

Na análise do grau de evasão dos ingressantes pela ampla concorrência e pelo sistema de cotas, considerou-se evadidos todos os estudantes que tiveram a sua matrícula no curso cancelada, independentemente do motivo. Por exemplo, os que desistiram por vontade própria, os que foram jubilados pela UFPI por abandono do curso, os que mudaram de curso e continuaram na UFPI, os que transferiram o curso para outra instituição de ensino superior, os que faleceram, entre outros. A Tabela 4 mostra a porcentagem de evasão de cotistas e não cotistas.

O desempenho dos acadêmicos cotistas no que se refere à evasão foi bem melhor que o dos não cotistas. Dos oito períodos analisados, a porcentagem de evasão dos cotistas foi maior que a dos não cotistas em um período (2007.2) e a evasão dos estudantes da ampla concorrência foi maior que a dos cotistas nos sete períodos restantes, sendo que nenhum cotista desistiu do curso em dois períodos (2007.1 e 2008.2). No total geral, a evasão dos não cotistas foi o dobro da dos cotistas, alcançando os respectivos percentuais: 34% e 17%.

Bezerra e Gurgel (2012) obtiveram conclusão semelhante ao analisarem a execução do sistema de cotas e os efeitos dela decorrentes na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ): o percentual de cotistas evadidos tem sido praticamente a metade dos evadidos não cotistas.

Para realizar a comparação entre o IRA dos alunos da ampla concorrência e dos cotistas, foi elaborada a Tabela 5, na qual consta a média do IRA final, segregada por forma de ingresso e período em que este ocorreu, considerando apenas os universitários que se formaram até 2014.2.

Como ilustra a tabela acima, dos oito períodos em análise, o IRA final médio dos não cotistas foi superior ao dos cotistas em seis, sendo que a maior diferença foi de apenas 0,89 pontos referente aos ingressantes de 2007.2. Por sua vez, o IRA dos cotistas superou o dos não cotistas em 0,07 e 0,06 pontos em dois períodos: 2007.1 e 2010.2, respectivamente. Além disso, considerando as notas de todos os estudantes dos oito períodos, o IRA final médio dos cotistas (8,09) é maior em 0,03 pontos que o dos não cotistas (8,06), não configurando, portanto, uma diferença significativa

Tabela 3 - Tempo de conclusão do curso

AMPLA CONCORRÊNCIA						
Ingresso	Concluintes	Tempo Ideal		Permanência prolongada		Média de períodos
		Fi	%	Fi	%	
2007.1	31	23	74	8	26	10
2007.2	31	21	68	10	32	10
2008.1	26	2	8	24	92	10
2008.2	20	16	80	4	20	9
2009.1	24	19	79	5	21	9
2009.2	20	15	75	5	25	9
2010.1	13	9	69	4	31	9
2010.2	13	13	100	?	?	9
Total Geral	178	118	66	60	34	1

COTISTA

Ingresso	Concluintes	Tempo Ideal		Permanência prolongada		Média de períodos
		Fi	%	Fi	%	
2007.1	2	2	100	0	0	9
2007.2	2	1	50	1	50	10
2008.1	2	1	50	1	50	10
2008.2	2	1	50	1	50	10
2009.1	6	3	50	3	50	10
2009.2	7	4	57	3	43	10
2010.1	7	6	86	1	14	9
2010.2	7	7	100	?	?	9
Total Geral	35	25	71	10	29	9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino da UFPI

entre o índice de rendimento acadêmico dos cotistas e dos não cotistas.

Da mesma forma, pesquisa realizada na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) constatou que o coeficiente de rendimento dos alunos cotistas do curso de Ciências Contábeis é superior ao dos não cotistas: 6,86 e 6,59, respectivamente (PINHEIRO, 2014).

O resultado aqui apresentado também está em conformidade com o estudo realizado com alunos que ingressaram em 2009 em vários cursos da UFPI. Braz (2014) destaca que, de maneira geral, não há uma diferença considerável entre o desempenho de estudantes cotistas e não cotistas na UFPI, uma vez que a média aritmética total de

acadêmicos cotistas e não cotistas de todos os cursos da UFPI analisados tem uma variação de apenas 0,09 pontos a mais no IRA de alunos da ampla concorrência.

Verificando a Tabela 6, nota-se que, considerando os oito períodos, o desempenho acadêmico geral dos cotistas foi melhor em todas as características. Embora com pequena diferença, a média de reprovações dos estudantes não cotistas (2,69) foi maior que a dos ingressantes pelo sistema de cotas (2,54). Os alunos da ampla concorrência se formaram em 10 períodos enquanto os cotistas se formaram no tempo ideal do curso (9 períodos). A evasão, que é única característica com diferença relevante, foi mais

Tabela 4 – Evasão

Ingresso	Ampla concorrência			Cotista		
	Ingressantes	Evadidos	%	Ingressantes	Evadidos	%
2007.1	48	16	33	2	0	0
2007.2	45	12	27	2	1	50
2008.1	47	18	37	3	1	33
2008.2	46	21	46	3	0	0
2009.1	40	8	20	8	1	13
2009.2	39	12	31	10	3	30
2010.1	40	18	45	10	1	10
2010.2	39	13	33	10	1	10
Total Geral	344	118	34	48	8	17

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino da UFPI.

Tabela 5 - Índice de Rendimento Acadêmico Final Médio

Ingresso	Ampla concorrência	Cotista	Diferença (AC - Cota)
2007.1	8,16	8,23	- 0,07
2007.2	8,01	7,12	0,89
2008.1	7,48	7,45	0,03
2008.2	8,14	7,89	0,25
2009.1	7,99	7,91	0,08
2009.2	8,24	7,98	0,26
2010.1	8,39	8,30	0,09
2010.2	8,54	8,60	- 0,06
Total Geral	8,06	8,09	- 0,03

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino da UFPI.

acentuada nos ingressantes não cotistas, sendo que os evadidos cotistas representaram a metade dos evadidos da ampla concorrência, 17% e 34%, respectivamente. Apesar de o IRA dos cotistas (8,09) ter sido maior que o dos não cotistas (8,06), a diferença foi de apenas 0,03 pontos, ou seja, os dois tipos de acadêmicos atingiram quase o mesmo IRA.

5 Conclusão

O presente trabalho buscou analisar o desempenho acadêmico dos discentes cotistas e não cotistas do curso de Ciências Contábeis do CCHL da UFP, com ingresso de 2007 a 2010,

totalizando oito turmas, desde o início do curso até a formatura, a fim de verificar se o desempenho dos cotistas estava aquém do dos não cotistas. Foram verificadas as seguintes características referentes ao desempenho acadêmico desses alunos: reprovações, tempo para conclusão do curso, evasão e IRA. A pesquisa desenvolvida foi de natureza descritiva, utilizando as técnicas de coleta de dados bibliográfica e documental, sendo que as informações estatísticas foram obtidas junto à própria universidade.

Os resultados encontrados foram surpreendentes, pois os cotistas tiveram desempenho acadêmico geral melhor que os alunos

Tabela 6 - Desempenho Acadêmico Geral

Característica	Ampla Concorrência	Cotista
Média de Reprovações	2,69	2,54
Tempo de Conclusão	10	9
Evasão	34%	17%
IRA	8,06	8,09

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino da UFPI.

da ampla concorrência em todas as características estudadas, mesmo tendo estudado em escolas públicas; consideradas de menor qualidade. Embora com pequena diferença, a média de reprovações dos estudantes não cotistas (2,69) foi maior que a dos ingressantes pelo sistema de cotas (2,54). Os alunos da ampla concorrência se formaram em 10 períodos enquanto os cotistas se formaram no tempo ideal do curso (9 períodos). A evasão, que é única característica com diferença relevante, foi mais acentuada nos ingressantes não cotistas, sendo que os evadidos cotistas representaram a metade dos evadidos da ampla concorrência, 17% e 34%, respectivamente. Apesar de o IRA dos cotistas (8,09) ter sido maior que o dos não cotistas (8,06), a diferença foi de apenas 0,03 pontos, ou seja, os dois tipos de acadêmicos atingiram quase o mesmo IRA.

Dessa forma, pode-se afirmar que o argumento dos opositores às cotas de que os alunos cotistas não teriam condições de acompanhar os cursos por não possuírem uma formação escolar condizente com os demais estudantes, acarretando assim uma queda no nível de excelência das universidades, não é válida para o curso de Ciências Contábeis da UFPI; pelo contrário, os cotistas, mesmo com todas as adversidades pessoais e sociais, conseguiram ter uma boa trajetória acadêmica e, no geral, melhor que os não cotistas.

Ainda que os cotistas de Ciências Contábeis tenham alcançado bom desempenho acadêmico, acredita-se que a performance desses alunos poderia ser potencializada se a UFPI contasse com um programa de assistência estudantil específico para o acompanhamento dos cotistas. A universidade disponibiliza vários benefícios a estudantes em situação de vulnerabilidade social, mas em quantidade insuficiente para atender à demanda e por prazo limitado que, muitas vezes, é inferior à necessidade do aluno. Ademais, seria interessante a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Acadêmicos (Praec) enviar *email* no primeiro dia de aula do curso para todos os cotistas da universidade informando todos os benefícios oferecidos pela UFPI, pois, mesmo que os editais de benefícios sejam publicados no *site* da universidade, muitos alunos não criam o hábito de acessá-lo com frequência e acabam perdendo o prazo de inscrição ou até mesmo desconhecendo esses benefícios.

Com o intuito de aprofundar este estudo e verificar se o bom desempenho dos cotistas de Ciências Contábeis na academia se reflete no cenário profissional, sugere-se a realização de outra

pesquisa com essas mesmas turmas, agora analisando a inserção desses egressos no mercado de trabalho e sua trajetória profissional de forma a comparar o desempenho profissional de cotistas e não cotistas e, assim, comprovar a efetividade ou não da política de cotas.

Referências

- ALMEIDA, Vanessa. *UFPI*. Disponível em: <<http://vestibular.brasilecola.com/cotas/ufpi-15.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2014.
- AVENA, C. P. *Acesso ao ensino superior e desempenho acadêmico: evidências a partir da Universidade Federal da Bahia*. Salvador: UFBA, 2007.
- BEZERRA, T. O. C.; GURGEL, C. R. M. A política pública de cotas em universidades, enquanto instrumento de inclusão social. *Revista Pensamento & Realidade*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 95-117, 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/viewFile/12650/9213>>. Acesso em: 26 nov. 2014.
- BRAGA, M. M.; PINTO, C. O. B.M.; CARDEAL, Z. L. Perfil sócio-econômico dos alunos, repetência e evasão no curso de Química da UFMG. *Química Nova*, São Paulo: v. 20, n. 4, jul./ago. 1997.
- BRAZ, L. M. N. *A política de cotas sociais na Universidade Federal do Piauí: um estudo comparativo entre o desempenho acadêmico de alunos cotistas e não-cotistas*. 2014. 47 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.
- CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CEPEX. Institui o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal do Piauí. Resolução n. 177, de 5 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/arquivos/File/normas%20da%20graduacao%20APROVADO%20CEPEX%20%282%29.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2014.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- JUNQUEIRA, R. D. Prefácio. In: LOPES, M. A.; BRAGA, M. L. S. (Org.). *Acesso e permanência da população negra no ensino superior*. Brasília: MEC; BID; Unesco, 2007, p. 17-38.
- LOPES, M. A. S. et al. Análise do desempenho acadêmico dos alunos do curso de ciências contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES pela forma de ingresso: cotistas e não-cotistas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 17., 2010, Belo Horizonte. *Anais eletrônicos...* Belo Horizonte: CBC, 2010.
- MAZZETTO, S. E.; CARNEIRO, C. C. B. S. Licenciatura em química da UFC: perfil sócio-econômico, evasão e desempenho dos alunos. *Química Nova*, São Paulo, v. 25, n. 6B, p. 1204-1210, nov.-dez. 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Comissão especial de estudos sobre a evasão nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: ANDIFES/ABRUEM/SESU/MEC, 1997.
- PINHEIRO, J. S. S. P. *Desempenho acadêmico e sistema de cotas: um estudo sobre o rendimento dos alunos cotistas e não cotistas da Universidade Federal do Espírito Santo*. 2014. 101 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI. *UFPI é uma das 16 universidades que adotou sistema de cotas*. 12 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/noticia.php?id=14542>>. Acesso em: 26 nov. 2014.
- VASCONCELOS, A. I. T.; DINIZ, G.; ANDRADE, T. Determinantes socioeconômicos do índice de rendimento acadêmico dos discentes de instituições de ensino superior em um município cearense. In: ENCONTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO DA FACULDADE LUCIANO FEIJÃO, 5., 2012, Sobral. *Anais...* Sobral: NPE, 2012.

* **Graduanda de Ciências Contábeis na Universidade Federal do Piauí (UFPI).**

** **Graduanda de Ciências Contábeis-UFPI.**

*** **Graduanda de Ciências Contábeis-UFPI.**

**** **Bacharel em Ciências Contábeis-UFPI.**

***** **Professora do Dept° de Ciências Contábeis-UFPI, Doutora em Ciências Empresariais pela Universidad del Museo Social Argentino, Argentina.**

TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL: a servidão continua

Por Fabiana Rodrigues de Almeida Castro* e Samuel Costa Filho**

Resumo: o artigo objetiva chamar atenção para o trabalho escravo classificado de peonagem. O trabalhador é induzido a se endividar e fica ligado ao cativo, sob a ameaça de morte se não produzir objetivando quitar o débito. Os esforços institucionais procuram combater esta prática hedionda de exploração humana, todavia, essa é a única saída encontrada por muitos que se encontram à margem da sociedade e que, fragilizados, são enganados com a proposta de trabalho digno.

Palavras-chave: Trabalho escravo. Servidão por dívida. Brasil.

Abstract: this paper aims to draw attention to the slave labor classified peonage. The worker is induced into debt and is connected to captivity, under the threat of death if they do not produce objective settle the debt. Institutional efforts seek to combat this heinous practice of human exploitation, however, this is the only solution found by many who are on the margins of society and, weakened, are deceived with the proposal for decent work.

Keywords: Slavery. Debt bondage. Brazil.

1 Introdução

Quando se ouve falar em trabalho escravo, a imagem recorrente é a de um tempo bem distante cujos fatos se encontram guardados nos livros de história, pintados nas telas de artistas famosos ou contados em filmes e seriados de televisão. Infelizmente, a verdade é que o trabalho escravo nunca deixou de existir e está presente em diversos lugares do planeta, seja em países desenvolvidos ou subdesenvolvidos; ricos ou pobres.

O trabalho escravo apresenta-se, hoje, como uma grave enfermidade social produto da impunidade e das políticas de Estado que não são capazes de fomentar o aumento da oferta de empregos, sujeitando homens, mulheres e até crianças a se submeterem à condição de escravos. Esses sujeitos fragilizados pela pouca ou nenhuma condição de sobrevivência passam a pertencer a uma rede de exploração que vai da prostituição infantil ao tráfico de órgãos, do tráfico internacional de mulheres à exploração de imigrantes ilegais e à servidão por dívida.

Este artigo traz como proposta abordar a questão da servidão por dívida, uma vez que essa

forma de exploração tem peculiaridades que remetem à escravidão vivida pelos negros africanos, trazidos para o Brasil para trabalhar nas lavouras de cana de açúcar, mas cujos fatores motivadores, que não é objeto deste artigo, são totalmente diversos. Além disso, a servidão por dívida é a forma de exploração humana mais praticada no Brasil desde a abolição da escravidão.

O objetivo é mostrar o que é a servidão por dívida, quem são os principais sujeitos envolvidos nesse ilícito e qual o panorama dessa prática no Brasil. Para tanto, além desta introdução, na segunda seção aborda-se, em linhas gerais, a escravidão no período colonial; na terceira, são apresentados alguns instrumentos legais utilizados no combate à servidão por dívida, assim como é traçado um perfil do indivíduo escravizado e do escravizador; na quarta, traça-se, de forma simplificada, a trajetória da servidão por dívida no Brasil, apresentando algumas diferenças entre o trabalho escravo de ontem e o de hoje e as estatísticas da servidão; e, na última seção, as conclusões do estudo.

2 A Escravidão no Brasil Colonial

A escravidão no Brasil iniciou por volta da primeira metade do século XVI com a introdução da mão de obra escrava negra trazida da África pelos portugueses para trabalharem nos engenhos de produção de açúcar do Nordeste, uma vez que a tentativa de utilização do trabalho indígena foi frustrada (HOLANDA, 1995).

Sobre esse aspecto, Freyre (1996) destaca a diferença de constituição psicológica entre o índio e o negro, fator este que também contribuiu para a escolha deste último para o trabalho escravo. Segundo o autor, na América, o indígena era “[...] caracteristicamente introvertido, e, portanto, de difícil adaptação. O negro, o tipo do extrovertido. O tipo do homem fácil, plástico, adaptável” (FREYRE, 1996, p. 287).

Além da pouca disposição do indígena para o trabalho na agricultura, a escolha pelos negros africanos deu-se, também, em função da habilidade destes para o trabalho na atividade açucareira das ilhas do Atlântico já conhecida pelos portugueses.

Os negros africanos eram vendidos pelos comerciantes portugueses como se fossem mercadorias; quanto mais saudáveis, mais caros. Por sua vez, o transporte desses da África para o Brasil era feito de forma precária, nos porões de navios negreiros, amontoados, sem alimentação e sem água suficientes para a sua sobrevivência, o que os tornavam vulneráveis a muitas doenças, cujo óbito era inevitável antes de chegar ao destino e cujos corpos eram jogados ao mar para evitar a contaminação dos demais.

Estima-se que entre 1550 e 1855, segundo Fausto (1996, p. 29), “[...] entraram pelos portos brasileiros 4 milhões de escravos, na sua grande maioria jovens do sexo masculino [...]”, provenientes da Guiné Bissau, Cacheu e Costa da Mina; mais tarde, Congo e Angola tornaram-se os centros exportadores mais importantes.

O tratamento dispensado aos negros não melhorava ao chegarem às fazendas. Eles eram obrigados a trabalhar durante o dia; recebiam alimentação de péssima qualidade; suas vestimentas eram precárias; e, à noite, eram levados para as senzalas, galpões úmidos, escuros, de pouca higiene nos quais permaneciam acorrentados para evitar a fuga (FREYRE, 1996).

Na condição de escravos, eram proibidos de praticar os rituais da religião de origem, devendo seguir a religião católica e falar o português. Ainda assim, os negros conseguiram manter viva a sua cultura, às escondidas, realizando festas, rituais e manifestações artísticas, como a capoeira (FREYRE, 1996).

Os escravos do sexo masculino eram utilizados na lavoura da cana-de-açúcar; as do sexo feminino eram aproveitadas no trabalho doméstico como cozinheiras, arrumadeiras e até amas de leite (FREYRE, 1996).

O escravo, chamado de peça, tinha seu valor medido pelas qualidades intrínsecas, através das variáveis de idade, sexo e robustez, cuja vida dependia de outras variáveis fundamentais, tais como preço de compra, capacidade de trabalho e rentabilidade da produção escravista do mercado (FREYRE, 1996).

Além de todos os desfavorecimentos já mencionados, os negros constantemente eram castigados fisicamente, sendo o açoite, o castigo mais comum. Segundo Jesus (2005, p. 41), de “[...] nada adiantava procurar ser um bom escravo, trabalhar com empenho, tentar agradar ao senhor, pois sempre havia castigos e maus tratos, o que causava no africano vontade de morrer ou de matar o senhor [...]”.

Os maus tratos e torturas não eram praticados apenas pelos senhores, mas também, pelas senhoras e sinhá-moças que por ciúme dos maridos ou inveja, conforme Freyre (1996, p. 337),

[...] mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina dentaduras de escravas; ou mandavam-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas. Toda uma série de judiarias.

3 Considerações sobre a Servidão por Dívida no Brasil

3.1 Alguns aspectos legais

A escravidão no Brasil foi abolida no dia 13 de maio de 1888, com a promulgação da Lei Áurea, pela Princesa Isabel, e ainda é um tema que desperta muitos estudos, debates e pesquisas entre cientistas locais e internacionais.

Com a abolição da escravatura, o trabalho escravo no Brasil prosseguiu de forma ilegal nas diversas regiões, vitimando também imigrantes japoneses e italianos que passaram a viver, inicialmente, em regime de servidão nas fazendas de algodão e açúcar, no Nordeste, e no extrativismo da borracha, na Amazônia (TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL, 2004). Atualmente, essa prática pode ser constatada em todas as regiões do país, seja na zona urbana, seja na rural, onde nesta se apresenta com maior intensidade.

Com isso, no Brasil e em muitos países, vêm sendo elaborado vários documentos na tentativa de

tentar inibir ou mesmo coibir a realização de trabalho forçado que coloque o indivíduo em situação análoga à de escravo.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/2001 também representa um grande avanço no combate ao trabalho forçado no Brasil. Segundo o documento, as propriedades nas quais for constatada a prática de trabalho escravo serão apropriadas pelo Poder Público, assim como todas as benfeitorias, máquinas e equipamentos, sem qualquer indenização ao expropriado, e transformados os seus bens em ação de desenvolvimento econômico e social para os trabalhadores confinados (BRASIL, 2001).

Em 2003, o presidente Luís Inácio da Silva instituiu no Brasil o Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, constituindo uma comissão para operacionalizar as 76 medidas constitutivas do Plano que, dentre as punições previstas para os infratores deste estão o confisco das terras de quem for flagrado praticando trabalho escravo e a transferência dos crimes contra os direitos humanos para a esfera federal (TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL, 2004).

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) detém, ainda, outra poderosa arma no combate ao trabalho escravo: o Cadastro de Empregadores que são flagrados nessa prática. O documento foi criado pela Portaria 540, em outubro de 2004 e, mais recentemente, disciplinado pela Portaria Interministerial MTE/SDH n. 2, de 12 de maio de 2011, com o objetivo principal de expor a atividade ilegal exercida por esses empregadores, consequentemente, comprometendo a credibilidade deles perante a sociedade, assim como impedindo que os mesmos sejam incluídos na lista dos adimplentes para receber financiamento público (BRASIL, 2014).

Também conhecido como Lista Suja, nele estão cadastrados, conforme a última atualização em 1º de julho de 2014, 609 empregadores, sendo que, destes, 27% são empregadores do estado do Pará, 11% são de Minas Gerais, 9%, do Mato Grosso e 8%, de Goiás. As atividades econômicas exercidas pela maioria dos empregadores são a pecuária (40%), a produção florestal (25%), a agricultura (16%) e a indústria de construção (7%) (BRASIL, 2012).

A inclusão ou exclusão dos infratores na Lista Suja foi regulamentada pela Portaria Interministerial MTE/SDH n. 2/2011, que dispõe que (BRASIL, 2014, n.p.):

[...] a inclusão do nome do infrator no Cadastro ocorrerá após decisão administrativa final relativa ao auto de infração, lavrado em decorrência de ação fiscal em que tenha havido a identificação de trabalhadores submetidos ao “trabalho escravo”. Por sua vez, as exclusões derivam do monitoramento, direto ou indireto, pelo período de 2 (dois) anos da data de inclusão do nome do infrator no

Cadastro, a fim de verificar a não reincidência na prática do “trabalho escravo”, bem como do pagamento das multas decorrentes dos autos de infração lavrados na ação fiscal.

3.2 Particularidades da servidão por dívida: o escravizado e o escravizador

O ordenamento jurídico moderno que trata sobre o trabalho escravo se apresenta bem mais rígido e de abrangência maior do que aquele promulgado pela Princesa Isabel, uma vez que o trabalho escravo moderno é considerado mais perverso e degradante, pois o cativo não é mais considerado um bem, mas um simples instrumento de produção descartável: é aliciado, explorado e substituído por outro.

O cerceamento da liberdade é apenas um dos aspectos degradantes desse novo tipo de servidão que envolve toda uma sequência de fases marcadas pela existência de maus tratos, fraudes e ameaças, além da violência física e psicológica, que vão desde o recrutamento, passando pelo transporte, alojamento, alimentação até a vigilância no local do cativeiro para evitar a fuga e posterior denúncia por parte do cativo acerca da atividade ilícita.

A forma mais comum de trabalho forçado ou escravo encontrado no Brasil é o da **servidão por dívida** (também conhecida por peonagem), na qual o indivíduo empenha a sua própria capacidade de trabalho ou a de pessoas que se encontram sob a sua responsabilidade, como esposa, filhos, pais, etc. com o objetivo de quitar uma dívida. Nesse caso, o valor, a duração e a natureza do trabalho a ser abatido do total da dívida nunca são totalmente esclarecidos pelo contratante.

Segundo dados da organização não governamental Repórter Brasil, obtidos através de um estudo citado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), com 121 trabalhadores resgatados de quatro estados, principalmente, Pará e Mato Grosso, verificou-se que somente 25% dos trabalhadores escravizados permanecem no local de nascimento; os demais se deslocam constantemente para outras regiões do País (BRASIL, 2011).

Em relação ao perfil de gênero, faixa etária e escolaridade dos escravizados libertos, 95,5% eram homens, a grande maioria na faixa etária entre 18 e 34 anos. Por volta de 40% do total não possuía nenhum grau de instrução; os primeiros anos do ensino fundamental foram cursados por 48% dos mesmo, mas não chegaram a concluí-lo; os demais situavam-se entre aqueles que possuíam o ensino fundamental, o ensino médio completo e incompleto, o superior completo e, ainda, 4% possuía escolaridade ignorada (BRASIL, 2011).

Em relação aos adolescentes e às mulheres, estes foram encontrados em pequena quantidade. As mulheres trabalhavam como cozinheiras e outras eram esposas de cativos, com crianças pequenas, mas que já ajudavam nos afazeres domésticos (BRASIL, 2011).

As fontes de recrutamento mais utilizadas pelos escravizados foram os amigos ou conhecidos (40%) e os agentes de recrutamento, os chamados **gatos** ou, ainda, mais diretamente, buscaram a própria fazenda (27%) (BRASIL, 2011).

E quem são essas pessoas que contratam o trabalho escravo? Segundo Jesus (2005, p. 72), estes sujeitos são

[...] latifundiários, atuando na condução da sociedade brasileira como políticos e empresários, que empregam intermediários, denominados “gatos”, para aliciar trabalhadores pouco instruídos e sem proteção de qualquer rede social, obtendo grandes lucros com a exploração do trabalho alheio.

Os gatos, como destacou o autor supracitado, são pessoas contratadas pelos fazendeiros para procurar, contratar e reter os trabalhadores nas fazendas em condições de miséria; e se assemelham à figura dos antigos feitores das fazendas do longínquo Brasil colonial, cuja principal atribuição é manter a ordem no local de trabalho, especialmente por meio de “[...] ameaças, agressões e, em alguns casos, assassinato, portanto, sempre portam e exibem aos trabalhadores suas armas, às vezes de grosso calibre, com as quais podem matá-los a qualquer momento, ao seu alvedrio” (JESUS, 2005, p. 72).

4 O Trabalho Escravo no Brasil

4.1 Os números do trabalho escravo

A servidão por dívida é a principal forma de escravização de trabalhadores no Brasil, cuja frequência é maior no meio rural, onde encontra condições mais favoráveis, como isolamento e dificuldade de acesso, dispersão populacional, pobreza, baixo nível de organização sindical dos trabalhadores, falta de oportunidades de trabalho e desinformação, podendo ocorrer também no meio urbano, mais raramente (TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL, 2004).

As condições acima favorecem a inserção do trabalhador nesse tipo degradante de **trabalho** ao mesmo tempo em asseguram a impunidade dos contratantes. Qualquer tentativa de denúncia ou de fuga desses trabalhadores é cada vez mais desencorajada em função das regras do regime de escravidão a que são submetidos.

Os municípios brasileiros com os maiores índices de migração de trabalhadores escravizados são Redenção e Marabá, no Pará; Barras, no Piauí;

Imperatriz, Açailândia, Chapadinha, Caxias e Codó, no Maranhão; Araguaína, em Tocantins; e Porto Alegre do Norte, no Mato Grosso (JESUS, 2005).

De acordo com dados da OIT, 77,6% dos migrantes são nordestinos, sendo 41,2% destes oriundos do Maranhão; em proporções menores estão os migrantes do Centro-Oeste (8,3%), seguido pelo do Norte e Sul, com 5% e 5%, respectivamente, e, em menor proporção, os do Sudeste, com apenas 4,1% (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2011).

No Brasil, de 1995 a 2013, foram realizadas 1.572 operações de combate e erradicação ao trabalho escravo em 3.741 estabelecimentos que resgataram 46,4 mil trabalhadores em condições de trabalho análoga a de escravo (BRASIL, 2013).

4.2 As diferenças entre o trabalho escravo de hoje e o do período colonial

Segundo o sociólogo norte-americano, Kevin Bales (2012), em seu livro “*Disposable people: new slavery in the global economy*”, de tradução “Gente descartável: a nova escravidão na economia mundial”, a nova escravidão apresenta mais vantagens para fazendeiros e empresários do ponto de vista financeiro e operacional do que na época do período colonial e do Império.

No antigo sistema, no qual a propriedade de escravos era permitida, tornava-se bem mais caro sua compra e manutenção, uma vez que adquirir um negro africano era um investimento dispendioso que poucas pessoas tinham acesso. Hoje, os **escravos** não são mais comprados, mas aliciados, e o único custo é o do transporte, que muitas vezes é pago por ele próprio.

O lucro obtido com o **escravo** de hoje é incomparavelmente maior do que podia ser conseguido anteriormente, pois o negro africano tinha um custo de manutenção e de aquisição, enquanto hoje o trabalhador é facilmente substituído por outro sem nenhum ônus para o contratante, já que a dívida contraída com a sua própria manutenção é o que o prende no cativeiro.

Ao tempo em que se apresentam sob a forma de uma farta mão de obra disponível, sem qualificação e sem perspectivas de compor o mercado de trabalho, são facilmente descartáveis e substituídos, enquanto no passado um escravo chegava a passar a vida inteira em uma mesma propriedade.

Na escravidão de ontem, a etnia apresentava significativa importância. Os negros e principalmente os índios eram vistos como inferiores e, portanto, podiam ser escravizados. Hoje, a cor da pele é o que menos importa, mas a condição social é o que os torna iguais.

Observa-se, no entanto, que, no que se refere à manutenção da ordem, a escravidão de ontem se assemelha à de hoje, sendo esta mais desumana, considerando o nível social, econômico, político e educacional dos escravizadores. Castigos físicos, ameaças, tortura psicológica e até mesmo assassinatos foram e ainda são utilizados para coagir os escravos e cativos a continuarem trabalhando.

A pessoa em condição de escravidão hoje, segundo Jesus (2005, p. 80), pode ser considerada sob duas perspectivas:

[...] em uma perspectiva econômica, como um bem de consumo, porque se degrada na medida em que é utilizada, e como um bem de capital, porque por meio dela se produzem outros bens, tal qual uma pilha, que enquanto é absorvida para alimentar outros mecanismos, se desgasta e perde sua utilidade. Na linguagem jurídica, é um bem movente, equiparável a um cavalo, um cão ou qualquer animal doméstico desvalido de afeto humanizador por parte do seu dono.

5 Conclusão

O trabalho escravo de hoje não é o mesmo das senzalas e dos navios negreiros, mas de outro tipo mais degradante e humilhante, resguardada a devida proporção histórica, mas que também rouba a dignidade do homem transformando-o em um mero instrumento de produção em fazendas, garimpos, carvoarias, indústrias e outros.

No período colonial, o negro escravizado era comparado a uma mercadoria, difícil de ser conseguida, pois custava caro e, portanto, o mínimo de cuidado com a sua vida se fazia necessário para evitar tamanho prejuízo. Hoje, o trabalhador escravizado é considerado descartável; não custa nada ao patrão. Todas as despesas são custeadas pelos próprios trabalhadores e quando, por algum motivo, não produzem mais, são facilmente substituídos por outros, mais novos e mais dispostos para o trabalho, e sem receber nenhum direito trabalhista.

Legalmente, muito já foi feito na tentativa de impedir que tal atividade ilícita ainda seja realizada e, principalmente, pelas pessoas mais esclarecidas da nossa sociedade. Vários dispositivos legais e o trabalho conjunto de órgãos como Ministério Público, Polícia Federal, Comissão Pastoral da Terra, Direitos Humanos, Ministério do Trabalho e outros tem conseguido diminuir a ação desses criminosos e libertar muitos trabalhadores da escravidão nos últimos anos.

A servidão por dívida é uma das formas de escravidão moderna que, embora não tenha a etnicidade como um fator-chave, o que se observa é que, no caso brasileiro, as pessoas aliciadas para tal atividade vêm de classe social baixa e esta, por sua vez, tem como principal componente étnico o

negro, embora se constate a presença de pessoas de todas as raças e cor de pele.

É imperioso, portanto, observar que o trabalho escravo sob a forma de servidão por dívida apresenta resíduos da forma de escravidão do passado que, embora tenha sido considerada abolida, foi superada por novas formas contratuais de convivência e de trabalho. É preciso que se mostre que o trabalho escravo não foi extinto, nem no Brasil e no mundo; que o tráfico de pessoas ainda existe e que, além dessa, outras formas de servidão estão sendo praticadas por “pessoas de bem” contra os desprotegidos socialmente.

Referências

- BALES, K. *Disposable people: new slavery in the global economy*. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 2012.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projetos de lei e outras proposições*: PEC 438/2001. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=36162>>. Acesso em: 08 jan. 2012.
- BRASIL. Senado Federal. *Lista Suja*: Lista Suja é pedagógica, diz MPT. 14 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/trabalho-escravo/lista-suja.aspx>>. Acesso em: 06 jan. 2012.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portal do Trabalho e Emprego. *Notícias*: Lista Suja tem número recorde de infratores. jan. 2012. Disponível: <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/lista-suja-tem-numero-recorde-de-infratores.htm>>. Acesso em: 07 jan. 2012.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo - DETRAE. *Quadro Geral das Operações de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo - SIT/SRTE 1995-2013*. maio 2013. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A45B26698014625BF23BA0208/Quadro%20resumo%20opera%C3%A7%C3%B5es%20T.E.%201995%20-%202013.%20Internet.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2015.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portal do Trabalho e Emprego. Inspeção do Trabalho. Combate ao trabalho escravo. *Portaria do MTE cria cadastro de empresas e pessoas atuadas por exploração do trabalho escravo*. jul. 2014. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/trab_escravo/portaria-do-mte-cria-cadastro-de-empresas-e-pessoas-atuadas-por-exploracao-do-trabalho-escravo.htm>. Acesso em: 11 jun. 2015.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *OIT divulga pesquisa sobre trabalho em condição de escravidão no Brasil*. 26 out. 2011. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=854:oit-divulga-pesquisa-sobre-trabalho-em-condicao-de-escravidao-no-brasil&catid=49:trabalho-escravo&Itemid=94>. Acesso em: 03 jan. 2012.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996. Disponível em: <[http://files.humanidades.net.br/2000004769019a9113e/Hist%C3%B3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20\(Col%C3%B4nia\).pdf](http://files.humanidades.net.br/2000004769019a9113e/Hist%C3%B3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20(Col%C3%B4nia).pdf)>. Acesso em: 28 dez. 2011.
- FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 31. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JESUS, J. G. *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo: representações sociais dos libertadores*. 2005. 198 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia de Brasília, Universidade de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/dissertacoes/a_pdf/disserta_jesus_trab_escravo_brasil.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2011.
- TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL. O drama dos carvoeiros. *Observatório Social em Revista*, Florianópolis, n. 6, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.observatoriosocial.org.br/download/er6alt.pdf>>. Acesso em: 28 dez 2011.

* Doutora em Políticas Públicas-UFMA, docente do Dept° de Ciências Contábeis e Administrativas-UFPI

** Doutor em Políticas Públicas-UFMA, docente do Dept° de Ciências Econômicas-UFPI

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA E ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: instrumento de políticas públicas

Por George Santander Sá Freire* Herbart dos Santos Melo** Jaíra Maria Alcobaça Gomes*** e Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota****

Resumo: a pesca e a caprinocultura representam para o Nordeste, particularmente para o Ceará, uma potencialidade; e vão requerer uma estratégia de desenvolvimento visando ao fomento, à cooperação entre os produtores, além de um processo de autoaprendizado. O presente trabalho objetiva oferecer subsídios de políticas públicas para atuação nos referidos setores capazes de promover o desenvolvimento de comunidades. A proposta para a ação extensionista baseia-se em metodologias participativas e no pluralismo institucional que representam experiências de desenvolvimento local; fundamenta-se em estudos exploratórios da pesca em Porto dos Barcos, em Itarema (CE), e da caprinocultura em São Domingos, Sobral (CE). Os estudos, utilizando-se do método dedutivo, trabalham revisando os principais conceitos de desenvolvimento local, avaliação ambiental estratégica e de arranjo produtivo local. Como resultado, apresentam-se elementos para a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Palavras-chave: Sustentabilidade de Comunidades. Metodologia participativa. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Abstract: Fishing and goat represent for the Northeast, particularly for Ceará, the opportunity to improve the weathy of the community end will require a development strategy for the promotion, cooperation between producers, as well as a self learning process. This paper aims to provide subsidies for public policy action in those sectors that can promote the development of communities. The sugestions for the extension action are based on participatory approaches and institutional pluralism that represent local development experiences. It is based on exploratory studies of the fishing on Boats Port, in Itarema (CE), and on goat exploracion activities in Santo Domingo, Sobral (CE). These Studies, using the deductive method, made the reviewing of the main concepts of Local Development, Strategic Environment Assessment and Local Productive Arrangement. As a result, they present elements for the National Policy for Technical Assistance and Rural Extension.

Keywords: Sustainable Communities. Participatory Methodology. National Technical Assistance and Rural Extension Policy.

1 Introdução

O presente trabalho foi motivado por estudos exploratórios nas pesquisas de doutorado “Avaliação ambiental estratégica para o setor da pesca: uma proposta para Porto dos Barcos, município de Itarema” e “Inovação, sustentabilidade e organização produtiva: o estudo dos criadores de caprinos da comunidade de São Domingos, Sobral”.

Sabe-se que, segundo dados do Instituto de

Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), o município de Itarema, no Ceará, reúne 18% da população do estado na faixa de extrema pobreza, assim considerado os que têm rendimento domiciliar *per capita* até o valor de R\$ 70,00/mês, dado que no município representa 37% da população (IPECE, 2012).

Itarema vem se destacando desde 2005 no

Ceará pela pesca do polvo com utilização de potes, modalidade de pesca que tende a crescer de forma complementar à atividade pesqueira local, necessitando, para tanto, ser confirmada sua viabilidade econômica (MARINHO et al., 2011).

No estado do Ceará, a captura de polvo em 2006 foi de 3,5 t, sendo que 42,0% dessa produção foram provenientes da frota pesqueira de Itarema (pesca com potes) [...] Esse fato comprova que o grande volume de polvo desembarcado pela frota pesqueira de Itarema, contribui para que esse município seja o maior produtor do recurso no Estado (IBAMA apud MARINHO et al., 2011, p. 24).

No entanto, para que essa atividade possa ser desenvolvida de modo sustentável e se tornar alternativa para a população, é necessária a pesquisa sistemática e a coleta e análise de dados biológicos, pesqueiros e socioeconômicos para subsidiar o gerenciamento pesqueiro (MARINHO et al., 2011).

Necessária se torna uma atenção especial para o setor da pesca, não só no sentido da sua preservação, mas com o olhar para as perspectivas de geração de renda, objetivando tirar a população da faixa de extrema pobreza, promovendo o desenvolvimento sustentável. Tal fato, por si só, já justifica uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) capaz de apresentar uma proposta de desenvolvimento para o setor da pesca no município de Itarema, fazendo uma conexão com outras políticas requeridas pelo desenvolvimento sustentável.

No caso da caprinocultura em São Domingos, em Sobral, parte-se de um estudo de caso que tem como respaldo teórico principal os Sistemas Locais de Inovação (SLI), trabalhando-se na perspectiva de um Arranjo Produtivo Local (APL) e oferecendo subsídios às políticas públicas, principalmente àquelas de assistência técnica e extensão rural; isto porque o trabalho vem sendo desenvolvido conferindo-se especial ênfase à difusão tecnológica, de modo a oferecer propostas capazes de reduzir a pobreza e a desigualdade da renda.

A criação de caprinos na comunidade de São Domingos se inicia a partir de um projeto de segurança alimentar caracterizado pela caprinocultura tradicional, constituída em sua maioria, por agricultores familiares.

Cassiolato e Lastres (2005) nominam de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais os aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, operando em atividades correlacionadas, que apresentam vínculos expressivos de interação, cooperação e aprendizagem. Manifestam-se, ainda, Sachs (2002) e Caporali e Volker (2004), que trazem a noção para aglomerações produtivas que não apresentam significativa articulação entre os

agentes e apontam APLs como indutores do desenvolvimento local sustentável.

O presente trabalho, portanto, objetiva oferecer subsídios de políticas públicas sustentáveis para atuação nos setores da pesca e da caprinocultura capazes de promover o desenvolvimento de comunidades. A proposta para ações extensionistas baseia-se em metodologias participativas e no pluralismo institucional que representam experiências de desenvolvimento local.

A metodologia trabalhada para o presente artigo, utilizando-se do método dedutivo, consistiu de um levantamento bibliográfico sobre os temas que se pretende venham a respaldar o desenvolvimento local através do trabalho de assistência técnica e extensão rural e pesqueira: desenvolvimento local, AAE e SLI com foco em APL. Realizou-se, ainda, um trabalho de campo, o estudo exploratório, utilizando-se da técnica observacional junto às comunidades e através de reuniões com os principais atores envolvidos com os setores, o que permite prestar informações sobre a pesca e a caprinocultura nos territórios em questão.

2 Revisão da Literatura

A seguir, apresentam-se conceitos-âncora que respaldam o presente trabalho.

2.1 Desenvolvimento local

Em termos estritamente econômicos, ou seja, para os economistas que trabalham crescimento e desenvolvimento como sinônimos, desenvolvimento significava um aumento no produto nacional bruto (PNB) ou no produto interno bruto (PIB) ou na taxa de crescimento da renda *per capita* ou no PNB *per capita*. É importante mencionar que as estratégias de desenvolvimento focavam na industrialização rápida, em detrimento do desenvolvimento rural; em outras palavras, desenvolvimento é sinônimo de industrialização.

No entanto, questões como a luta contra a pobreza absoluta, contra a desigualdade na distribuição da renda e contra o desemprego passam a fazer parte das preocupações com o desenvolvimento, cujo grande desafio consiste na melhoria da qualidade de vida, especialmente dos países e regiões pobres do mundo (SMITH; TODARO, 2003).

O conceito se amplia incluindo o capital natural, ou o meio ambiente ou os recursos naturais que proveem os bens e serviços que possibilitam a manutenção e melhoria da qualidade de vida. O desenvolvimento passa a ser tratado com uma visão mais holística das relações entre o homem,

ou o sistema econômico, e a natureza, ou os ecossistemas.

2.2 Avaliação ambiental estratégica (AAE)

A AAE trata de questões fundamentais no processo de tomada de decisões, mobilizando os principais atores, os *stakeholders*, para a identificação de problemas e definição de soluções, propondo saídas para os conflitos. Assim, a AAE promove vínculos entre políticas setoriais e ambientais, integra os diversos organismos da administração pública e sistematiza dados e informações - ambientais, socioeconômicas, culturais e geográficas - como subsídios aos estudos desenvolvidos. A cooperação interinstitucional e a participação pública são, sem sombra de dúvidas, os determinantes fundamentais da AAE. Logo, é fundamental que esteja centrada nos impactos identificados como preocupações prioritárias da população afetada (BRASIL, 2007).

Conforme já foi dito, a AAE, além de fortalecer o planejamento e as políticas ambientais, é fundamental na medida em que interage com outras políticas necessárias ao desenvolvimento sustentável, entre elas, a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Como benefícios da AAE podemos citar (OBSERVATÓRIO DO QREN, 2004; BRASIL, 2007):

- a) revisão sistemática de questões ambientais relevantes;
- b) conhecimento mais claro dos efeitos ambientais associados a um Plano ou, em outras palavras, integração dos temas ambientais em processos estratégicos de tomada de decisão em torno de opções de desenvolvimento, auxiliando a decisão estratégica a prevenir problemas ambientais;
- c) maior equilíbrio entre fatores ambientais, sociais e econômicos;
- d) antecipação da consideração de políticas setoriais de questões ambientais;
- e) orientação em termos de mitigação de impactos negativos;
- f) facilitação do encadeamento de ações ambientalmente estruturadas;
- g) contribuição para um processo ambientalmente integrado e sustentável do desenvolvimento de políticas de planejamento;
- h) reforço à transparência no processo de tomada de decisão; e
- i) aumento do apoio social da população.

É importante comentar os fatores e situações decisivas, retiradas das melhores práticas do processo de AAE, conforme Lemos (2007):

- a) momento de realização da AAE – quanto mais cedo a AAE, maiores as possibilidades de influências decisivas das questões ambientais na construção das políticas;
- b) requisitos e referência de sustentabilidade – são as referências que devem orientar a construção das políticas e devem ser incorporadas às questões estratégicas. Entre elas, objetivos, parâmetros, indicadores, metas, capacidade de carga ou políticas de sustentabilidade;
- c) integração horizontal – sugere considerar políticas, planos e programas relacionados, como transporte, energia, saneamento, recursos hídricos, planejamento territorial, conservação, agricultura etc. Por esses motivos, torna-se fundamental a integração institucional;
- d) integração vertical – significa que a AAE deve estar presente em todos os níveis de planejamento, isto é, políticas, planos e programas, assim como em todos os níveis da administração pública;
- e) integração metodológica – deve considerar as abordagens já utilizadas no planejamento existente;
- f) participação pública e transparência – deve levar em consideração as opiniões e observações dos grupos de interesse, deixando clareza no modo como as questões ambientais influenciarão as políticas; e
- g) monitoramento – visto como essencial para garantir a retroalimentação do processo e avaliar se as medidas mitigadoras propostas estão sendo adotadas.

AAAE trabalha com uma metodologia participativa, envolvendo os principais atores e, conseqüentemente, aprimorando os saberes locais. Para garantir a participação, é necessário, inicialmente, que haja representatividade. É fundamental que seja levada em conta as características dos setores envolvidos e que atento a eles se realize, com a participação do público, um diagnóstico estratégico, considerando informações externas e internas e, assim, oportunidades ou ameaças e pontos fortes ou pontos fracos, respectivamente. Essa forma de participação permite visualizar um enorme conjunto de problemas articulados. É importante, ainda, levar-se em conta as peculiaridades locais, adaptando o processo de planejamento à realidade e ao contexto (CAVALCANTE; FERRARO, 2002).

2.3 Sistema local de inovação e arranjo produtivo local (APL)

Como assinalam Cassiolato e Lastres (2005), inúmeros são os desafios que se colocam à sociedade e à economia brasileira nos dias atuais; e

a compreensão das particularidades do processo de inovação e de suas consequências para o desenvolvimento tornam-se fundamentais e devem ser consideradas ao se propor e implementar políticas públicas.

Sabe-se que políticas científicas, tecnológicas e industriais podem ser capazes de mobilizar processos de aquisição, transferência e uso de conhecimento pelo setor produtivo, que fomentem inovação, associados a estratégias de desenvolvimento, desde que levem em conta sistemas de inovação. É importante comentar que a inovação deve ser um elemento fundamental nas estratégias de desenvolvimento, sobretudo aquelas voltadas ao desenvolvimento local, e não somente nas políticas científicas, tecnológicas e industriais. Nesse contexto, a difusão ocupa papel central. Existe toda uma área de pesquisa sobre difusão das inovações, que se iniciou na agricultura, nas primeiras décadas do século XX, nos Estados Unidos, com pesquisadores da sociologia e comunicação (ROGERS, 2003).

Ao se trabalhar com o conceito de desenvolvimento local, pode-se enfatizar a promoção de sistemas produtivos locais que considerem um processo de regionalização e de territorialização.

Há que ter claro o conceito de inovação e, principalmente, a importância de redes formais e informais. O trabalho “*Technical change and economic policy*” (OECD, 1980), do qual participaram François Chesnais, Christopher Freeman, Keith Pavitt e Richard Nelson, apresenta, entre outros aspectos, o caráter sistêmico da inovação. Outra característica fundamental a ser considerada, e que foi também destacada pela OECD (1988) no “*Sundquist Report*”, é a necessidade de uma abordagem integrada para questões sociais, econômicas e tecnológicas.

Em 1992, a *Organisation for Economic Co-Operation and Development* (OECD), no documento “*Technology and the economy: the key relationships*”, enfatiza a importância da cooperação, das parcerias estratégicas e do conhecimento tácito. Também as características de foco no conhecimento, aprendizado e interatividade são necessárias aos sistemas de inovação, conforme ressaltadas por Freeman (1988) e Lundvall (1992). É importante destacar a ênfase que deve ser dada à criatividade humana. Castells (1999) e Balestrin e Vargas (2004) complementam o referido raciocínio lembrando que as redes de colaboração são espaços onde a interação interorganizacional facilita a criação, a partilha e a utilização do conhecimento e requerem articulação, cooperação,

flexibilidade e interdependência das organizações. Enfim, exigem gestão dos relacionamentos.

Novamente, trazendo Cassiolato e Lastres (2005, p. 37), pode-se afirmar que:

O “sistema de inovação” é conceituado como um conjunto de instituições distintas que contribuem para o desenvolvimento da capacidade de inovação e aprendizado de um país, região, setor ou localidade - e também o afetam. Constituem-se de elementos e relações que interagem na produção, difusão e uso do conhecimento. A idéia básica do conceito de sistemas de inovação é que o desempenho inovativo depende não apenas do desempenho de empresas e organizações de ensino e pesquisa, mas também de como elas interagem entre si e com vários outros atores, e como as instituições - inclusive as políticas - afetam o desenvolvimento dos sistemas.

Os APLs têm se mostrado alavancas de sucesso ao desenvolvimento econômico e social em várias localidades brasileiras, através do incentivo ao desenvolvimento do que Putnam (2010) chamou de capital social, quando surge o empreendedor coletivo como potencializador do sucesso dos APLs.

3 Resultados do Estudo Exploratório

Aqui se pretende mostrar, como estudos de casos, os resultados da pesquisa exploratória em Itarema e Sobral.

3.1 A pesca em Porto dos Barcos: Itarema (CE)

O município de Itarema apresenta características naturais singulares e uma necessidade de preservação dos recursos naturais lá existentes, principalmente com vistas à sustentabilidade. “A região é formada por dunas, semi-fixas ou móveis, áreas de manguezais e coqueirais”; situa-se no litoral oeste do estado do Ceará, localiza-se a 242 km de Fortaleza, na microrregião de Camocim e Acaraú e tem como comunidades pesqueiras: Torrões, Porto dos Barcos e Almofala (BROSIG, 2003, p. 4), conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Mapa do litoral oeste do estado do Ceará

Fonte: BROSIG, 2003, p. 4.



A Comunidade de Porto dos Barcos está localizada no litoral do município de Itarema, a 6 km da sede municipal; a sua principal atividade econômica é a pesca, principalmente da lagosta, ao lado de outras atividades como a produção de redes de pesca e artesanato, bem como bordado e crochês feitos pelas mulheres da comunidade. Contudo, a comunidade vivencia problemas de exclusão e desigualdades sociais motivada por conflitos entre um pequeno número de donos de embarcações e grande número de pescadores. As associações existentes não se articulam e possuem pouco poder reivindicatório junto ao governo local. Observa-se casos de alcoolismo e de violência familiar (TABOSA et al., 2010).

Apesar de o litoral do Ceará, com mais de 500 km, apresentar condições favoráveis para o cultivo do polvo, sabe-se que a única frota das regiões norte e nordeste com embarcações dedicadas à captura deste molusco está no município de Itarema (MADRID, 2010).

Um dos grandes problemas no segmento pesqueiro reside na falta de planejamento para o setor e, principalmente, na identificação de alternativas inovadoras para a utilização do pescado tais como: (a) identificação de capturas e mercado para novas espécies; (b) aproveitamento industrial para evitar o desperdício, consequência da perecibilidade; (c) aproveitamento de subprodutos para artefatos; e (d) a própria organização e articulação dos pescadores com instituições e entidades que lhes permitam agregar valor à sua atividade produtiva, seja na produção propriamente dita, seja na comercialização.

Assim, pode-se perguntar: o que fazer para melhorar as condições de vida da população do município de Itarema, que vive da atividade pesqueira, atendendo às condições de sustentabilidade? Uma estrutura para a aplicação da AAE para o segmento pesqueiro em Porto dos Barcos, em Itarema, pode ser desenvolvida tendo como base os elementos centrais que caracterizam a pesca naquele município. Os procedimentos, as abordagens e as boas práticas já desenvolvidas e aplicadas no campo da AAE deverão ser considerados. Como resultado, deve-se ter indicações de ordem prática, visando ao alcance dos objetivos e benefícios esperados, principalmente subsídios à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater).

3.2 A Caprinocultura em São Domingos: Sobral (CE)

A maioria dos estabelecimentos do território de

Sobral encontra-se nas mãos de agricultores familiares, aproximadamente 90%, ocupando área menor que 5 ha. Em contraposição, os estabelecimentos de maior área, acima de 100 ha, estão sob o poder de estabelecimentos patronais (BRASIL, 2010).

Registre-se, como caso de sucesso que já vem se utilizando da caprinocultura como forma de promover melhoria na qualidade de vida de agricultores familiares, o Projeto Cabra Nossa de Cada Dia. O Projeto, na cidade de Sobral, atua na área rural, na comunidade de São Domingos, e tem como propósito minimizar ao máximo os índices de mortalidade infantil, principalmente nas regiões de clima semiárido. Junto a isso, visa proporcionar melhor qualidade de vida às famílias carentes de forma a assegurar uma alimentação básica para um crescimento saudável; seu principal objetivo, qual seja, assegurar alimentação a famílias em condições de insegurança alimentar, vem sendo atingido. O Projeto já ganhou, por dois anos consecutivos, o Prêmio de Inovação em Saúde Pública.

Apesar dos resultados satisfatórios, em relação à segurança alimentar, do referido Projeto, o combate à pobreza e à miséria não deve se restringir apenas a garantir a segurança alimentar; deverá estar alicerçado em inclusão produtiva por meio de geração, adaptação e disponibilização de conhecimentos. Evidencia-se, portanto, uma demanda diferenciada para a pesquisa e difusão agropecuária que leve em conta o respeito à cultura e aos saberes locais.

No Brasil, a partir da década de 1970 a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) conferiu nova dimensão ao conceito de difusão, associando pesquisa, assistência técnica e extensão rural. A difusão

[...] deixa de ser um processo particular de comunicação exclusiva entre o extensionista e o produtor, para se transformar num processo comunicativo mais amplo, envolvendo, conjuntamente, pesquisador, extensionista e produtor, e ainda outros agentes sociais localizados nos mais diferentes órgãos de política e desenvolvimento agropecuários (SOUSA, 1987, p. 187).

É necessário, portanto, trabalhar junto à aglomeração dos criadores de caprinos de São Domingos com vistas ao desenvolvimento de um APL utilizando modernos processos de geração e difusão tecnológica.

4 Conclusão

Do anteriormente exposto, percebe-se a necessidade de um maior envolvimento com a comunidade pesqueira e com os criadores de caprinos, nos respectivos municípios, com a participação dos órgãos extensionistas, já que na extensão se concentra o maior obstáculo ao desenvolvimento local.

Com relação à pesca em Itarema, acredita-se que, com a participação da comunidade pesqueira e a realização da AAE, utilizando metodologias de formação de capital humano que levem em conta a cultura e os saberes tácitos, obtenha-se os seguintes resultados:

a) aumento do envolvimento da comunidade no setor pesqueiro; b) identificação de inovações de processos e produtos relacionados a captura das espécies tradicionais e maior diversificação das variedades pesqueiras, com particular atenção para o polvo; c) aprimoramento de processos de difusão de tecnologias apropriadas e capacitações específicas; d) visualização de novos mercados, canais de distribuição, oportunidades publicitárias e novas formas de organização da comunidade.

No tocante à caprinocultura de São Domingos, a compreensão da problemática, a partir dos saberes locais, e a utilização da dinâmica metodológica para fortalecimento de APL, com a visão de SLI, permitirá indicar soluções integradas para os problemas socioeconômicos e ambientais, entre elas:

a) aumento do nível de desenvolvimento das relações indivíduo-comunidade; b) estímulo a atitudes empreendedoras e inovativas; c) indução do desenvolvimento de tecnologias apropriadas; e d) proposta de lançamento de chamadas públicas através de projetos multidisciplinares e interinstitucionais capazes de permitir a difusão de tecnologias e a organização social de territórios produtivos.

Observa-se que para a consecução das soluções anteriores será necessária uma ação moderna e eficiente dos órgãos de assistência técnica e extensão rural.

Acredita-se que, desse modo, a partir da construção da “enciclopédia do cotidiano”, proporcionada por metodologias participativas, como é o caso da AAE e da vivência de dinâmicas de APL, incorporando-se os atores do SLI, principalmente aqueles responsáveis pela política e pelas ações de assistência técnica e extensão rural, será possível promover o desenvolvimento local, já que se levam em conta as heterogeneidades do ambiente rural.

Referências

- BALESTRIN, A.; VARGAS, L. M. A dimensão estratégica das redes horizontais de PMEs: teorizações e evidências. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, ed. esp., v. 8, n. 1, jan./abr. 2004.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Avaliação ambiental estratégica região costa norte: visão geral de avaliação ambiental estratégica*. Brasília: LIMA; COPPE; UFRJ, 2007.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: território cidadania de Sobral – MDA/SDT/CAPACIT*. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010. v. 1.

BROSIG, C. *Levantamento primário dos impactos causados pela pesca da lagosta sobre as populações de tartarugas marinhas na região de Almolfa e adjacências (Estado do Ceará - Brasil)*. 2003. 38 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Biológicas) - Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/32389/Monografia%20Cecilia%20Brosig.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

CAPORALI, R.; VOLKER, P. (Org.). *Metodologia de desenvolvimento de arranjos produtivos locais: projeto PROMOS – SEBRAE – BID versão 2.0*. Brasília: Sebrae, 2004.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 34-45, jan./mar. 2005.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. I.

CAVALCANTE, L.O.H.; FERRARO, L.A. Planejamento participativo: uma estratégia política e educacional para o desenvolvimento local sustentável (relato de experiência do Programa Comunidade Ativa). *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81, p. 161-190, dez. 2002.

FREEMAN, C. Japan a new system of innovation. In: DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON, R. (Ed.). *Technical change and economic theory*. London: Pinter, 1988. p. 330-348.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATEGIA ECONOMICA DO CEARA - IPECE. *Perfil Básico Municipal 2011*. Fortaleza: Ipece, 2012.

LEMOES, C. C. Avaliação ambiental estratégica: reflexões para a sua aplicação no setor de turismo no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 24. 2007, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, 2007.

LUNDEVALL, B. A. (Ed.). *National innovation systems: towards a theory of innovation and interactive learning*. London: Pinter, 1992.

MADRID, R. M. *Polvo nordestino*. Fortaleza: Labomar, 2010. Disponível em: <http://listas.ufc.br/pipermail/geral_labomar/2010-August/000273.html>. Acesso em: 18 abr. 2015.

MARINHO, R. A. et al. *Programa de monitoramento da pesca do polvo nas regiões norte e nordeste do Brasil: relatório final*. Fortaleza: UFC, 2011.

OBSERVATÓRIO DO QREN. *Evalsed - Guia para Avaliação*. Manual Técnico II: métodos e técnicas de avaliação. 2004. Disponível em: <http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_page=548>. Acesso em: 18 abr. 2015.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. *Technical change and economic policy*. Paris: OECD, 1980.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. *New technologies in the 1990s: a socio-economic strategy (Sundquist Report)*. Paris: OECD, 1988.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ROGERS, M. E. *Difussion of innovations*. 5 th ed. New York: Paperback, 2003.

SACHS, I. *Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil*. Brasília: Pnud, Sebrae, 2002.

SMITH, S. C.; TODARO, M. P. *Apostila do Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Fortaleza, 2003. Mimeografado.

SOUSA, I. S. Freire de. Difusão tecnológica para o setor agropecuário: a experiência brasileira. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 4, n. 2, p. 187-196, maio/ago. 1987.

TABOSA, F. J. S. et al. Análise de capital social e qualidade de vida da população rural: um estudo de caso no município de Itarema, estado do Ceará. *Revista de Economia*, Curitiba, v. 36, n. 1, p. 49-66, jan./abr. 2010.

* Professor do Departamento de Geologia da Universidade Federal do Ceará (UFC)

** Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente- UFC

*** Doutora em Economia Aplicada pela Esalq/USP, professora do Dept° de Ciências Econômicas, do Prodemal/Tropen/ UFPI e do Centro de Ciências Agrárias-UFPI

**** Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente-UFPI

A POLÍTICA PÚBLICA SOCIAL E O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Por Maria Fernanda Brito do Amaral* Samuel Costa Filho** Fabrício Brito do Amaral***

Resumo: este artigo tem como objetivo discorrer sobre o Benefício de Prestação Continuada; especificamente, estudar no sistema de proteção social brasileiro a política pública de proteção social que atende à camada mais carente da população, não como uma prática assistencial, mas como um direito do cidadão brasileiro. Nesse sentido, trata do avanço da democracia e dos direitos sociais com o desenvolvimento das políticas keynesianas e ação do Estado do Bem-Estar Social regulando o capitalismo. Em seguida, procura caracterizar o Benefício de Prestação Continuada, procurando analisar o seu *status* atual dentro da dinâmica do sistema de proteção social vigente no Brasil.

Palavras-chave: Políticas públicas. Estado do Bem-Estar Social. Benefício de Prestação Continuada.

Abstract: this paper aims to discuss the Continuous Cash Benefit Programme; specifically, study in the Brazilian social protection system the public policy of social protection that serves the poorest segment of the population, not as a welfare practice, but as a right of the Brazilian citizen. In this sense, it deals with the advancement of democracy and social rights with the development of keynesian policies and action of the Welfare State, regulating capitalism. Then seeks to characterize the Continuous Cash Benefit Programme, trying to analyze its current status, within the dynamics of current social protection system in Brazil.

Keywords: Public Policy. Welfare State. Continuous Cash Benefit.

1 Introdução

O Brasil aparece como um país em desenvolvimento, formado de um pequeno grupo de pessoas extremamente ricas, de uma classe média em grande parte conservadora e aversa a mudanças progressistas e de pessoas extremamente pobres, no limite da não sobrevivência, com carências diversas, principalmente nas áreas de educação, saúde, moradia, segurança e lazer. Para atender à grande camada da população excluída de participar e usufruir dos benefícios dessa sociedade capitalista periférica, a Constituição Federal de 1998 (CF/1988) instituiu medidas de políticas públicas que caminham na linha da formação de um Estado do Bem-Estar Social. Entretanto, segundo o discurso de senso comum difundido pelos meios de comunicação de massa, milhares de famílias

brasileiras vivem em situação de extrema precariedade devido a falta de cobertura, eficiência e eficácia do sistema de proteção social. Muitas são as notícias de corrupção em diferentes poderes e órgãos governamentais. O Estado, principal órgão responsável pelo gerenciamento de ações de promoção do crescimento e desenvolvimento econômico, bem como pelo atendimento de todas as demandas sociais, objetivando amenizar o processo de exclusão social, é apresentado como responsável pelo problema devido à sua ineficácia e por apresentar uma face corrupta.

Acontece que a exclusão é uma característica do sistema capitalista, no qual nem todos participam da riqueza produzida e, muito menos, ela é distribuída de forma justa ou está ligada ao princípio do mérito pessoal. As características do capitalismo brasileiro

revelam que a questão da concentração da renda e da riqueza é mais grave no Brasil e ela decorre do processo de formação econômica e social e da dinâmica dessa realidade que produz um processo de exclusão muito mais elevado que em outras sociedades.

Nessa sociedade brasileira, é recente a implementação de medidas que procuram atenuar ou diminuir os efeitos deletérios da desigual competição imposta aos grupos menos afortunados, devido ao conservadorismo dessa sociedade e penetração e grande influência das ideias e práticas ultraliberais¹ que vêm sofrendo constantes ataques e sendo sempre postas em questão.

Este artigo tem como objetivo geral apresentar a política pública de seguridade social do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Especificamente, discorre sobre a política pública de proteção social com ênfase no BPC, mostrando as características gerais deste benefício dentro da atual dinâmica do sistema de proteção social vigente.

O artigo inicia abordando a política social-democrata que estimulou a democracia e o desenvolvimento das políticas públicas e da proteção social, via construção do Estado do Bem-Estar Social; em seguida, realiza algumas considerações sobre o BPC e, no final, tece algumas considerações na defesa de uma agenda de construção de um novo Brasil, para todos os brasileiros.

2 Políticas Públicas e Proteção Social

Nas três décadas que sucederam o fim da Segunda Guerra Mundial, uma política econômica keynesiana sustentou elevado nível de emprego e garantiu desempenho elevado de crescimento econômico, geração de emprego, aumento de salários reais e ampliação dos direitos econômicos e sociais. Esta realidade garantiu ao Estado ambiente, recursos e instituições que viabilizaram uma política de proteção social (CARTA MAIOR, 2015).

A política econômica da época das economias mistas do período do pós-guerra - que, conforme a crítica ultraliberal, resultou em “excesso” de Estado, exagero de democracia e abuso no intervencionismo na economia e sociedade -, na realidade, proporcionou uma experiência singular na história do capitalismo, com a construção do Estado do Bem-Estar Social em países desenvolvidos, e levou à onda desenvolvimentista nos países da periferia do sistema.

A social-democracia legitimou e viabilizou a ação do Estado capitalista no campo das políticas públicas. A partir de então, desenvolveu-se a

formação de um Estado que mudou de fisionomia e passou a intervir nessa sociedade, disseminando a chamado *Welfare State*; e o Estado do Bem-Estar passou a garantir um mínimo de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, na linha da universalização desses direitos.

Os direitos dos indivíduos passaram a ser concretizados através das políticas públicas formuladas com a participação da sociedade, em um contexto em que a política representa os procedimentos formais e informais de relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos na sociedade, no que diz respeito à conquista de direitos e acesso aos bens públicos (RUA, 1998).

Nesse sentido, políticas públicas foram incorporadas aos programas de ação do governo, tendo como objetivo a concretização dos direitos previstos legalmente. No caso das políticas públicas de proteção social, o objetivo pretendido incluía a participação dos mais diversos atores sociais, abrangendo um conjunto complexo de interesses prós e contras, com a força resultante desta correlação de forças determinando a política pública que entraria na agenda governamental.

Esse cenário de embate para a formulação de políticas públicas sempre foi um cenário difícil devido à grande quantidade de demanda da sociedade e, diante da limitação de recurso pelo Estado, fazendo-se necessário uma grande capacidade política de gerenciamento e uma alta dosagem de persuasão para se chegar a um ponto em que a formulação das políticas procurem atuar para diminuir as desigualdades sociais.

Deve-se ter em conta ainda que, nessa sociedade, os sujeitos políticos não possuem o mesmo entendimento dos problemas sociais, políticos, econômicos e culturais, o que complica a solução de questões e leva ao embate político (GOHN, 2002), existindo grupos combativos na luta pelo direito (negros, questão de sexo, mulheres) e grupos vulneráveis não atuantes, que, assim, apresentam baixo poder de demanda junto ao Estado, mas são justamente estes grupos vulneráveis os que mais necessitam de proteção do Estado.

Mas quem é responsável pela formulação, implementação e divulgação das políticas públicas? O Estado? A sociedade? Quem é responsável pelo desencadeamento do processo?

Existem duas linhas de explicações principais de protagonistas da política pública. A primeira é chamada de abordagem institucional de emergência da gestão pública integrada; e a segunda de abordagem via societal. A abordagem institucional

afirma ser o governo o elemento principal no processo de mudança e constituição de nova engenharia institucional da gestão pública, estimulando a inserção dos diversos segmentos sociais no processo de tomada de decisão e de implantação de políticas sociais; por outro lado, a segunda abordagem apresenta os movimentos oriundos da sociedade civil como principais responsáveis pela mudança e afirma que, com o processo de democratização, os movimentos sociais passaram a ser os principais responsáveis pela mudança em curso, pressionando o governo pela formulação de novas políticas públicas.

Cruz (2008) afirma que, qualquer que seja o protagonista principal, o importante é aliar as duas forças que podem propiciar haver uma maior participação da sociedade nos assuntos públicos. Assim, entende-se que ambos os agentes são responsáveis: o Estado, através dos seus poderes institucionalizados, é obrigado a cumprir as determinações emanadas da Carta Constitucional para atender aos direitos sociais e para que estes não se tornem letra morta; a sociedade, através de organizações sociais que devem e podem exercer influência na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

Nesse sentido, Silva (2008) inclui ainda com um importante sujeito responsável pelas políticas públicas: a mídia. Segundo a autora, a mídia assume relevante papel para dar visibilidade aos problemas sociais e criar mais espaços para que a sociedade possa acompanhar todo o processo das políticas públicas, tanto na sua fase de formulação como também na fase de implementação de programas. Nesse processo, a mídia atua na lógica do sujeito que está apoiando, preocupada essencialmente com a eficiência dessa política pública.

Em contexto democrático, o significado do termo política induz a agir com habilidade, a conduzir os assuntos com civilidade a fim de negociar e conseguir atingir o objetivo pretendido. O recurso da persuasão passa a ser fundamental. Convencer a(s) outra(s) parte(s) de que aquilo que se pretende obter é realmente justo e necessário é parte do processo político. A habilidade política, o poder de persuasão são elementos importantes para se conseguir desenvolver e programar políticas públicas que atendam a direitos individuais e coletivos.

A história da sociedade revela que as conquistas sociais nos países de capitalismo tardio, e também nos de capitalismo avançado, não são oriundas de uma ação beneficente do Estado, mas de pressão política resultante de lutas dos trabalhadores e de

demandas de movimentos sociais específicos, na forma de ações concretas, lutas prolongadas e, na maioria das vezes, violentas, demandas por determinados grupos da população (VILAS, 1979).

Observa-se que essas conquistas são lentas e que ocorrem períodos em que elas ficam estagnadas. Assim, faz-se necessário que a classe trabalhadora e a população em geral se organizem para cobrança de seus direitos sociais. Uma vez que estes direitos estejam instituídos de forma genérica, encontrarão imensas dificuldades na sua aplicação prática e, na maioria das vezes, dependerão de complementação infraconstitucional que, dependendo da demanda, podem nunca ser efetivados pelo Congresso.

O ambiente público democrático do pós-guerra gerou uma área governamental que passou a atender às demandas por políticas públicas universais e a construir um Estado com essas características. Todavia, com a crise capitalista dos anos 1970, nasceram os clamores contra o Estado democrático, contra as políticas públicas, contra os políticos e em favor do Estado mínimo.

Na explicação ultraliberal da estagflação do período dos anos 1970, a culpa é da demasiada intervenção do Estado na economia capitalista, que resultou em um impacto inflacionário do déficit público, em elevados gastos sociais, em regalias aos aristocratas da classe trabalhadora, tanto no setor público como no setor privado, protegidas pelo Estado, e, finalmente, devido às medidas de proteção comercial. Resultado: o diagnóstico conservador determinava corte dos gastos públicos, enxugamento do Estado, eliminação das políticas públicas universais de proteção social, devido ao elevado custo fiscal do Estado para a sociedade (melhor dizendo: para a classe rica), recebendo, assim, um forte apoio por parte das elites da classe média conservadora (BASTOS, 2015).

O poder desse discurso ultraliberal, muito embora enviesado e sem base e sustentação empírica, que existia excesso de intervenção e proteção governamental a empresários nacionais e trabalhadores sindicalizados determinando uma gastança irresponsável por parte do Estado, ganhou o coração da sociedade, provocando a legitimação de tese em favor do Estado mínimo e do mercado máximo (RIBEIRO; TIENGO, 2015).

Esse diagnóstico ultraliberal foi utilizado como arma e atuou com grande ofensiva via meios de comunicação de massa por intermédio de intelectuais liberais, *think tanks* e universidades para formação de políticos e jornalistas objetivando criar uma nova hegemonia liberal na sociedade e para

conquistar novos adeptos para defesa da causa dos ricos e dos bem de vida.² Muitos estudantes passaram a ser doutrinados nas escolas americanas e atuaram como ponta da lança e arma de difusão das ideias ultraliberais na periferia do capitalismo.

Acontece que a experiência neoliberal já havia sido posta em prática na América Latina da década de 1970 (Chile, Uruguai, Argentina), pela força das armas e suas ditaduras, com péssimos resultados e de triste memórias. Então, a partir da década de 1980, os Estados Unidos capitanearam alguns países desenvolvidos e criaram uma cartilha, o Consenso de Washington, apresentando regras e imposições aos países que objetivassem receber ajuda ou recursos internacionais.

Para que as imposições dos países imperialistas fossem aceitas, as grandes potências conseguiram convencer aos países do terceiro mundo de que a crise pela qual estavam passando os países da América Latina não tinha raízes externas, eram fruto de políticas nacionalistas e de períodos autoritários e que a ajuda externa só viria se as regras do Consenso fossem seguidas, passando a impressão de que a solução residiria em reformas neoliberais.

O Consenso de Washington, dentre as suas recomendações, determinava a redução de gastos sociais por parte dos governos. Nesse sentido, uma outra reformulação do Estado foi iniciada na linha de redução dos mecanismos de proteção social universal. O domínio do ultraliberalismo e a mudança de institucionalidade da economia mundial levaram o capitalismo hodierno a apresentar resultados medíocres em quase todos os indicadores econômicos e sociais que se analisar.

Um exemplo disto é a situação pela qual os países da América Latina passaram; dentre eles, o Brasil, que, ao se submeter às regras do Consenso de Washington, passou a privilegiar os interesses do capital financeiro internacional, utilizando um modelo que se mostra totalmente avesso a um projeto de desenvolvimento nacional, aos interesses da grande maioria de sua população e, conseqüentemente, das políticas de proteção social.

O modelo é composto por um conjunto de regras que restringem a ação de proteção social do Estado a criar um Estado gerencial, com políticas públicas apenas o suficiente para evitar mobilização e revolta popular (educação, saúde e proteção aos mais carentes), na linha do chamado Estado mínimo reformulado.

Nos anos 1980, enquanto no mundo desenvolvido o Estado continuava a proclamar ser

um Estado social, mas que na realidade se transformava em Estado antissocial, não mais se preocupando com os dramas pessoais e individuais, reduzindo os encargos e impondo austeridade, por mais injusta e ilógica que seja essa linha, no Brasil se gestava um arremedo de Estado do Bem-Estar (SANTOS, 2015).

A chamada Década Perdida, em termos de comportamento da economia, revela que, no campo política e na área social, o processo de redemocratização e a Constituinte gestaram uma constituição que criou o tripé da seguridade social (previdência social, assistência social e saúde) na linha de proteção social universal no Brasil. Na direção contrária ao conservadorismo e retorno aos valores de atraso vigente no mundo desenvolvido, a intenção manifesta dos constituintes brasileiros foi construir minimamente uma tentativa de Estado de Bem-Estar Social (KLIASS, 2015).

4 Benefício de Prestação Continuada

A CF/1988 fez surgir o conceito de seguridade social que passou a garantir o direito a saúde, previdência e assistência social, gerando um pacto em que todos os cidadãos são titulares e o Estado brasileiro é o responsável pela ação e prática desse direito. No que diz respeito à questão da assistência social, o princípio norteador abrange seleção, prevenção e eliminação dos riscos de vulnerabilidades social.

A promulgação da CF/1988 fez surgir uma nova tendência na arquitetura institucional no Brasil, na qual o governo, na esteira do processo de descentralização e desconcentração de atividades e responsabilidades, procurou introduzir um novo modelo de gestão, incluindo a sociedade como copartícipe na formulação de políticas sociais. O governo passou, então, a ser o responsável pelo desencadeamento do processo. Por outro lado, a sociedade, por intermédio de empresários, tecnocratas, trabalhadores, agentes internacionais, e a mídia dirigiram esforços para formulação de políticas públicas que defendem os seus interesses e os interesses das classes que representam.

O gerenciamento das políticas públicas de proteção social no Brasil ficou a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que faz parte da estrutura da Presidência da República. No que tange ao gerenciamento dos recursos, este deverá ser realizado observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A aplicação de dinheiro público deve levar sempre em conta a avaliação custo-benefício social para que possa ser

empregado da melhor forma possível em prol dos que dele necessitam. Há previsão constitucional de prestação de contas e fiscalização pelo Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas dos estados e Tribunal de Contas do município, onde houver, e conforme a origem dos recursos (AMARAL, 2014).

Dentre os diferentes direitos na área da assistência social, direitos foram criados para proteger o cidadão brasileiro, e um ficou restrito às pessoas carentes: o BPC aos idosos e aos deficientes carentes, que se sobressai por representar um benefício de natureza assistencial prestado a essa parcela da população em situação de vulnerabilidade, que comprovem sua necessidade, independente de qualquer contribuição; o que revela um caráter contraditório na política de universalização, devido às exigências requeridas. A previsão do BPC é de natureza constitucional, conforme se depreende do contido no capítulo II (da seguridade social), seção IV (da assistência social), artigos 203 e 204 da CF/1988, que discorre sobre a política de assistência social de forma programática.

Nesse sentido, ainda se fez necessária regulamentação posterior, o que foi feito através da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), lei n. 8.742 de 7 de dezembro de 1993, que discorre sobre a organização da assistência social, e em seu capítulo IV, na seção I, especificamente nos artigos 21 e 22, que disciplina as bases para a concessão deste benefício (AMARAL, 2014).

O BPC foi um dos primeiros programas a reconhecer que a renda mínima é um direito de todos os cidadãos, independentemente de o cidadão haver contribuído ou não para o sistema. O BPC está inserido como assistência social no tripé da seguridade social, que inclui ainda a saúde e a previdência social.

Convém diferenciar o seguro social, a cargo do Ministério da Previdência Social, que funciona como seguradora, das medidas de seguridade social, que dá assistência a todos os carentes através da assistência social. O benefício é gerido pelo MDS, ao qual compete o seu acompanhamento e avaliação. A operacionalização fica a cargo do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), com recursos provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). O benefício é solicitado nas agências do INSS e o deferimento depende ou de parecer dos médicos, que avaliam o grau de incapacidade dos candidatos, para a vida independente, ou de parecer das assistentes sociais, que verificam se o grau de pobreza atende aos requisitos estabelecidos pela Loas.

O BPC se constitui de uma renda mensal básica no valor de 1 (um) salário mínimo, destinado a pessoas idosas (a partir de 65 anos) e pessoas com deficiências que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família; é, como se pode dizer, uma seguridade social ampliada, com a finalidade de transferência de renda para atender os mais necessitados. A lei que regulamenta a Política de Assistência Social a define em seu art. 1º como Política de Seguridade Social, direito do cidadão e dever do Estado.

Os recursos são originários, como supramencionado, dos recursos do orçamento da seguridade social a cargo do FNAS, sob a coordenação do MDS, cuja operacionalização deste benefício está a cargo do Ministério da Previdência Social, através de sua autarquia federal, o INSS.

A assistência social foi a última política a ser regulamentada no tripé da Seguridade Social. Apesar de sua previsão constitucional ter constado na CF/1988, somente foi regulamentado em 1993, através da Loas, e concedido, pela primeira vez, em janeiro de 1996. A implantação foi paulatina.

O BPC-Loas conta com um sistema de gestão descentralizado para estados e municípios, integrado por representantes do MDS, da Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério da Previdência Social, através do INSS, da empresa de processamento de dados da previdência social - a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) - e das secretarias estaduais e municipais de assistência social, ou órgãos correspondentes, dependendo da estrutura do executivo estadual e municipal (AMARAL, 2014).

As políticas de assistência social implantadas pelo governo federal nem sempre são conhecidas pelo público em geral. Exemplo disto é o BPC, instituído pela Loas em 1993. Até hoje, existem pessoas, nos lugares mais longínquos do País que são potenciais beneficiários deste direito e que não se candidataram por falta de informação; problema que atinge grande parcela da população, principalmente os mais carentes e os que vivem no meio rural, sem acesso a informação sobre este direito.

Outro fator que impede que os beneficiários dos programas de proteção social tomem conhecimento e compreendam os seus direitos é o baixo nível de escolaridade do indivíduo beneficiário do programa, pois a maioria dessa população objeto do direito é muito carente e/ou analfabeta, ou ainda do tipo analfabeta funcional. Os órgãos de comunicação de massa, embora divulguem alguma informação

sobre instrumentos de proteção social e façam chegar a informação aos cidadãos, não conseguem levar adequadamente a mensagem em nível acessível às camadas mais carentes da população.

A partir dos anos 1990, o Brasil passou a fazer parte dos países que abraçaram as imposições dos países ricos, através da implementação do Consenso de Washington, mais conhecido como política neoliberal, cujas recomendações incluem a redução dos gastos sociais. A partir de então, todo o mecanismo de proteção social criado pela CF/1988 passou a ser atacado, não havendo preocupação com o alto custo social. Assim, a regulamentação estabelecida na legislação infraconstitucional passou a incorporar uma interpretação restritiva de direitos, restringindo o programa BPC, que ficou acessível apenas aos extremamente necessitados. Saliente-se ainda que o corte de renda do BPC foi estabelecido em um nível que é o mais baixo de todos os programas assistenciais de distribuição de renda existentes no modelo brasileiro.

A verdade é que toda política de ajuste neoliberal atingiu principalmente aos trabalhadores e ao tripé da seguridade social - saúde, previdência social e assistência social, sendo esta última um dos mais atingidos. Nessa realidade, a defesa dos mais carentes faz necessária a mobilização dos movimentos sociais, que empunham bandeiras de lutas que forcem o Estado brasileiro não somente objetivar modificar a situação de pobreza extrema em que se encontra grande parte da população, mas também incorporar os princípios da cidadania e da dignidade humana no lado dos direitos e garantias fundamentais, visando a erradicação da pobreza e da marginalização, com mais eficiência, eficácia e efetividade de gerenciamento e administração dos recursos do Estado.

Assim, a busca para atender às demandas da maioria dos brasileiros passa por mais e melhor Estado, na linha de políticas públicas universais e eficientes. As políticas sociais devem ser aprofundadas com melhoria dos serviços públicos e em termos de renda para a população. Nesse sentido, como afirma Carvalho (2015, n.p.),

A construção de um novo Brasil não pode, portanto, abrir os trabalhos passando um trator por cima de direitos de trabalhadores e minorias; das demandas por serviços públicos universais de qualidade; das instituições democráticas que conquistamos; do nosso ambiente ou de nossas áreas de preservação indígena. Uma boa agenda deve combinar desenvolvimento e democracia.

5 Conclusão

Nos anos 1980, o mundo caminhava para o conservadorismo e o atraso, enquanto no Brasil ocorria um processo de redemocratização e a construção de um modelo de ação do Estado que, pela primeira vez, objetivava a implementação de políticas públicas universais.

Acontece que a burguesia brasileira e a denominada classe média, por não se identificarem com a nação Brasil, facilmente aceitaram a onda conservadora e a hegemonia ultraliberal nos anos 1990, via consolidação da ideia de combate à inflação. Desde esse período, a prioridade e único objetivo perseguindo é o combate ao “dragão” da inflação. Nesse contexto, o arremedo de Estado do Bem-Estar Social e as políticas públicas universais passaram a ser bombardeadas e apresentadas com sinônimo populistas e prejudiciais ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro. O Estado brasileiro passou a ser novamente reformulado objetivando a formação do Estado mínimo e a redução do gasto social, seguindo a política histórica de bloquear os canais de ascensão social das camadas inferiores.

O modelo em voga no Brasil, no entanto, não possibilita o desenvolvimento econômico; e seu resultado ao longo dos últimos 25 anos é medíocre. No mundo, a aplicação dessas receitas do ultraliberalismo levou a uma grande crise mundial, a reconcentração de renda e a maior exclusão social. Com a crise, essa farsa foi novamente desmascarada; seu objetivo não é o desenvolvimento econômico, o avanço da democracia e as melhorias sociais, representa a defesa e o projeto das elites e a manutenção do *status quo* e encobre a contradição intrínseca entre capitalismo e democracia, viabilizando um projeto de democracia de baixa intensidade e sem conteúdo social.³

A busca do desenvolvimento necessita da construção de um projeto nacional que procure atender às demandas da maioria dos brasileiros, construir um melhor Estado, que deve ampliar as suas funções econômicas e sociais, na linha de políticas públicas universais e eficientes. Necessita-se de mais Estado. Esse Estado deve impulsionar o processo de desenvolvimento econômico e seguir políticas sociais que melhorem os serviços públicos e elevem a renda da população.

Notas:

- (1) Ultraliberal e não neoliberal, devido ao nível de radicalismo em suas propostas
- (2) “Por outro lado, é fundamental à compreensão das estratégias contra-hegemônicas ultraliberais observar que Hayek - assim como outros ideólogos desta doutrina - possuía absoluta convicção de que o embate que travava era, antes de tudo, um **embate ideológico**, voltado à **constituição de uma nova hegemonia**. Esta, para que se realizasse, deveria demonstrar e sobrevalorizar as falhas e equívocos do então consenso dominante (keynesiano), bem como provar a superioridade do (ultra) liberalismo. Por isso, este autor, na introdução de *Os Fundamentos da Liberdade* deixa clara a importância do referido embate, pois, ganhá-lo implicaria a *conquista dos corações e das mentes*.” (FONSECA, 2005, p. 69, grifos do autor).
- (3) cf. LÖWY, 2015.

Referências

AMARAL, M. F. B. *Benefício de prestação continuada e o direito a assistência social: legitimidade dos condicionantes de concessão do BPC ao idoso e ao deficiente em Teresina*. 2014. 238 f. Tese (Doutorado Interinstitucional em Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luiz; Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

BASTOS, P. P. Z. Austeridade para quem? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil. *Texto para Discussão*, Campinas, n. 257, ago. 2015. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3410&tp=a>. Acesso em: 17 ago. 2015.

BRASIL. *Constituição 1988*. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 08 dez. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

CARTA MAIOR. Belluzzo: o Brasil pode voltar à série A. 19 ago. 2015. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editorial/Economia/Belluzzo-o-Brasil-pode-voltar-a-Serie-A/7/34288>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

CARVALHO, L. *Uma agenda para todos*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/230284-uma-agenda-para-todos.shtml>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

CRUZ, G. R. Gestão pública participativa: o papel da reforma do estado e dos movimentos sociais. *Achegas.net*, n. 38, p. 34-48, jul.-ago. 2008. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/38/gisele_38.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

FONSECA, F. *O consenso forjado*. São Paulo: Hucitec, 2005.

GOHN, M. G. Políticas públicas e sociedade civil no Brasil nas últimas décadas. In: CARVALHO, D.; SOUZA, N.; DEMO, P. (Org.). *Novos paradigmas da política social*. Brasília: UnB, 2002.

KLIASS, P. Imposto territorial rural. *Carta Maior*, 20 ago. 2015. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Imposto-territorial-rural/34293>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

LÖWY, M. Quando o capitalismo não rima com democracia. *Carta Capital*, 20 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/lowy-quando-capitalismo-nao-rima-com-democracia-2682.html>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

RIBEIRO, C. G.; TIENGO, M. O pensamento único e a desesperança de um mundo sem alternativas. *Carta Maior*, 17 ago. 2015. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editorial/Economia/O-pensamento-unico-e-a-desesperanca-de-um-mundo-sem-alternativas/7/34264>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, M. G.; CARVALHO, M. I. *O estudo da política: tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 231-260.

SANTOS, B. S. Silêncios ruidosos. *Carta Maior*, 21 ago. 2015. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Silencios-ruidosos/34305>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

SILVA, M. O. S. et al. *Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos*. São Paulo: Veras, 2008.

VILAS, C. M. Política social, trabajo social y la cuestión del Estado (preliminares para una investigación). *Acción Crítica*, Lima, n. 6, dic. 1979. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/accioncritica/ac-cr-006-02.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

* Doutora em Políticas Públicas-UFMA, docente do Dept° de Ciências Contábeis e Administrativas-UFPI

** Doutor em Políticas Públicas pela UFMA/UFPI, docente do Dept° de Ciências Econômicas-UFPI

*** Doutorando em Políticas Públicas-UFMA, docente da Universidade Estadual do Piauí-UESPI

SOJA, INCENSO E MIRRA

Por Gadafy de Matos Zeidam*

Resumo: o presente artigo aborda a euforia da divulgação dos números positivos da economia de municípios produtores de soja no estado do Piauí, contrapondo-a à experiência histórica do Iêmen, uma região outrora muito rica, denominada *Arabia Felix* pelos romanos, e hoje um país extremamente pobre. É um alerta para que o presente feliz do cerrado piauiense não se converta em um futuro infeliz, pois se observa que existe um descompasso entre o crescimento econômico e alguns indicadores sociais destes municípios.

Palavras-chave: Piauí. Soja. Economia. Desenvolvimento.

Abstract: this paper approaches the euphoria from divulgation of the positive economic numbers from Piauí's soygrower cities, in opposition to Yemen's historical experience, a former very rich region, named *Arabia Felix* by romans, but currently a very poor country. That's an alert for the happy present of Piauí's savanna doesn't become an unhappy future, because there is a mismatch between economic growth and social indicators from those cities.

Keywords: Piauí. Soy. Economy. Development.

Os dados do Produto Interno Bruto (PIB) de 2011 dos 224 municípios piauienses, de acordo com a Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (Cepro), revelam que entre os 10 mais bem posicionados estão dois municípios que devem sua posição à soja: Uruçuí (o quarto) e Bom Jesus (o oitavo), ambos localizados no cerrado piauiense (PIAUI, 2013).

À primeira vista, parece que a soja é o toque de Midas que faltava ao Piauí, um impulso para o desenvolvimento. Através de sua produção, fomenta-se toda uma cadeia econômica a ela atrelada, máquinas agrícolas, salários, armazéns, transporte, comercialização e até industrialização. Mas o que esperar deste crescimento inequivocamente demonstrado por números?

Segundo notícia do Portal do Governo do Estado do Piauí, a cidade de Uruçuí subiu de 2,01% em 2010 para 2,45% em 2011 a sua participação na

economia do estado, enquanto que Bom Jesus foi de 0,86% para 1,12%. O PIB *per capita* destas cidades é ainda mais revelador: Uruçuí é a cidade relativamente mais rica do Piauí, com um PIB *per capita* em 2011 de R\$ 29.552,15 (aproximadamente US\$ 10.000), o que significa uma renda 3,77 vezes maior do que a média estadual, que é de R\$ 7.835,75. Já Bom Jesus ocupa a décima posição, com um PIB *per capita* de R\$ 11.877,73 (PIAUI, 2013).

De fato, entre as 10 cidades com melhor PIB *per capita*, além de Uruçuí (1ª posição) e Bom Jesus (10ª), encontram-se ainda Baixa Grande do Ribeiro (5ª), Sebastião Leal (7ª) e Ribeiro Gonçalves (8ª). São cinco as cidades produtoras de soja dentre as 10 mais ricas, em PIB *per capita*, do Piauí (PIAUI, 2013). Viva a soja e a riqueza que ela proporciona!

Contudo, a análise de outros dados pode converter a exclamação anterior em uma

interrogação. Estes outros números são encontrados em um livro da Fundação Cepro, "Piauí em Números", 10ª edição, publicado em 2013. Nele, encontramos alguns dados menos glamorosos e menos divulgados do que o PIB e o PIB *per capita*.

A nossa pauta de exportação, por exemplo, é dominada pela soja (55%) e pela cera de carnaúba (27%), que representam mais de 80% do que o Piauí é capaz de vender para outros países (CEPRO, 2013). A soja e a cera de carnaúba lembram o olíbano e a mirra vendidos na época do Império Romano por um reino bastante próspero, localizado ao sul da Península Arábica, o reino Himiarita, onde se localiza atualmente o Iêmen. Segundo MacGregor (2013, p. 331):

O Iêmen nessa época não era um lugar atrasado; dominava a entrada do Mar Vermelho e com ela a grande rota comercial que ligava o Egito e o restante do império romano à Índia. Escrevendo antes do ano 79 d.C., o autor romano Plínio, o Velho, explicou por que os iemenitas eram tão ricos: 'os principais produtos da Arábia são o olíbano e a mirra... são as nações mais ricas do mundo, tendo em vista que essa vasta riqueza flui para elas dos impérios romano e parta; pois vendem os produtos do mar ou de suas florestas e nada compram em troca.

Do olíbano se extraía o principal tipo de incenso no mundo antigo, utilizado vastamente nos altares domésticos do amplo Império Romano. Entre os antigos, a religião era muito mais um conjunto de práticas rituais familiares minuciosas e obrigatórias, como a queima de incenso, do que uma doutrina sobre Deus, uma concepção e um caminho para o absoluto (COULANGES, 2002).

A mirra, por sua vez, além de perfume (apesar de não ter uma fragrância forte, tem o mais longo tempo de duração entre os odores conhecidos), era usada no tratamento de feridas por causa de suas propriedades antisséptica e anti-inflamatória. Seu uso consta no Papiro de Ebers, um dos tratados médicos mais antigos do mundo, escrito pelos egípcios cerca de 1.550 a.C. (MACGREGOR, 2013).

Tanto o olíbano como a mirra eram muito caros. Consta em Mt 2,11 que os Reis Magos abriram seus tesouros e ofereceram a Nosso Senhor ouro, incenso e mirra. Além do significado teológico, é preciso esclarecer que incenso e mirra eram, no mundo antigo, presentes tão valiosos quanto o ouro (MACGREGOR, 2013).

A riqueza do Iêmen antigo também podia ser constatada pela represa de Marib, obra monumental e central de um complexo sistema de irrigação para mais de 100 km² de terras agricultáveis. A obra perdurou por mais de um milênio, mas ruiu após séculos de negligência e falta de manutenção, durante as guerras de unificação árabe, no séc. VI d.C. (INSTITUTO DEL TERCER MUNDO, 2002).

Ptolomeu, antigo geógrafo grego, descreveu o Iêmen como a *Eudaimon Arabia*, impressionado com sua riqueza e prosperidade. Os romanos repetiram a denominação e chamavam a região de *Arabia Felix*, ou Arábia Feliz. Mas da Arábia Feliz que impressionou os antigos pelo incenso e mirra, já não resta nem sombra. O Iêmen hoje é um país pobre, sede de grupos religiosos radicais, em guerra civil e com dois terços do território desérticos ou semidesérticos, herança do desmatamento voraz e da utilização acima da capacidade de regeneração das águas do subsolo (INSTITUTO DEL TERCER MUNDO, 2002).

Com índice de desenvolvimento humano (IDH) 0,500 (dados da Organização das Nações Unidas - ONU, de 2013),¹ O Iêmen integra o grupo de países com baixo IDH, próximo ao Haiti (0,471) e bem abaixo do Brasil (0,744); também segundo a ONU, o Iêmen tem 25,7% de sua população subnutrida, 55% com acesso a água potável, 53% com acesso a rede sanitária e apenas 65,3% das pessoas com 15 anos ou mais alfabetizadas (IBGE, 2015). Trocando em miúdos, uma região outrora muito rica, a Arábia Feliz é hoje um país extremamente pobre e infeliz.

E o Cerrado Feliz? A riqueza da soja demonstrada nos números da economia contrasta com outros dados de nosso estado. Observando os dados da educação publicados pela Fundação Cepro (2013), tem-se que a taxa de analfabetismo entre os maiores de 15 anos, por exemplo, é 19,28% no Piauí (8,59% no Brasil), já a média de anos de estudo entre os maiores de 15 anos é 5,8 anos no Piauí (7,5 anos no Brasil).

Em 2012, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Brasil (PNUD Brasil), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Fundação João Pinheiro calcularam, a partir dos dados do Censo de 2010, o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros, considerando as mesmas três dimensões do IDH Global: longevidade, educação e renda (cf. PNUD, 2013). Os dados de Uruçuí são reveladores do descompasso entre riqueza e desenvolvimento.

O IDHM-Educação de Uruçuí, por exemplo, é 0,516, o que representa a 3.680ª posição entre 5.565 municípios brasileiros. Águas de São Pedro, em São Paulo, ocupa o topo da lista nacional (0,825), enquanto Teresina, capital do Piauí (0,707), o topo da lista estadual (PNUD, 2013).

É pouco para tanta riqueza. O descompasso entre o crescimento econômico proporcionado pela soja e a realidade social do nosso estado serve de

alerta para que o futuro do Piauí, rico em soja e cera de carnaúba, não seja o mesmo do Iêmen, que era rico em olíbano e mirra. Talvez nem mesmo o ciclo de 1.000 anos da represa de Mariba se repita em nosso estado, acostumados que estamos a planejar nossas ações pelo horizonte da próxima eleição. E este descompasso não é culpa dos produtores de soja, absolutamente. Em vez de culpados, pois esta é uma questão muito complexa para ser respondida nas estreitas margens deste texto, por que não debater acerca de nosso sistema tributário regressivo, incapaz de alcançar a riqueza gerada, ou sobre a cultura de corrupção disseminada na execução da despesa pública, que faz o montante arrecadado servir para edificar riquezas particulares em vez de propiciar melhores serviços públicos?

Tem-se então um sistema tributário às avessas: ao invés de alcançar a riqueza e promover, através do império da lei, um fluxo de recursos para garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização, e reduzir as desigualdades sociais e regionais (objetivos fundamentais expressos na Constituição), estamos no caminho inverso, conforme diagnóstico bem detalhado por especialistas em tributação de nosso país, os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (SINDIFISCO NACIONAL, 2014).

Na realidade, a tributação regressiva aliada à corrupção na execução da despesa pública promove justamente o fluxo inverso, retirando recursos da camada mais pobre da população para a casta formada pelos corruptos de plantão, muitos dos quais responsáveis pelo futuro do País, ungidos que foram para ocupar cargos políticos.

E o dinheiro que falta para melhorar a prestação de serviços públicos farta em paraísos fiscais: a educação pública é um retrato fiel de nossa incapacidade em conciliar crescimento econômico e desenvolvimento. De acordo com o índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb), Prova Brasil 2013, o Piauí tem 6% de alunos que aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas de matemática até o 9º ano na rede pública de ensino (o Brasil, 11%) (cf. INEP, 2015).²

Voltando para os cinco municípios produtores de soja entre os 10 mais ricos do Piauí (PIB/capita), é possível avaliar os resultados de seus alunos na rede pública de ensino até o 9º ano pelo Ideb de 2013 (INEP, 2015): Uruçuí (3,7); Baixa Grande do Ribeiro (3,1); Sebastião Leal (3,2); Ribeiro Gonçalves (3,8); Bom Jesus (3,4). São dados que destoam da riqueza da soja e que estão abaixo de municípios como Campo Maior (4,0); Simões (4,1);

Água Branca (4,6); São Francisco do Piauí (4,7); e Cocal dos Alves (5,0).

Tais notas apenas demonstram que o crescimento econômico gerado pela soja no Cerrado Feliz talvez signifique que estejamos no rumo errado, pois tal riqueza pode converter-se em extrema pobreza, e a história é bastante generosa ao oferecer estas lições, mas também bastante rigorosa em aplicá-las.

Aqui não é o caso de simplesmente parar com a produção, invadir propriedades rurais e semear o caos; mas que tal começar por conciliar nossa vocação agrícola com os imperativos ambientais que a natureza impõe e que insistimos em desrespeitar? Em seguida, por que não discutir seriamente o custo social das imunidades tributárias das exportações de nossos produtos primários? Finalmente, qual o remédio mais eficaz contra a corrupção do que um povo esclarecido de seus direitos e deveres?

Assim, em vez de tentar descobrir um novo e provavelmente incerto atalho para o desenvolvimento, como através da proposta de dividir o Piauí em dois, enfrentar o fracasso da Educação é o velho e provavelmente certo caminho para o desenvolvimento; isso se quisermos realmente aproveitar nossas vocações ao invés de desperdiçá-las, conciliando crescimento econômico e desenvolvimento social.

A rica Uruçuí é apenas um retrato fiel do fracasso de nossa educação: 98% de crianças de 5 a 6 anos matriculadas na escola se convertem em 25,70% de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo (INEP, 2015).

À exceção da Rainha de Sabá, a história não reservou a posteridade a nenhum outro governante da Arábia Feliz. Talvez porque a única receita capaz de transformar a riqueza de uma região na prosperidade de um povo seja a educação. Segundo o relato bíblico constante em I Reis 10:10, a rainha teria ouvido sobre a sabedoria de Salomão e viajado até ele com presentes de ouro e especiarias.

Até que ponto estamos dispostos a fazer como a Rainha de Sabá e gastar nossas riquezas com educação é uma pergunta que tem inúmeras respostas. Contudo, a depender da resposta que escolhermos, estaremos diante de um futuro na pobreza ou na prosperidade.

O Iêmen pobre de hoje é a lição que fica da resposta dada pela maioria dos governantes da Arábia Feliz de outrora.

Notas:

(1) Os dados estão disponíveis no sítio do IBGE (2015), com informações detalhadas por país e referências aos relatórios oficiais das Nações Unidas.

(2) Os dados do Ideb são apresentados por nível: Brasil, estado, município e escola

Referências

COULANGES, F. *A cidade antiga*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

FUNDAÇÃO CEPRO (Piauí). *Piauí em Números*. 10. ed. Teresina: Comepi, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Acesso à informação: países*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/paisesat/>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

INSTITUTO DEL TERCER MUNDO (Uruguai). Iêmen. In: *Enciclopédia do Mundo Contemporâneo*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Publifolha, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB*. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

MACGREGOR, N. *A história do mundo em 100 objetos*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

PIAUI. Governo do Estado do Piauí. *Notícias: Teresina é a cidade com o maior PIB dentre os municípios*. 17 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/categoria/2/id/13992>>. Acesso em 09 abr. 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/arquivos/fs1-idhm-brasil.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - SINDIFISCO NACIONAL. *Sistema tributário: diagnóstico e elementos para mudança*. 2. ed. rev., ampl. e atual. Brasília: Sindifisco Nacional, 2014.

*** Mestre em Filosofia pela UFPI , Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.**

RELAÇÕES ESCRAVISTAS EM PARNAÍBA (PI): séculos XVIII-XIX

Por Rodrigo Caetano Silva* e Solimar Oliveira Lima**

Resumo: o objetivo deste trabalho é apresentar aspectos das condições de vida e trabalho dos escravizados no ambiente urbano da cidade de Parnaíba (PI) entre o final do século XVIII e o ano de 1888, verificando as especificidades do sistema escravista local. Os resultados permitiram constatar a existência regular de contrabandos, incluindo o de escravizados; a presença negra nas charqueadas e em diversos ofícios e labutas nas ruas e espaços domésticos; bem como o processo de aquisição de alforrias e, ainda, que, nos últimos anos da escravatura, o Estado se manifestava com rigor no controle e punição dos trabalhadores escravizados.

Palavras-chave: Escravidão. Cidade. Parnaíba.

Abstract: the objective this work it is present aspects of the conditions of life and work the enslaved in the urban environment of the city of Parnaiba, between the late XVIII century is the year 1888, checking the specifics of the local slave system. The results allowed to verify the existence of regular smuggling, including the work of enslaved; the black presence in charqueadas and several crafts and toils in the streets and home spaces; and the manumission acquisition process and also that, in the last years of slavery, the State manifested itself rigorously in the control and punishment of enslaved workers.

Keywords: Slavery. City. Parnaíba.

1 Introdução

No Piauí, os escravizados chegaram por volta do último quartel do século XVII, pela estrada que ligava a feira de Capoame, na Bahia, à Vila da Mocha, futura Oeiras, primeira capital do Piauí. Essa presença deveu-se a prepostos da Casa da Torre, na Bahia (dentre eles, Domingos Afonso Mafrense, de alcunha o Sertão), que introduziram muitos gados e escravizados nas primeiras fazendas na região. Até a primeira metade do século XIX, a principal economia da Província era a criação extensiva de gado bovino em grandes propriedades, privadas e públicas. Nesta atividade, a participação dos cativos foi de suma importância. Na labuta com o gado bovino e lavouras, homens e mulheres trabalhavam diuturnamente e viviam em

condições precárias e sob o jugo da violência (LIMA, 2005).

O gradativo desenvolvimento de povoados e vilas a partir do final do século XVIII trouxe novas experiências aos escravizados no Piauí. Dentre as principais vilas, destaca-se Parnaíba, localizada ao norte do estado, na região do delta do rio Parnaíba, distante cerca de 340 km da capital, Teresina. A cidade é banhada por um dos braços do rio Parnaíba, o rio Igarçu. Hoje, seus limites são: ao norte da cidade fica o Oceano Atlântico; ao sul, limita-se com os municípios Buriti dos Lopes, Cocal e Bom Princípio; ao leste, com Luís Correia; a oeste, com Ilha Grande de Santa Isabel. É importante pontuar que a denominação Parnaíba

“ocorreu em virtude da nomenclatura do rio que, por sua importância, é o denominador de todo o Delta” (PINHEIRO; MOURA, 2010. p. 15).

A Vila de São João da Parnaíba foi oficialmente criada em 19 de junho de 1761, mas foi instalada em 18 de agosto de 1762 (SILVA FILHO, 2007). Em 1762, havia 330 casas na região do Porto das Barcas e a população desta área era formada por cerca de 1.747 pessoas brancas e livres e de aproximadamente 602 escravizados (REGO, 2013). Devido à sua privilegiada localização geográfica, à beira do rio Igarçu, e bem próxima ao oceano Atlântico, a vila contava com uma boa navegação fluvial e marítima, o que facilitava os contatos entre os parnaibanos e demais regiões do País e a Europa. Áurea Pinheiro e Cássia Moura (2010), afirmam que estes contatos, em especial com a cultura europeia, provavelmente tenham influenciado a arquitetura da cidade. Olavo Silva Filho (2007, p. 87) também compartilha desta ideia, para o qual “alguns sobrados e casas apresentam semelhanças com a arquitetura oitocentista maranhense, onde notadamente se fez uso do azulejo de manufatura portuguesa, grades de ferro forjado e bacias de lioz, conferindo o vínculo com a Metrópole lusitana.”

Para Júnia do Rego (2013), a Vila de São João da Parnaíba, como muitas vilas coloniais no Brasil, foi planejada seguindo posturas urbanísticas estabelecidas nas ordenações reais impostas pela Coroa portuguesa; e os formatos das residências obedeciam aos dois tipos característicos do período colonial: o sobrado e a casa térrea. Nas casas térreas, em regra, possuíam piso de chão batido e as paredes eram construídas com técnicas consideradas primitivas, como de pau a pique, adobe ou taipa de pilão. Os sobrados, assoalhados, apresentavam técnicas aperfeiçoadas e materiais resistentes, como a pedra e tijolos.

No final do século XVIII, Parnaíba já contava com um comércio forte, impulsionado pela concentração no Porto das Barcas, das inúmeras charqueadas que exportavam, em sumacas e navios, o produto com regularidade. A indústria de charque foi de fundamental importância para a economia da vila até as primeiras décadas do século XIX, quando a produção praticamente desapareceu. Contudo, a economia parnaibana não entrou em estagnação, pois a atividade comercial passou a distribuir gêneros diversos do litoral para o alto sertão em barcos que subiam os rios Parnaíba e Canindé. A vila, ao contrário de outras do estado, desenvolveu-se tendo como referências dois núcleos: o portuário comercial (Porto das Barcas) e

o institucional, onde se localizavam as autoridades administrativas e religiosa (Praça da Matriz). Em 14 de agosto de 1844, a vila foi elevada à categoria de cidade (SILVA FILHO, 2007).

Há pouca produção científica sobre o sistema escravista em terras piauienses; o que torna o tema ainda imperfeitamente conhecido. Esse conhecimento torna-se ainda mais escasso quando se trata da história dos trabalhadores escravizados nas vilas e cidades. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar aspectos das condições de vida e trabalho dos escravizados no ambiente urbano da cidade de Parnaíba (PI) entre o final do século XVIII e o ano de 1888, verificando as especificidades do sistema escravista local.

Com base em pesquisa bibliográfica, em documentos oficiais e jornais disponíveis no Arquivo Público do Estado do Piauí (Apepi), no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória do Piauí (Nupem) e no Cartório de Registros e Notas Almendra (de Parnaíba), apresentamos a seguir algumas características da escravidão negra em Parnaíba com o objetivo de fomentar o debate e contribuir para o conhecimento das relações escravistas no Piauí.

2 Contrabando, Trabalho e Alforria

Parnaíba constituiu-se, enquanto vigiu a escravidão, em um importante centro comercial de escravizados. Segundo Miridan Falci (1995), no litoral piauiense, incluindo o delta do rio Parnaíba, a presença de mais de 300 ilhas encorajava contrabandistas de diversas mercadorias e também o comércio ilícito de escravizados. Para Antônio Neto de Paula (2000, p. 25), “era pelo porto da cidade de Parnaíba que se introduzia a maior parte de escravos clandestinos, destinados às capitanias mais ao sul: Bahia, Pernambuco e até ao Rio de Janeiro.” O contrabando de mercadorias parecia rotina na cidade e despertava interesse e indignação em alguns setores. Conforme o jornal O Concialiador Piauiense, de 24 de agosto de 1857, disponível no Nupem,

Na Parnahiba, a única cidade beira-mar que temos, não sente só a necessidade da mudança dos empregados de polícia, como em outro número reclamamos; necessita-se de uma enérgica, e efectiva inspeção nos negócios que dizem respeito a alfandega, a fim de desanimar os contrabandistas, e augmentar as rendas. [...] Neste gênero se fás naquela cidade, e ha longos anos um contrabando imenso, que a impunidade tem feito acreditar na população ter o mesmo effeito que o comercio lícito.

Relatos sobre a existência de quadrilhas especializadas no furto e roubo de escravizados eram frequentes nos jornais da época. Os trabalhadores, em regra, segundo as denúncias,

eram vendidos diretamente pela quadrilha em outras localidades. Nos jornais também aparecem casos em que os escravizados eram vendidos para negreiros (traficantes de escravos) que faziam o comércio ilícito para a província do Piauí. É exemplar a notícia veiculada pelo jornal *A Ordem*, de 16 de abril de 1854, também disponível no Nupem, de que “a polícia da Corte deu cabo de uma quadrilha composta de 7 indivíduos, e organizada com o fim de roubar escravos, para vender depois no interior da Província [do Piauí].”

Para Falci (1995), o comércio inter-regional de escravizados em Parnaíba foi percebido pelo governo português e este, em Carta Régia ao Conde de Rezende, aconselhava a criação de um entreposto de escravos na Parnaíba, no final do século XVIII, visando ao enfrentamento do contrabando de negros que assumiu grandes proporções, principalmente no final do século XVIII e início do século XIX. Em 1808, por exemplo, as exportações pelo porto de Parnaíba totalizaram 106: 420\$000 e as importações, 58: 504\$900, sendo cerca de 60% dos gastos com a importação relativos à importação de escravizados.

A entrada de escravizados pelo porto de Parnaíba visava sustentar o comércio, legal ou não, de trabalhadores, como dito, para diversas regiões. Contudo, uma parte permaneceu na cidade, predominantemente, sustentando a labuta nas charqueadas do Porto das Barcas até o início de século XIX. Em 1833, o espólio da família Dias da Silva, principal referência senhorial enriquecida pela indústria charqueadora escravista, contava ainda com 360 escravizados. As charqueadas da família tinham deixado de produzir cerca de 20 anos antes. Estima-se que, no auge produtivo, a escravaria dos Dias da Silva tenha chegado a 1.800 cativos (LIMA, 2003).

Nos últimos anos do cativo, pelo recenseamento de 1872, a população de Parnaíba era composta por 5.236 pessoas, das quais 630 na condição de escravizados, sendo 312 do sexo masculino e 318 do feminino (APEPI, Poder Executivo, cx. 04). Quase 15 anos depois, no “Resumo Geral dos Escravizados Matriculados na Província do Piauí”, de 1887, pode-se constatar apenas 342 pessoas cativas, sendo 169 do sexo masculino e 173 do feminino, havendo uma redução de 45,7% no número de escravizados (APEPI, Palácio do Governo, cx. 417).

O supracitado “Resumo Geral dos Escravizados” aponta ainda domicílio, idade, estado civil e profissão dos escravizados; dos 342 escravizados, 100 residiam na zona urbana e 242 na zona rural.

No que respeita à idade, 211 possuíam menos de 30 anos; 86 com idade entre 30 e 40 anos; 32 com idade entre 40 e 50 anos; 10, entre 50 e 55 anos; e 3 com idade entre 55 e 60 anos. A documentação também possibilitou analisar o estado civil dos escravizados: do total de escravizados existentes, 333 eram solteiros e apenas 9 eram casados (APEPI, Palácio do Governo, cx. 417). O documento aponta apenas três atividades profissionais para os escravizados: agrícola (115), artista (115) e jornalista (112). Cabe destacar que, em outros documentos, desta mesma referência, foram encontrados trabalhadores destas três profissões exercendo suas atividades na zona urbana da cidade.

Se o documento do final da escravatura aponta apenas três atividades laborais, documentos do século XVIII e início do século XIX apontam que nas ruas da Parnaíba podiam ser encontrados escravizados realizando os mais variados trabalhos; havia escravizados exercendo funções de pedreiro, roceiro, fiandeiro, sapateiro, marinho e ferreiro. Nas casas senhoriais, os(as) escravizados(as) trabalhavam como domésticos, lavadeiras e cozinheiros. Destaque-se, em particular, a relação dos escravos do Dr. Virgulino Maria de Jesus para a percepção da composição do domínio senhorial, os ofícios e os valores dos escravizados do ano de 1886 (APEPI, Relação da Classificação de Escravos no Município de Parnaíba, cx. s.n.).

O senhor contava com oito escravizados, sendo seis homens e duas mulheres. Os homens estavam assim descritos: Januário, pardo, 46 anos, solteiro, natural do Maranhão, pedreiro, tendo valor de 600 mil réis; Raymundo, pardo, 40 anos, solteiro, natural do Maranhão, roceiro com valor de 800 mil réis; Adrião, mulato, 32 anos solteiro, natural do Maranhão, roceiro, com valor de 800 mil réis; Pedro, preto, 21 anos, solteiro, natural do Piauí, roceiro, com valor de 900 mil réis; João, pardo, 18 anos, solteiro, natural do Piauí, roceiro, com valor de 900 mil réis; e Joaquim, pardo, 21 anos, solteiro, natural do Piauí, roceiro, com valor de 900 mil réis. As mulheres estavam assim descritas: Damásia, parda, 38 anos, solteira, natural do Piauí, fiandeira, e seu valor era de 600 mil réis; e Rosa, mulata, 30 anos, solteira, natural do Piauí, fiandeira, e seu valor era de 600 mil réis. Na época, o preço de um cavalar de fábrica era de mil réis. O menor valor de um escravizado do senhor Virgulino era de 600 mil réis, ou seja, com a quantia era possível comprar 600 cavalos de fábrica (APEPI, Relação da Classificação de Escravos no Município de Parnaíba, cx. s.n.).

Diante da valorização dos escravizados, chama atenção o processo de compra de alforrias em Parnaíba. Ao analisar a documentação do século XIX, percebe-se a existência de um fundo destinado a financiar as cartas de liberdade dos escravizados da Província do Piauí. O Fundo de Emancipação era de caráter nacional, mas “cada Província recebia a sua cota em parcelas, e através do juizado de Órfãos dos municípios, pagava, a dinheiro, aos proprietários, a liberdade de escravos” (CHAVES, 1998, p. 195). Contudo, ao realizar pesquisa nos arquivos do Cartório Almendra, localizado no centro da cidade de Parnaíba, encontrou-se em documentos nos livros de notas de número 22, um número significativo de escravizados comprando, diretamente, sua carta de alforria.

Segundo monsenhor Joaquim Chaves (1998), os escravizados poderiam, com a ajuda de esmola e donativos, juntar dinheiro suficiente para comprar sua carta de alforria. Ao realizar sua pesquisa nos jornais do século XIX, o clérigo encontrou um artigo no jornal *A Época*, de 19 de novembro de 1885, cujo teor evidencia que esse negócio entre senhor e escravizado, envolvendo a compra da carta de liberdade, era muito delicado e, em alguns casos, muitos senhores ludibriavam os escravizados, como ocorreu na cidade de Parnaíba.

Fato grave - o atual juiz municipal da cidade de Parnaíba, bacharel Francisco Botelho de Andrade, apossando-se do pecúlio de sua escrava de nome Eufêmia, não satisfeito em recusar-se a passar-lhe a carta de liberdade, não quer restituir ou depositar aquela importância, montante a cento e setenta e tantos mil réis, conforme nos informaram daquela cidade pessoas a quem a referida escrava declarou o destino que dera a esse dinheiro, obtido por esmolas que pedira a diversas para liberta-se (CHAVES, 1998, p. 196).

A citação acima nos convence de que, além de enfrentar as dificuldades mais adversas para conseguir juntar elevadas quantias em dinheiro para comprar sua carta de alforria, o escravizado, em alguns casos, ainda tinha que enfrentar as artimanhas de seu senhor. No Cartório Almendra, conseguimos encontrar, nos últimos dois anos da escravatura, 15 documentos relativos a cartas de liberdade de escravizados; deste total, em apenas um o senhor concedia gratuitamente a liberdade ao escravizado e em outro o senhor concedia liberdade à escravizada sob condição:

Registro da carta de liberdade do escravo Augusto que foi do senhor (?) Rubens de Miranda Rego. O abaixo assignado declara que concede gratuitamente plena liberdade ao seu escravo de nome Augusto, de cor parda, com trinta e sete annos de idade, solteiro, natural desta Província, com filiação desconhecida, pedreiro que se acha matriculado na alfandega desta cidade, sob número

268 da ordem das matriculas e número 670 da matricula (?), pelo que, pode o mesmo escravo gozar de hoje para sempre de sua liberdade. Parnaíba, 10 de novembro de 1887 (CARTÓRIO ALMENDRA, Livro de Notas n. 22).

Registro de carta de liberdade da escravizada Raimunda. Pela presente declaro livre a minha escrava de nome Raimunda, de idade de dezessete annos, quando por doação do (?) Coelho de Rezende, matriculada na cidade de Theresina sob número duzentos e nove, com a condição de servir-mo amando por espaço de cinco annos, ficando em sua obrigação alimento e (?). Parnaíba, 16 de agosto de 1887. Bernardo (?) Leal Castello Branco (CARTÓRIO ALMENDRA, Livro de Notas n. 22).

Em Parnaíba, ainda que com reduzido número de escravizados nas ruas às vésperas da abolição, o poder público não poupava esforços para controlar a vida dos escravizados. O Código de Posturas do município de 1874 e seguintes, regulava que “o escravo que for encontrado nas ruas da cidade sem bilhete de seu senhor ou encarregado depois do anunciado o silêncio, será recolhido a prisão e no dia seguinte sofrerá de doze a trinta e seis palmatoadas, depois do que será entregue a seu senhor ou encarregado com o cabelo devidamente raspado” (APEPI, Leis, decretos e resoluções, cx. 03). Em Parnaíba, o sistema manteve-se firme na dominação e punição de escravizados até os últimos suspiros da escravidão.

3 Conclusão

Pelo exposto, conclui-se que o comércio em Parnaíba tornou-se, progressivamente, ao longo do século XIX, a principal atividade econômica. Nele, constatou-se a regularidade do contrabando de mercadorias, incluindo o de escravizados. A entrada no porto de Parnaíba desses trabalhadores destinava-se, sobretudo, ao abastecimento do mercado de outras regiões, embora alguns fossem destinados aos sertões da própria província. Os que permaneceram na cidade desempenharam os mais variados ofícios e serviços, nas casas senhoriais e nas ruas.

As últimas décadas da escravidão encontraram uma reduzida população cativa em Parnaíba, o que provavelmente contribuía para o elevado preço dos trabalhadores. Contudo, em que pesem vultosas somas, os escravizados pareciam não medir esforços para obter a alforria através da compra. Às vésperas da abolição, e com poucos cativos, o município mantinha com o mesmo rigor o sistema de controle e punição dos escravizados.

Referências

A ORDEM. Teresina, a. II, n. 42, 16 abr. 1854.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO PIAUÍ - APEPI. Fundo: Poder Executivo. Série: Falas, Mensagens e Relatórios do Executivo Provincial e Estadual. Período: 1845-2002. Caixa: 04. Envelopes: 43 a 52 de 1872 até 1877.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO PIAUÍ APEPI. Fundo: Palácio do governo. Série: não tem. Subsérie: Escravos. Século XIX. Anos: não tem. Caixa: 417.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO PIAUÍ - APEPI. Relação da Classificação de Escravos no município de Parnaíba. Século XIX: anos 1835 e 1886. Caixa: s.n.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO PIAUÍ - APEPI. Fundação Cultural do Piauí. Assunto: Leis, decretos e resoluções. Anos: 1874 a 1884. Caixa: 03.

CARTÓRIO ALMENDRA. Livro de notas, n. 22. Parnaíba, 22/06/1887 a 30/04/1888.

CHAVES, J. R. F. (Monsenhor). *Obra completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

FALCI, M. B. K. *Escravos do sertão*: demografia, trabalho e relações sociais. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

LIMA, S. O. *Braço forte*: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí: 1822-1871. Passo Fundo: UPF, 2005.

LIMA, S. O. Trabalho escravo nas charqueadas do Piauí: uma aproximação. *Informe Econômico*. Teresina, a. 7, n. 15, 2003.

O CONCILIADOR PIAUHYENSE. Teresina, a. I, n. 15, 24 ago. 1857.

PAULA, A. N. *A carreira marítima Parnaíba-Lisboa*: finais do século XVIII, 1779-1793. Teresina. Edufpi, 2000.

PINHEIRO, A. P.; MOURA, C. (Org.). *Conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba*. Teresina: Superintendência do Iphan no Piauí, 2010.

REGO, J. M. A. N. *Dos sertões aos mares*: história do comércio e dos comerciantes da cidade de Parnaíba - Piauí. Teresina: Edufpi, 2013.

SILVA FILHO, O. P. *Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 2007. v. II-III.

***Historiador; membro do Núcleo de Pesquisa Documentação e Memóriado Piauí (Nupem) e do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista, ambos da Universidade Federal do Piauí (UFPI); tutor do curso de Especialização em História Social da Cultura, do polo de Uruçuí.**

****Professor Doutor do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI.**

A QUESTÃO ÉTICA NAS CONSIDERAÇÕES DE WITTGENSTEIN

Por Diana Patrícia Ferreira de Santana*

Resumo: o texto tem por objetivo abordar uma reflexão inicial sobre o tema da ética na obra de Wittgenstein a partir de duas questões centrais: (a) existiriam formas alternativas de expressar os valores éticos além daqueles expressos pela linguagem?; (b) a expressão artística constitui uma forma alternativa de linguagem capaz de expressar valores éticos absolutos?

Palavras-chave: Wittgenstein. Ética. Estética.

Abstract: the text is intended to address initial thoughts on the topic of ethics in Wittgenstein's work from two central questions: (a) would there be alternative ways of expressing the ethical values than those expressed by the language?; (b) is artistic expression an alternative form of language capable of expressing absolute ethical values?

Keywords: Wittgenstein. Ethics. Aesthetics.

1 Introdução

O objetivo dessa reflexão tem por missão problematizar e compreender o sentido da questão ética nas considerações de Ludwig Wittgenstein tendo em vista a dificuldade de conciliar a contingência da vida humana aos valores absolutos expressos na ideia de um sumo bem ou da felicidade. Noutras palavras, interessa-nos como Wittgenstein resolve o estatuto dos valores absolutos da ética com sua prerrogativa das vivências particulares. Existiriam formas alternativas de expressar os valores éticos além daqueles expressos pela linguagem? A expressão artística constitui uma forma alternativa de linguagem capaz de expressar valores éticos absolutos?

Wittgenstein constata, em nós, uma forte tendência à transgressão. Esse ímpeto que nos impele contra os limites da linguagem é ético. Se a ética esbarra nos limites do verbalizável, pois se caracteriza por um modo de agir; então,

experiências que tenham o silêncio como paradigma poderiam sugerir uma compreensão ética sobre o mundo?

Tomar a ética como objeto de estudo não é tarefa fácil nem simples. Há uma variedade de concepções que ora se completam, ora se distanciam, pois as questões dos valores humanos se transformam historicamente. Muitas vezes nos perguntamos se deveríamos encarar a ética como aquilo que desejamos ou aquilo que todos desejam; se ela é um imperativo moral ao qual devemos obedecer ou uma ação consciente que devemos colocar em prática; se é uma virtude com a qual se nasce ou um hábito que se cultiva. Inúmeras páginas já foram escritas para responder a essas dúvidas, mas nosso recorte procurará destacar as contribuições do filósofo austríaco.

2 Questões Metodológicas e Bibliográficas

Trataremos o tema a partir de uma reconstrução teórica e analítica revisitando a obra de Wittgenstein e buscando subsídios que reforcem as hipóteses levantadas a partir de seus principais comentadores. Adotaremos o estilo terapêutico wittgensteiniano, pois, segundo Spaniol (1989), ele permite contornar algumas dificuldades advindas de uma leitura metafísica que tropeça, quase sempre, na assunção de alguma tese ou teoria.

Acatamos a empreitada de levar a cabo essa reflexão como uma atividade filosófica que, para o nosso autor, constitui uma “luta contra o enfeitiçamento de nosso entendimento por meio de nossa linguagem” (WITTGENSTEIN, 2009, p. 52e). Portanto, o método do qual nos serviremos é o método terapêutico de Wittgenstein, que consiste na elucidação do problema ou, como sugere Spaniol (1989), na recordação da gramática e de como empregamos as palavras. O fato de muitos problemas filosóficos estarem emaranhados na tessitura da linguagem deve-se ao fato de ela ser o meio pelo qual o pensamento se articula e se desenvolve. De modo diverso ao que se costuma empregar na ciência para a compreensão dos fatos, na filosofia, a clareza advém de algo que já se postava diante de nós. A missão é, portanto, compreender.

Entre as obras que orientarão nossas análises e inquirições incluímos a edição bilingue do “Tractatus lógico-philosophicus” (WITTGENSTEIN, 2001) traduzida e comentada pelo professor Luiz Henrique Lopes dos Santos, a “Conferência sobre ética” (WITTGENSTEIN, 1995) ministrada por Wittgenstein em 1929-1930 e os “Notebooks: 1914-1916” (WITTGENSTEIN, 1961), editados por G. H. Von Wright. Resumir a produção bibliográfica de Ludwig Wittgenstein e seus principais comentadores seria uma tarefa hercúlea em face da enorme repercussão de suas ideias e do tamanho de sua obra; por isso, nosso foco recairá sobre a bibliografia especificamente pertinente aos problemas anteriormente mencionados.

A obra de Wittgenstein costuma ser dividida em duas fases: a do “Tractatus lógico-philosophicus” (WITTGENSTEIN, 2001), publicada em 1921, que dialoga com as questões da filosofia analítica colocadas por Frege, Russell e os intelectuais do Círculo de Viena; e a das “Investigações filosóficas” (WITTGENSTEIN, 2009), obra publicada postumamente em 1953 e na qual o autor abandona o dogmatismo e cientificismo da fase anterior. Nessa segunda etapa, Wittgenstein decide abandonar a busca por uma essência da linguagem

e prefere, como ele próprio afirma, empreender uma terapia da linguagem. A mudança na sua concepção de linguagem tem um impacto sobre a sua concepção ética, mas nos deteremos na fase que concerne às principais ideias do *Tractatus* (WITTGENSTEIN, 2001).

3 Ética e Estética

A reflexão inédita de Wittgenstein sobre ética e que torna sua elaboração original com relação a seus predecessores compreende as vivências humanas como fatos, mas esses fatos se referem à particularidade de quem as viveu, são contingentes. Entretanto, elas parecem ter um valor universal no sentido de reportarem a uma experiência singular sobre questões da vida humana cujo teor é de ordem absoluta, tais como culpa, medo, amor, angústia etc. Dessa contradição entre o particular e o absoluto, surge a tendência, quiçá uma necessidade do homem, em querer definir a culpa, o medo, o amor, a angústia etc. Questões sobre as quais a linguagem perde sua função designativa, pois não podemos dizer o que elas são **em si**, apenas nos apropriar da linguagem para descrever situações nas quais elas estão envolvidas. Haller (1991, p. 49) acredita que “o reconhecimento desse paradoxo no fundo é o elemento que distingue a reflexão wittgensteiniana sobre a essência do Ético de todas as outras teorias da ética da história da filosofia.”

E o que são, afinal, esses valores absolutos? Essências de experiências particulares? Wittgenstein diria que é uma questão que não se coloca, é uma falsa questão. Existem questões de **valor** absoluto, mas não valores absolutos *stricto sensu*. Enunciados metafísicos, que dizem respeito ao **Ser** das coisas não poderem ser revestidos da clareza que tem, por exemplo, um enunciado científico ou lógico, pois estes dizem respeito às coisas do mundo, enquanto aqueles estão fora do mundo e padecem, essencialmente, de falta de clareza. Sobre os enunciados metafísicos paira uma névoa de indistinção que impede a classificação entre o sumo bem e o mal. Essa dicotomia perde a referência. Em “Notebooks”, Wittgenstein sugere que “A vida feliz **parece**, em algum sentido, mais harmônica do que a infeliz. Em que sentido? Qual é a marca **objetiva** da vida feliz, ou harmônica? É claro que não existe uma tal marca, em condições de receber descrição” (WITTGENSTEIN, 1961, p.78e, grifo nosso).

E não existe mesmo! O que existe é uma forte compulsão do homem em associar o temo **feliz** a

um estado que evoca a harmonia. É difícil pensar em uma triste felicidade. Ao procurar definir, tentar explicar uma vivência particular intensa, a linguagem parece diminuir a experiência e roubar-lhe a essência. A angústia se essencializa na vivência, não descolada desta. Não há como dizer o que é a angústia **em si**, por isso o filósofo austríaco recomenda o silêncio.

É possível conhecer o teor dessa vivência? Wittgenstein não prescreve qualquer ação, mas mostra em suas obras que existem vias por meio das quais elas se expressam. A arte, as experiências da religiosidade e da guerra, por exemplo, se oferecem como caminhos possíveis, uma vez que sobre os fatos da vida as explicações científicas e lógicas são insuficientes.

Há, nas considerações de Wittgenstein, um forte nexos entre vontade e ética.¹ A vontade é portadora do bem e/ou do mal. Agir conforme o bem ou o mal é escolher agir eticamente ou não. Esse ato vigora mesmo quando apenas queremos (em pensamento), pois querer é uma atividade da vontade. Todavia, poderia existir um homem sem qualquer vontade? Que tivesse apenas ideias? Segundo Wittgenstein (1961), isso seria impossível, mas, supondo que existisse tal homem, existiria também um mundo sem ética. “O Mundo e a Vida são um só” (WITTGENSTEIN, 1961, p. 77e). A vida está além do seu funcionamento fisiológico e psicológico; a vida, segundo Wittgenstein, é o mundo; e a ética deve ser uma condição do mundo.

Logo após essas considerações, Wittgenstein (1961, p. 77e) postula que “Ética e Estética são uma só”, sugerindo, a nosso ver, que também a estética é condição de mundo, pois também ela é uma forma de agir; de um agir não necessariamente racional. A estética se debruça sobre nossas percepções, sensações e estabelece, por meio delas, experiências acerca do belo, do medo, da angústia etc. Wittgenstein (1961, p. 85e) entende a arte como um tipo de expressão e considera que “A obra de arte é o objeto visto *sub specie aeternitatis* [sob a forma da eternidade]; e a boa vida é o mundo visto *sub specie aeternitatis*. Esta é a conexão entre arte e ética.”

Por essa razão, tomo de empréstimo a máxima proferida por Ferreira Gullar (2010, n.p): “A arte existe porque a vida não basta.” As questões fundamentais da vida são não definíveis, embora passíveis de compreensão. A compreensão poderia se dar por meio da linguagem, mas de uma linguagem que não define, não classifica nem ordena. Para dizer aquilo que não pode, a linguagem deveria sofrer uma metamorfose (no

sentido grego do termo), transformar-se em algo que se mostra, que se expressa.

A ideia de que a experiência estética poderia ser essa outra linguagem que fala dos valores absolutos por outra via não é nova, destarte, para Wittgenstein, o desafio é transformar sua própria escrita em arte, em um modo de dizer e fazê-lo, artisticamente. Ernest Gellner (2004, p. 99), que confere ao *Tractatus* o *status* de poema à solidão, sugere que Wittgenstein atinge esse objetivo ao fundir o ético e o estético: “A estética foi realmente mais importante do que a ética. Pelo menos, a ela não pode ser dado um *status* inferior.” A escolha do estilo aforístico e da estrutura em tópicos parecem ter tido um propósito, uma vez que a questão central do *Tractatus*, segundo Wittgenstein (2001), é a perspectiva ética e ele limita o ético de seu interior recomendando o silêncio. O próprio Wittgenstein reforça na proposição 6.421 da obra, e que já foi citada no “Notebooks”: ética e estética são uma só (WITTGENSTEIN (2001). O silêncio do qual o *Tractatus* é investido, como postulei em minha tese de doutorado, “não surge porque não se tem algo a dizer, ou porque se tem pouco a dizer; ao contrário, o silêncio nessa obra surge por se ter muito a dizer e *o como dizer* é o cerne do problema” (SANTANA, 2015, p. 52).

Por outro lado, a existência de um ente metafísico, ou seja, de um sujeito que não é parte do mundo real, mas que seja portador dos valores absolutos humanos é verossímil e parece tão clara como a existência do mundo. Por acreditar nisso é que os homens criam deuses. Machado (2010, p. 74, grifo nosso) pondera que:

A ética não pode ser demonstrada em palavras porque não existe no mundo representação plausível de valor absoluto, próprio do ser da ética. A ética é uma realidade transcendental, de modo que tem por intenção abarcar **todas** as significações particulares.

O autor conclui, logo após a passagem supracitada, que a “ação mais coerente do homem, frente à reflexão ética é o silêncio, que se consolida em uma proeminente atitude filosófica” (MACHADO, 2010, p. 74). Ora, sabemos que abarcar todas as significações particulares é uma intenção fadada ao fracasso, pois elas são infinitas. O termo *todas* é uma abstração que tem apenas valor teórico. De fato, a ética é uma realidade transcendental, mas ela não tem a intenção de abarcar todas as significações particulares; ao contrário, todas as significações particulares até agora conhecidas alçam tornar-se essa realidade transcendental. Uma concepção sobre ética é construída paulatinamente à medida que novas experiências, às quais associamos valores, vão se cruzando, completando-

se, antagonizando-se e ampliando-se por meio de várias relações.

Contrariamente à resignação de Machado, entendo que o silêncio é apenas uma preparação, um recolhimento necessário. A atitude filosófica deve superar o silêncio em direção a uma atitude ética, pois o silêncio é signo de algo que deve ousar converter-se em expressão. O silêncio absoluto é inadmissível para o homem. Se o limite do mundo esbarra nos limites da linguagem, “ir além do mundo é ir além da linguagem significativa” (WITTGENSTEIN, 1995, p. 220). Ir além dessa linguagem não é aceitar o silêncio, nem abandonar a linguagem; talvez seja abandonar a linguagem que generaliza, que define e objetiva, e buscar formas alternativas de expressão.

Nota:

⁽¹⁾ A concepção ética de Wittgenstein nessa fase de elaboração é tributária de Schopenhauer.

Referências

GELLNER, E. *Language and solitude: Wittgenstein, Malinowski and the Habsburg dilemma*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

GULLAR, F. “A arte existe porque a vida não basta” diz Ferreira Gullar. Globo, Paraty, 07, 08, 2010. G1. Entrevista concedida a Luciano Trigo. Disponível em <<http://g1.globo.com/pop-arte/flip/noticia/2010/08/arte-existe-porque-vida-nao-basta-diz-ferreira-gullar.html>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

HALLER, R. A ética no pensamento de Wittgenstein. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, jan./abr. 1991. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artt>. Acesso em: 23 mar. 2015.

MACHADO, E. J. A inefabilidade do conceito de ética em Ludwig Wittgenstein. *Theoria*, Pouso Alegre, v. 2, n. 5: p. 74-86, 2010. Disponível em: <http://www.theoria.com.br/educacao0510/a_inefabilidade_do_conceito_de_etica_em_ludwig_wittgenstein.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2015.

SANTANA, D. P. F. *As formas do silêncio na vida e obra de Wittgenstein e na aprendizagem da matemática escolar*. 2015. 140 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SPANIOL, W. *Filosofia e método no segundo Wittgenstein: uma luta contra o enfeitiçamento do nosso entendimento*. São Paulo: Loyola, 1989. (Filosofia, 11).

WITTGENSTEIN, L. *Notebooks: 1914-1916*. New York: Harper Torchbooks, 1961.

WITTGENSTEIN, L. Conferência sobre ética. In: DALL'AGNOL, D. *Ética e linguagem: uma introdução ao Tractatus de Wittgenstein*. 2. ed. Florianópolis: Unisinos, 1995.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico philosophicus*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

WITTGENSTEIN, L. *Philosophical investigations*. Hong Kong: Wiley-Blackwell, 2009.

*** Professora do Instituto Federal de São Paulo - Campus Bragança Paulista, Doutora em Educação pela Unicamp.**

A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DA CRISE ATUAL

Por Francisco Prancacio Araújo de Carvalho* João Paulo Farias Fenelon** e João Batista Lopes***

A economia brasileira tem sido pauta importante no debate político, científico e social. As preocupações com os problemas econômicos e, especialmente, com as contas públicas vêm trazendo aflições e inspirações para se pensar o modelo de economia adotado no País, suas implicações e perspectivas sobre a trajetória econômica e social. Nesse sentido, analisar a macroeconomia brasileira em diálogos tornou-se o objetivo deste artigo, que contempla inquietações, inspiração, teorias e discussões sobre economia, o Brasil e a crise. O mesmo surgiu a partir de estímulos do professor Márcio Martins Napoleão Braz e Silva e do doutoramento em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Não se pode falar que a crise atual é oriunda de bruscas alterações da economia. Os indicadores macroeconômicos apresentados pelo Banco Central do Brasil (2015a, 2015b, 2015c), Fundo Monetário Internacional - *International Monetary Fund* (IMF, 2015) - e Tesouro Nacional (2015) mostram que não houve mudança severa de curto prazo. De fato, existia uma trajetória com tendência em longo período de quedas das taxas de investimentos, do ritmo de crescimento econômico, do saldo das transações correntes e até da taxa de desemprego; e a inflação já vinha em tendência crescente desde 2006. Esses indicadores, em geral, parecem ter atingido o limite em 2014 com a crise nas contas públicas acompanhada, sequencialmente, de crise política. Consolida-se uma crise do governo, incluindo a falta de estrutura para fazer frente a suas despesas e uma emblemática crise política

atrelada à econômica. Assim, pode-se falar em crise econômica de causas de política e da política.

O que recentemente veio se transformar em uma grande crise política foi consequência das políticas econômicas, revelada, principalmente, após o ano de 2012. O tripé macroeconômico (metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário) ainda coincidiu com um período anterior em que o desemprego estava diminuindo, a inflação convergindo para a meta e a taxa de juros caindo. O Brasil estava promovendo avanços sociais e crescimento com evolutiva inclusão.

Os rumos adotados pela política econômica brasileira de curto prazo, guiada principalmente pelos princípios monetários desde 1994, têm colaborado para estabilidade de importantes indicadores da economia; entretanto, contribui para o alargamento de vários problemas crônicos de ordem econômica, das contas públicas e do meio social. Não se tem conseguido paralelamente canalizar recursos para alavancar efetivamente uma economia real sólida, competitiva e sustentável. A trajetória dos investimentos ficou relativamente estagnada com tendência de queda recente; vem ocorrendo a elevação da dívida pública; e os juros e amortização do capital têm forte peso nas receitas públicas (BACEN, 2015a, 2015b, 2015c; IMF, 2015; TESOURO NACIONAL, 2015). A desindustrialização, a baixa competitividade da economia brasileira e a importância do esforço para uma economia baseado em ganhos de divisas externas (*commodities*) são também questões em debate.

A estabilidade da economia brasileira não é o único desafio; a mesma precisa elevar sua taxa de crescimento; entretanto, um dos setores de importante efeito dinâmico, a indústria, principalmente a de transformação, teve forte contração em seu conjunto e na participação dos bens manufaturados nas exportações durante o período 1998-2014 (FENELON; NOBRE; ROCHA, 2015).

A abertura econômica pode colaborar para elevação da produtividade e da modernização; contudo, os governos tendem a regular a atividade apenas com o objetivo de conservar empregos, desconsiderando o aspecto dinâmico da oferta. Esta visão pode dificultar a destruição criativa das empresas, pois as variações nos padrões tecnológicos podem implicar em oscilações na taxa de desemprego de curto prazo (SPENCE, 2011).

O câmbio apreciado e os elevados juros reais também são questões importantes. Aquele se justifica pelo temor do retorno da inflação; e a elevada taxa de juros real tem sido o principal instrumento utilizado para sustentá-lo, desde a implantação do Plano Real. Ambos, no entanto, atuam negativamente sobre o lado real da economia. Os investimentos se deslocam de setores produtivos para financeiros; *deficits* nas transações correntes tornam-se frequentes; e ocorre perda de competitividade da indústria no setor externo (GIAMBIAGI et al., 2011).

É preciso retomar a discussão sobre a política monetária utilizada desde 1994. Seu comportamento contracionista, após a implantação do Plano Real, foi considerado adequado diante do *boom* de consumo (já esperado e que geralmente ocorre após a implantação de um plano de estabilização). Em seguida, ela poderia ter-se tornado mais branda; entretanto, isso não ocorreu. O Brasil manteve a âncora cambial implantada em 1994 até 1999, a qual só foi sustentada por meio de elevados juros. Além disso, o País continuou com crescente endividamento interno e externo. A fórmula utilizada para contrabalanceá-los foi através de forte ajuste monetário com elevação dos juros (GIAMBIAGI et al., 2011). Já nos anos 2000-2010, o governo poderia ter relaxado um pouco mais a taxa de juros real, pois as contas públicas estavam se ajustando, não haviam grandes problemas externos e a inflação estava sob controle. É possível, portanto, que durante o período tenha havido um mau equilíbrio no mercado monetário.

Apesar dos juros altos, o País estava conseguindo diminuir até 2013 a relação dívida total líquida/produto interno bruto; indicador muito positivo para a consolidação da estabilidade,

redução da percepção de risco do País e, conseqüentemente, da taxa de juros (RESENDE, 2011).

Deve-se destacar no Brasil os conflitos entre os modelos desenvolvimentista e de estabilização. O primeiro sofre resistência popular por conta dos possíveis custos envolvidos, sobretudo devido à possibilidade de perda no poder de compra das famílias, ainda que seja apenas no curto prazo. Já o segundo parece estar em vantagem na opinião pública pelo êxito que logrou em seu objetivo principal: a estabilização dos preços.

Essa é uma matéria de longo debate teórico; destaca-se aqui apenas a possibilidade prática de uma compatibilidade entre os dois modelos ao longo do tempo, algo parecido como vinha ocorrendo no Governo Lula. O sucesso da compatibilidade estaria em superar dois desafios: o primeiro seria a escolha que fora adotada, na época do modelo desenvolvimentista, em voltar-se exclusivamente à industrialização, negligenciando os seus impactos no desenvolvimento regional e na desigualdade de renda; e o segundo está por trás do baixo crescimento econômico em curso desde 1994 e diz respeito às políticas contracionistas, fiscal e monetária, que têm provocado obstrução da indústria e do crescimento (BASTOS, 2012; FERREIRA; FRAGELLI; BRESSER-PEREIRA, 2014).

Não se pode deixar de pensar na estrutura da política econômica baseada em princípios incapazes de sustentar e promover o desenvolvimento sólido da economia real no longo prazo; um modelo, em geral, sem fortes alterações estruturais ao longo do tempo, adotado a partir de 1994, como argumento de diversos autores, dentre os quais Costa Filho (2006).

Os fundamentos da crise têm associação e causas fundamentais no equívoco da política econômica, na crise política e no uso de um modelo irregular, benéfico ao centro do capital e ao poder, como defende Costa Filho (2008, 2011a, 2011b, 2014). Seu controle e superação não deveriam ser atrelados a medidas tradicionais de custos sociais elevados que continuam a cegar a racionalidade e aprofundam, no longo prazo, os mesmos problemas.

O relaxamento do tripé macroeconômico pode ser também entendido como igual distanciamento no uso do modelo de estabilização adotado desde a implantação do Plano Real em 1994 e de uma aproximação ao desenvolvimentismo; mas ao longo de um bom período mantém sua essência de política monetária restritiva, via financiamento público e política de curto prazo com efeitos duvidosos sobre o bem-estar coletivo, sem bases

sólidas no planejamento econômico da economia real que crie um projeto de nação prático e alcançável, transformador qualitativamente da sociedade. Isso custa caro e amplia, no longo prazo, os efeitos perversos sobre a economia e seu povo. Apesar de sua fundamental importância inicial, o contínuo processo de estabilização não tem sido capaz de associar-se às estratégias de desenvolvimento.

Em essência, existe uma relação de dependência financeira, tecnológica e econômica de trocas desfavoráveis, como já destacaram estudos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). Parte importante de recursos econômicos são direcionados ao pagamento de juros em um processo de indexação aos títulos públicos. Amplia-se progressivamente a dívida em situação perigosa, gerando crise fiscal grave e insustentável sob dominância do credor; não fundamentalmente atrelada ao desenvolvimento das atividades produtivas.

Como afirma Furtado (1999), está-se em uma era pós-keynesiana em que se percebe a evolução das estruturas de poder transnacionais, irregularidade no avanço das plurinacionais e a atrofia das nacionais, em que os processos econômico e político captam os sistemas de dominação social, atrofiando as estruturas internas das economias e a ideologia do bem-estar coletivo e abrem espaço para o domínio da racionalidade mercantil.

A implantação do capitalismo industrial alavancou as forças sociais para um bem-estar coletivo baseada nos ideais socialistas e na participação do Estado para alocar renda ao meio social sob um ideal da socialdemocracia. Ao final do século XX, o capitalismo avançado permitiu os aumentos da competitividade e da criatividade, a hipertrofia da inovação de produtos, a expansão do consumismo e, portanto, as ampliações do poder, da participação e da renda do capital. O pleno emprego de Keynes ficou em segundo plano e houve a desagregação da base social com aumento da criminalidade e atenuação da coesão social (FURTADO, 1999).

Cardoso Jr. e Siqueira (2009, p. 9) afirmam que as discussões sobre natureza, alcances e limites do desenvolvimento no capitalismo contemporâneo

[...] se torna particularmente relevante agora, uma vez passadas a avalanche neoliberal das décadas de 1980 e 1990 e suas crenças em torno de uma concepção minimalista de Estado. Diante do malogro do projeto macroeconômico neoliberal (baixas e instáveis taxas de crescimento) e suas consequências negativas nos planos social e político (aumento das desigualdades e da pobreza e o enfraquecimento dos mecanismos democráticos), evidencia-se já na primeira década do

novo século certa mudança de opinião a respeito das novas atribuições dos Estados Nacionais.

[...] Embora a ênfase das políticas domésticas ainda esteja centrada na harmonização e homogeneização das estruturas de produção e distribuição, nos controles orçamentários e na inflação, começa a haver algum espaço para ações mais abrangentes e ativas dos Estados visando tanto à recuperação do crescimento econômico como ao combate à degradação das condições de vida, ações estas que dizem respeito à viabilidade e à sustentabilidade dos sistemas ambientais, de produção e de proteção social em geral.

Necessita-se planejar o caminho de longo prazo da economia brasileira realizando as reformas estruturais capazes de reconduzir a economia em fundamentos atrelados à economia real que minimize os riscos e estrangulamentos de longo prazo; elencar a prioridade nas alterações sólidas da base do processo de produção sustentável e no desenvolvimento econômico, um projeto de nação colocado em prática. Isso passa por transformações sólidas na gestão pública e privada e até nas questões culturais.

Precisa-se alterar os rumos da política econômica e social de maneira que favoreça os pilares da economia e do bem-estar coletivo. Isso escapa da dinâmica das discussões e do objeto no meio social e as forças do mercado sufocam a possibilidade de elevação do bem-estar da coletividade, provocando destruição das bases da economia e de importantes valores humanos.

É preciso um contínuo compromisso do Estado na condução econômica, além da implantação de reformas institucionais que forem surgindo conforme as necessidades de ajuste. Isso só pode ser possível com a definição de um conjunto de regras essenciais que regem uma sociedade. As regras do jogo (as instituições) serão neste caso as regras que conduzem a relações em sociedade (NORTH, 1990).

Assim, países que optam por instituições extrativistas tendem a apresentar desproporcionalidades no poder de barganha entre os indivíduos. Grupos poderão ser beneficiados e o bem-estar social não será a finalidade. Por outro lado, quando os países optam por instituições inclusivas, os benefícios do aumento da riqueza serão capazes de serem difundidos a todos; toda a sociedade estará apta a fazer parte do processo de construção e ajuste do modelo (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012). Destaca-se, neste caso, que o Brasil, com a redemocratização e a nova Constituição Federal (de 1988), deu importante passo para se tornar mais inclusivo e diminuir as desigualdades. Ressalta-se, no entanto, que as instituições inclusivas de um país não podem ser consideradas como condição suficiente para mantê-lo na trajetória de

desenvolvimento; é preciso que elas sejam asseguradas com reformas ao longo do tempo.

As instituições são todas as normas legais, sociais e convenções existentes; por isso, a cultura e as ideologias também possuem grande importância (FIANI, 2011). Um padrão cultural pode inviabilizar a implantação de determinado modelo e das normas que venham a ser necessárias. A complexidade torna-se mais clara à medida que o padrão cultural possa obstruir a utilização de arranjos institucionais que seriam mais produtivos economicamente. É possível que o modelo econômico mais eficiente e o padrão cultural sejam incompatíveis. Tal rejeição se explica pelas diferentes formações culturais; foi o caso do arranjo britânico durante o período colonial, que pôde se encaixar de maneira adequada ao padrão cultural dos Estados Unidos, mas que, por outro lado, não teve sucesso na cultura milenar da Índia. A adaptação dos Estados Unidos o levou a um longo período de crescimento econômico; já a Índia não avançou (NORTH, 1990).

Na economia, a produção depende de um elevado grau de articulações. As relações são desiguais e não existe um equilíbrio equitativo. Entre as Instituições, existem elevadas relações de dependência e desigualdade; por isso é importante a sociedade pensar e agir de forma complexa.

Continuar-se-á agroexportador? Quais as principais importações? Os esforços de exportações criam as divisas necessárias? Por que sobra tão pouco, em média, na balança comercial? Por que se pagam elevados serviços da dívida? Quais as transformações que se têm feito nas indústrias? Aumento de competitividade? Subsídios? Por que as cadeias de produção nacionais, em boa parte, têm dependência de empresas internacionais? Como estão as patentes? Por que não se alavanca a formação de capital? O que se pode fazer?

Não se pode negar os benefícios baseados na socialdemocracia com programas de transferência de renda que, mesmo assim, ainda representam pouco do que o Estado direciona para o capital (COSTA FILHO, 2011b), mas, em geral, o modelo e a dinâmica da realidade brasileira evidenciam elevados custos para sociedade, pagamentos de serviços públicos em dobro, custos dos bens e serviços inflacionados pelo poder de mercado e sobre uma rede de especulação financeira, baixa distribuição de renda, falta de acesso pleno a saúde e saneamento, e de inúmeras outras importantes dimensões do desenvolvimento humano como apontou Sen (2000).

Não será possível ter maior eficiência na

condução do desenvolvimento? Opta-se pela alternativa de menor custo social? De maior benefício coletivo? Será que os indivíduos, em média, são ansiosos e imediatistas? Em essência, perderam a qualidade de humano? As representações geram um equilíbrio representativo? A plena liberdade e participação não permitem o ser livre e participativo? Além disso, a democracia é democrática? Ou a liberdade de expressão é interrompida pela insurdescência? O equilíbrio social pode ser melhorado? É aceitável a exacerbação do consumismo, enquanto muitos passam fome? É justo o acesso à saúde a poucos, enquanto milhares morrem sem o mínimo? Discriminação? Droga? Violência? Essa é uma sociedade de consenso?

Cardoso Jr. e Siqueira (2009, p. 10) mostram algumas opções para o desenvolvimento do Brasil

Ao longo do processo de planejamento estratégico em curso no Ipea, identificaram-se sete grandes dimensões ou eixos estruturantes para o desenvolvimento brasileiro, quais sejam: *i)* inserção internacional soberana; *ii)* macroeconomia para o pleno emprego; *iii)* infraestrutura econômica, social e urbana; *iv)* estrutura tecnoprodutiva avançada e regionalmente articulada; *v)* sustentabilidade ambiental; *vi)* proteção social, direitos e oportunidades; e *vii)* fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia.

As transformações do mundo passam por questões complexas. As instituições não são neutras. A liberdade pode não ser livre. As relações são desiguais, os interesses são individuais e os custos coletivos. Não se deve romper bruscamente com o modelo e com acordos interinstitucionais, mas se deve construir alternativas para transformá-lo a favor do Brasil. Não se pode cair em tentações enganosas. Como o tempo é variável fundamental, caso o percamos, a resiliência permitirá apenas o equilíbrio do qual perderemos a identidade.

Referências

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. *Dívida líquida e necessidade de financiamento do setor público*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SERIEDLSP>>. Acesso em: 10 nov. 2015a.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. *Histórico das taxas de juros*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>>. Acesso em: 18 nov. 2015b.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. *Série histórica do Balanço de Pagamentos - 5ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional (BPM5)*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAGBPM5>>. Acesso em: 05 nov. 2015c.
- BASTOS, P. P. Z. *A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. esp., p. 779-810, dez. 2012.

- CARDOSO JR., J. C.; SIQUEIRA, C. H. R. Introdução: a história como método e a centralidade do estado para o desenvolvimento das nações. In: CARDOSO JR., J. C. (Org.). *Desafios ao desenvolvimento brasileiro: contribuições do conselho de orientação do Ipea*. Brasília: Ipea, 2009. I. 1. p. 9-14. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro01_desafiosdodesenvolvimento09.pdf>. Acesso em: 15 maio 2013.
- COSTA FILHO, S. O neoliberalismo na economia brasileira: o que é neoliberalismo? *Texto de Discussão*, Teresina, a. 5, n. 10, maio 2006.
- COSTA FILHO, S. O processo de globalização e a lógica do capitalismo: a essência do capitalismo ainda é aquela? *Texto de Discussão*, Teresina, a. 7, n. 16, jul. 2008.
- COSTA FILHO, S. Ignorância, ingenuidade e hipocrisia. *Informe Econômico*, Teresina, a. 12, n. 25, p. 2-10, mar. 2011a.
- COSTA FILHO, S. Subvertendo o debate. *Informe Econômico*, Teresina, a. 12, n. 26, p. 2-16, nov. 2011b.
- COSTA FILHO, S. Globalização e crise: o jogo de ganha-ganha do capital financeiro. *Informe Econômico*, Teresina, a. 16, n. 31, p. 3-7, jun. 2014.
- FENELON, J. P. F.; NOBRE, E. N. M.; ROCHA, C. A. M. Indústria de transformação no Brasil: atual cenário e perspectivas para os próximos anos. *Informe Econômico*, Teresina, a. 17, n. 34, p. 55-60, jun. 2015.
- FERREIRA, P.; FRAGELLI, R.; BRESSER-PEREIRA, L. C. *Crítica desenvolvimentista e réplica liberal*. 2014. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Works/SmallPapers/2014/51.Cr%C3%ADtica_desenvolvimentista_r%C3%A9plica_liberal.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- FIANI, R. *Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- FURTADO, C. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GIAMBIAGI, F. et al. (Org.). *Economia brasileira contemporânea: 1945-2010*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND - IMF. *World Economic Outlook database*. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/02/weodata/download.aspx>>. Acesso em: 13 nov. 2015.
- NORTH, D. C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- RESENDE, A. L. A taxa de juros no Brasil: equívoco ou jabuticaba? *CLP Papers*, São Paulo, n. 6, p. 11-20, set. 2011.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SPENCE, M. *Os desafios do futuro da economia: o crescimento econômico mundial nos países emergentes e desenvolvidos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- TESOURO NACIONAL. *A dívida em grandes números*. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/a-divida-em-grandes-numeros>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

* **Professor do Departamento de Ciências Econômicas (Decon) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPI).**
**** Bacharel em Ciências Econômicas-UFPI.**
***** Professor da UFPI, Doutor em Ciências (Energia Nuclear na Agricultura) pela Universidade de São Paulo (1998).**

1) Não foi mencionado que a capa do Informe Econômico, na edição n. 34, de junho de 2015, que pode ser encontrada em <<http://ufpi.br/economia/index/pagina/id/5169>> foi inspirada na obra "Operários", de Tarsila do Amaral (1886-1973);

2) Na edição n. 34 desta publicação, de junho de 2015, na página 47, o nome correto de um dos professores que elaborou o artigo "DIFUSÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL: estratégias governamentais", é Eriosvaldo Lima Barbosa;

3) Estava incorreto o número de anos de existência da publicação Informe Econômico; portanto, é 18 o ano da presente edição, de dezembro de 2015, conforme o levantamento realizado nas edições anteriores, abaixo relacionadas:

Ano 1 - n. 01 - jun. 1997	Ano 11 - n. 18 - out./nov./dez. 2008
Ano 1 - n. 02 - set. 1997	Ano 12 - n. 19 - maio/jun. 2009
Ano 2 - n. 03 - mar. 1998	Ano 12 - n. 20 - jul./ago. 2009
Ano 2 - n. 04 - set. 1998	Ano 12 - n. 21 - set./out. 2009
Ano 3 - n. 05 - mar. 1999	Ano 12 - n. 22 - nov./dez. 2009 e
Ano 3 - n. 06 - jun. 1999	jan. 2010 (jan. 2010 é o a. 13)
Ano 3 - n. 07 - out. 1999	Ano 13 - n. 23 - fev./mar./abr. 2010
Ano 3 - n. 08 - dez. 1999	Ano 13 - n. 24 - nov. 2010
Ano 4 - n. 09 - mar. 2000	Ano 14 - n. 25 - mar. 2011
Ano 4 - n. 10 - jul. 2000	Ano 14 - n. 26 - nov. 2011
Ano 5 - n. 11 - jan. 2001	Ano 15 - n. 27 - abr. 2012
Ano 5 - n. 12 - maio 2001	Ano 15 - n. 28 - nov. 2012
Ano 6 - n. 13 - jan. 2002	Ano 16 - n. 29 - abr. 2013
Ano 6 - n. 14 - out. 2002	Ano 16 - n. 30 - ago. 2013
Ano 7 - n. 15 - jun. 2003	Ano 17 - n. 31 - jun. 2014
Ano 8 - n. 16 - ago./set./out. 2004	Ano 17 - n. 32 - set. 2014
Ano 9 - n. 17 - nov./dez. 2004	Ano 17 - n. 33 - dez. 2014
e jan. 2005 (jan. 2005 é o a. 10)	Ano 18 - n. 34 - jun. 2015
	Ano 18 - n. 35 - dez. 2015

